



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**RENÊ FREITAS DE SÁ**

**BIBLIOTECA E LEITURA NA ESCOLA:  
CAMINHOS TRILHADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA NA  
ESCOLA MUNICIPAL REGINA VITAL EM FEIRA DE SANTANA – BAHIA**

Feira de Santana  
2021

**RENÊ FREITAS DE SÁ**

**BIBLIOTECA E LEITURA NA ESCOLA:  
CAMINHOS TRILHADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA NA  
ESCOLA MUNICIPAL REGINA VITAL EM FEIRA DE SANTANA – BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Currículo, Formação e Práticas Pedagógicas.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cassia Brêda Mascarenhas Lima

Feira de Santana  
2021

**Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS**

Sá, René Freitas de

S115b Biblioteca e leitura na escola: caminhos trilhados para implantação de uma biblioteca na Escola Municipal Regina Vital em Feira de Santana – Bahia / René Freitas de Sá. - 2021.  
157f.

Orientadora: Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Biblioteca escolar. 2. Leitura. 3. Democratização da leitura. 4. Formação de mediadores de leitura. I. Lima, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 027.8:028

## RENÊ FREITAS DE SÁ

“BIBLIOTECA E LEITURA NA ESCOLA: CAMINHOS TRILHADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA NA ESCOLA MUNICIPAL REGINA VITAL EM FEIRA DE SANTANA – BAHIA”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Currículo, formação e práticas pedagógicas, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 24 de maio de 2021.



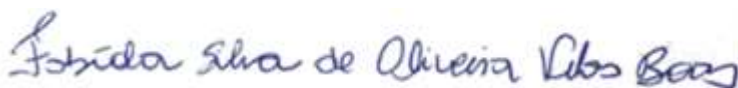
---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rita de Cassia Brêda Mascarenhas Lima  
Orientador(a) – UEFS



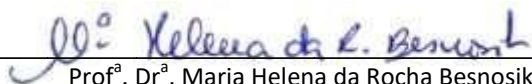
---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mirian Sumica Carneiro Reis  
Primeiro(a) Examinador(a) - UNILAB



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Fabiola Silva de Oliveira Vilas Boas  
Segundo(a) Examinador (a) – UEFS



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Helena da Rocha Besnosik  
Segundo(a) Examinador (a) – UEFS

**RESULTADO: APROVADO**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
BDTP – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações  
BE – Bibliotecas Escolares  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAQ – Custo Aluno Qualidade  
CAQi – Custo Aluno Qualidade inicial  
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FLIFS – Festival Literário e Cultural de Feira de Santana  
GT – Grupo de Trabalho  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PME – Plano Municipal de Educação  
PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão  
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica  
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SNBE – Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares  
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, mais uma vez, ao meu Deus, por ter aberto mais uma porta e por ter me sustentado até aqui. Tudo o que tenho, tudo o que sou vem dEle! Minhas forças, meus recursos, minhas habilidades não seriam nada se o Senhor não estivesse comigo me guiando, acalmando e colocando pessoas essenciais e especiais na minha vida para me ajudar nesta parte da minha jornada. Sigo em frente, pois estou amparada por Ti, meu Senhor! E passo a passo em frente, serás meu guia enquanto eu viver!

Quero agradecer também aos meus pais, Salatiel e Sandra, pois são minhas referências de vida e de luta. Sua simplicidade e confiança em Deus me ensinaram a viver pela fé e a batalhar para que as coisas acontecessem em minha vida. Seus ensinamentos até hoje me orientam e me fizeram o filho, o pai, o marido e o homem que sou. Agradeço por terem investido em mim e em meus irmãos, por priorizarem os poucos recursos que tinham para que a educação fizesse a diferença em nossas vidas e nos levassem as nossas conquistas. Amo muito vocês!

Mais uma vez agradeço à minha amada esposa Verônica que, a cada ano que passamos juntos, tem dividido comigo todas as coisas; os momentos felizes e as preocupações, as dificuldades e soluções. Já não é mais possível para mim realizar qualquer coisa sem a tua parceria, sem a tua cumplicidade ou sem a tua inspiração. Cada dia contigo tem sido uma benção dada pelo Senhor e estar com você é ser tocado pelo amor de Deus a cada momento. Te amo, meu grande amor!

Estou na dúvida se agradeço ou não aos meus filhos, Verena e Ricardo, pois por inúmeras vezes ficavam me atrapalhando quando eu tentava escrever esta dissertação, mas como eles são a razão da minha existência e as maiores conquistas da minha vida, quero agradecer-lhes por me amarem e se orgulharem de mim e por terem me ajudado a vencer o maior de todos os desafios que enfrentei na vida: o desafio de ser pai. Espero que eu possa inspirá-los assim como vocês são a minha inspiração. Amo muito a cada um de vocês!!

Agradeço ainda aos meus irmãos Riane, Salatiel Junior e Rafele com os quais Deus tem me dado o prazer de conviver e de compartilhar inúmeros momentos da minha vida, momentos de alegria ou de preocupação, mas que sempre foram vivenciados com a presença de vocês em cada um deles. Agradeço pelo apoio, pelos incentivos e por comemorar comigo cada ocasião ou vitória que o Senhor tem

concedido a nós. Chegou a hora de mais uma pizza de comemoração! Compartilho com vocês este momento pois amo muito cada um de vocês!

Agradeço às pessoas maravilhosas que tive a oportunidade de conhecer da turma do Mestrado em Educação 2019: nunca se viu na UEFS turma melhor!!!! Agradeço por terem me recebido na turma e terem me proporcionado manhãs e tardes maravilhosas de aprendizagem, diversão e companheirismo. Todos marcaram a minha vida e agradeço especialmente aos amigos e amigas que fiz durante esta jornada. A Charles, meu parceiro de caronas e bate papos; A Larissa, minha irmã mais velha (rsrsrs); às minhas companheiras de resenha Sandra Kelly, Josiane e Mariana; às minhas conselheiras Cristina e Alexsandra e a Yarelis, nossa professora de espanhol especializada em chá de cidrom. A todos e todas o meu mais profundo agradecimento por fazerem mais leves os momentos na academia.

À minha orientadora, a Professora Doutora Rita Brêda, quero agradecer mais uma vez por ter me auxiliado na jornada de pesquisa e escrita deste texto e por também ter sido uma mediadora de leitura tanto na minha formação como na minha vida. Suas orientações e dedicação foram fundamentais para o meu crescimento enquanto pesquisador e suas indicações de leitura foram precisas para a minha construção enquanto sujeito. Sou profundamente agradecido por tê-la como mestra em minha formação!

Agradeço também às ilustres Professoras Doutoras Maria Helena (Malena), Fabíola Vilas Boas e Mírian Sumica que integram a banca examinadora desta pesquisa por suas importantíssimas contribuições para este trabalho, suas colocações, comentários e sugestões me oportunizaram um maior aprofundamento na leitura, investigação e escrita e, como resultado, me auxiliaram no crescimento enquanto pesquisador. Um abraço a cada uma de vocês!

À Escola Municipal Regina Vital, nas pessoas das professoras Indaiara e Luciene, que abriram as portas para que a minha pesquisa pudesse ser materializada, e a cada uma das colaboradoras da pesquisa, as queridas companheiras Selenilde (pró Sel), Kátia, Juliana e Keila que, com paciência, gentileza e dedicação, expuseram para este trabalho suas experiências pessoais com a leitura, o livro e a biblioteca e abrilhantaram a produção desta pesquisa. Um abraço para cada uma de vocês!

À professora Jozélia Araújo, representante da secretaria municipal de educação pelas informações que contribuíram ricamente para esta pesquisa, por dedicar parte do

seu tempo tão requisitado para atender ao convite deste pesquisador e, de forma gentil e prestativa, auxiliar para que esta pesquisa se concretizasse, deixo aqui o meu agradecimento e o meu abraço!



## RESUMO

O trabalho intitulado “Biblioteca e Leitura na Escola: Caminhos trilhados para implantação de uma Biblioteca Escolar na Escola Municipal Regina Vital em Feira de Santana - Bahia” tem como questão de investigação compreender de que maneira a biblioteca escolar pode contribuir no processo educativo e na formação de alunos leitores em uma escola do Ensino Fundamental Anos Iniciais no município de Feira de Santana-Bahia. Como objetivos, conhecer as concepções, interesses e o engajamento dos professores e professoras que compõem a instituição pesquisada e identificar os documentos legais federais e municipais que subsidiam a efetiva implantação da Biblioteca Escolar como equipamento de aprendizagem sociocultural. O percurso metodológico escolhido foi a pesquisa qualitativa e como instrumento de geração de dados optei pelos diários de campo (construídos durante as minhas participações no trabalho de formação de mediadores de leitura desenvolvido na escola *lócus*) e as entrevistas semiestruturadas, a fim de conhecer as políticas públicas e as estratégias vigentes no município de Feira de Santana para o incentivo à leitura, para a implantação de bibliotecas nas escolas da rede e para o trabalho de formação de mediadores de leitura com os professores. A pesquisa busca ainda conhecer as experiências pessoais das colaboradoras com a leitura, o livro e a biblioteca e quais os reflexos destas experiências em suas formações enquanto estudantes e leitoras. Tomo como referência teórica autores que discutem a formação docente, tais como: Tardif (2014); Nóvoa (1992); Cunha (2013) e Nóvoa & Finger (2004); sobre a História Cultural, Burke (2008) e Chartier (2012); e sobre as políticas públicas para a leitura e a biblioteca: Moraes (2006); Milanesi (1983, 2003), além das diretrizes e manifestos da IFLA/UNESCO dentre outros marcos legais. Dentre os achados da pesquisa, é possível destacar que embora exista uma legislação que regulamenta a organização da biblioteca no espaço escolar, ainda contabilizamos algumas escolas que não possuem a biblioteca em suas dependências, e que tal ausência, se não for reparada através de ações planejadas pelos principais responsáveis pela administração e gestão educacional, afetará o desenvolvimento e a formação estudantil e leitora. Outro achado importante diz respeito à tríplice função da biblioteca: a função educativa, cultural e social, e a necessidade de desenvolver práticas que conscientizem e promovam tais funções. Assim, este trabalho propõe contribuir para a reflexão sobre o caráter indispensável da biblioteca para a educação e a necessidade de assegurar a existência deste espaço dentro da escola a fim de que o direito à leitura e, conseqüentemente, a uma educação de qualidade seja garantido a todos indistintamente.

**Palavras-Chaves:** Biblioteca Escolar; Leitura; Democratização da Leitura; Formação de mediadores de leitura.

## ABSTRACT

The work entitled “Library and Reading at School: Paths taken to implement a School Library at the Municipal School Regina Vital in Feira de Santana - Bahia” has the research question to understand how the school library can contribute to the educational process and training of student readers at an elementary school in the municipality of Feira de Santana-Bahia? And as objectives, to know the conceptions, interests and engagement of teachers and professors that make up the researched institution and to identify the federal and municipal legal documents that subsidize the effective implantation of the School Library as a socio-cultural learning equipment. The methodological path chosen was qualitative research and as a data generation tool I opted for field diaries (built during my participation in the training of reading mediators developed at the locus school), and, through semi-structured interviews, in order to know the public policies and strategies in force in the municipality of Feira de Santana to encourage reading, for the implantation of libraries in the schools of the network and for the work of training reading mediators with teachers. The research also seeks to learn about the collaborators' personal experiences with reading, the book and the library and what are the reflexes of these experiences in their training as students and readers. I take as a theoretical reference authors who discuss teacher education, such as: Tardif (2014); Nóvoa (1992); Cunha (2013) and Nóvoa & Finger (2004); on Cultural History: Burke (2008) and Chartier (2012); and on public policies for reading and the library: Moraes (2006); Milanese (1983, 2003); in addition to the IFLA / UNESCO guidelines and manifestos, among other legal frameworks. Among the research findings, it is possible to highlight that although there is legislation that regulates the organization of the library in the school space, we still account for some schools that do not have the library on their premises, and that such absence if it is not remedied through actions planned by the main those responsible for educational administration and management will affect student and reader development and training. Another important finding concerns the triple function of the library, which are: the educational, cultural and social function, and the need to develop practices that raise awareness and promote such functions. Thus, this work proposes to contribute to the reflection on the indispensable character of the library for education and the need to ensure the existence of this space within the school so that the right to reading and, consequently, to a quality education is guaranteed to all without distinction.

**Key words:** School Library; Reading; Democratization of Reading; Training of reading mediators.

## SUMÁRIO

<b>1.CAMINHOS INICIAIS DE UMA PESQUISA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.TRAJETÓRIA PESSOAL: AS DIFÍCEIS ESCOLHAS.....</b>	<b>26</b>
2.1.A CONTINUIDADE DE UMA PESQUISA .....	26
2.2.UM OLHAR INQUIETO: SÃO POSSÍVEIS OUTRAS FLECHAS?.....	29
2.3.AÇÕES DO NÚCLEO DE LEITURA MULTIMEIOS E AS EXPERIÊNCIAS DO PROJETO DE EXTENSÃO LEITURA ITINERANTE .....	33
2.4.O ENCONTRO COM O OBJETO: CONHECENDO A ESCOLA REGINA VITAL.....	35
<b>3. IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ESCOLAR: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA .....</b>	<b>39</b>
3.1.A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE LEITURA NA ESCOLA... 45	
<b>3.1.1. O papel da leitura na escola e a leitura para além da escola .....</b>	<b>46</b>
<b>3.1.2. Os desafios da prática de leitura na escola .....</b>	<b>50</b>
3.2.POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ESCOLAR .....	53
<b>3.2.1. Marcos legais para a discussão, implantação e implementação de uma biblioteca escolar. ....</b>	<b>55</b>
<b>3.2.2. A legislação e a biblioteca: os antecedentes da lei 12.244/2010 .....</b>	<b>60</b>
<b>3.2.3. A Biblioteca Escolar no Plano Municipal de Educação de Feira de Santana- Bahia.....</b>	<b>67</b>
3.3.IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ESCOLAR: ASPECTOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	70
<b>3.3.1. Promovendo encontros formativos: O incentivo à prática de leitura ....</b>	<b>77</b>
<b>4. ADENTRANDO O CAMPO DA PESQUISA: A CAMINHO DA ESCOLA REGINA VITAL .....</b>	<b>82</b>
4.1.O ENCONTRO COM O OBJETO: O PERCURSO METODOLÓGICO A SER SEGUIDO .....	84
4.2. PRIMEIRAS ESCUTAS AOS SUJEITOS.....	88
4.3. DEFININDO OS SUJEITOS DA PESQUISA .....	92
<b>5. BIBLIOTECA E LEITURA NA ESCOLA: OS DESAFIOS DA ESCOLA MUNICIPAL REGINA VITAL EM FEIRA DE SANTANA-BAHIA.....</b>	<b>96</b>
5.1.BIBLIOTECA ESCOLAR: CONCEPÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA A SUA ORGANIZAÇÃO .....	99

5.2.A LEITURA E A BIBLIOTECA: PRIMEIROS ENCONTROS NA FORMAÇÃO DO(A) LEITOR(A) .....	109
5.3.A CONSTRUÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA ESCOLAR: POR ENTRE DESEJOS E NECESSIDADES .....	121
5.4.A LEITURA DENTRO E FORA DA ESCOLA: UMA PRÁTICA QUE NÃO PODE CESSAR .....	124
<b>6. O QUE NOS CONTA A JORNADA... POSSÍVEIS (IN)CONCLUSÕES.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>152</b>

## 1. CAMINHOS INICIAIS DE UMA PESQUISA

Um dos objetivos da educação e, por consequência, de quem educa, é possibilitar ao indivíduo a capacidade de emancipar-se e de tornar-se um cidadão crítico capaz de compreender o mundo à sua volta e de produzir reflexões sobre a realidade, escapando das armadilhas da alienação, da padronização e do conformismo, conforme discute Abreu (2006). Adorno (1995), em sua obra *Educação e Emancipação*, apresenta no capítulo em que debate com Helmut Becker tal temática, que a emancipação é a condição em que o indivíduo, ao fazer uso do entendimento, toma suas próprias decisões sem recorrer à orientação de outrem. Educar, portanto, é o processo de mediação entre o indivíduo e as informações e saberes que lhe permitam fazer suas escolhas e construir o seu lugar dentro da sociedade. Dessa forma, educar é conectar o indivíduo à sociedade em que está inserido, possibilitando, através do acesso à informação e a comunicação, os meios para essa inserção e possíveis intervenções.

Uma das formas de conectar o indivíduo à sociedade é a leitura, haja vista que ler (em qualquer de suas representações ou suportes: leitura de livros, de mundo etc.), nos permite ultrapassar barreiras que se imponham entre a comunicação de dois indivíduos. Além disso, ler, de acordo com Abreu (2006), é a melhor maneira de manter a consciência das injustiças e da necessidade de combatê-las, pois ao desenvolver uma leitura constante, pensaremos de forma crítica a realidade e enxergaremos melhor o mundo em que vivemos.

Desde os tempos remotos, a humanidade fez uso dos meios de comunicação para disseminar os conhecimentos que ao longo do tempo são produzidos. O uso da comunicação oral, da pintura rupestre e, posteriormente, dos registros escritos são exemplos desses meios que o ser humano utilizou para a transmissão da cultura e do saber. Yunes (2002, p. 13) destaca que antes mesmo de a palavra escrita ser inventada e utilizada para a comunicação, a leitura já existia. A autora reforça tal conceito quando nos afirma que: “[...] Basta lembrar as cavernas de Lescaux ou Altamira para poder admitir-se que há mais que imagens avulsas, há uma narrativa naquelas representações e, portanto, uma leitura que as precede [...]”.

Ainda nos primeiros anos, o ser humano é ensinado a se comunicar através dos gestos, das expressões, da fala, da escrita e da leitura. Todas essas são práticas

desenvolvidas pela humanidade que têm como objetivo possibilitar ao indivíduo compreender o outro, desenvolver a interação e a expressão. Alguns desses mecanismos foram desenvolvidos e aperfeiçoados e, posteriormente, passaram a ser ensinados. Nossas primeiras intervenções com as crianças são direcionadas a lhes ensinar a se comunicar: ensinamos a falar, a desenhar, a escrever e a ler dentre outras coisas. Bresson (2001) problematiza que a aquisição dos mecanismos de comunicação como a escrita e a leitura não são fáceis de serem assimilados por conta própria, o que requer ainda a mediação de seu aprendiz.

É em virtude da necessidade da mediação da leitura que a escola assume o status de principal agência de letramento e, para alguns, o principal espaço de formação do leitor: é nela que as práticas de leitura podem acontecer. Silva *et al.* (2009), ao escreverem sobre o ato de leitura, reiteram a importância em investir na mediação da leitura. Tereza Colomer (2007), também contribui ao escrever que:

Estímulo', 'intervenção', 'mediação', 'familiarização' ou 'animação' são termos associados constantemente à leitura no âmbito escolar, bibliotecário ou de outras instituições públicas e que se repetem sem cessar nos discursos educativos. Todos esses termos se referem à intervenção dos adultos encarregados de 'apresentar' os livros às crianças (COLOMER 2007, p. 102).

Mas, para que a escola alcance êxito no desempenho desse papel, faz-se necessário promover de forma consciente estratégias que possibilitem efetivamente incluir e aproveitar os recursos e os espaços existentes na escola, tais como a sala de aula e a biblioteca escolar (caso ela exista). Britto (2009) problematiza a ideia de que a leitura conduz ao conhecimento. Para o autor, se trata exatamente do contrário: é o conhecimento que promove a leitura, o que reafirma a importância do planejamento desenvolvido pelos gestores escolares e professores.

O estímulo à leitura deve ser fomentado em sala de aula, deve ser despertado através da exposição e das discussões dos conteúdos, pois somente dessa forma a inclusão da biblioteca no processo formativo fará sentido. Entretanto, para que a escola consiga efetivamente mediar a leitura, é necessário tornar a biblioteca disponível e acessível, seja através do empréstimo de livros, de ações dentro da sala de aula ou através da biblioteca. O levantamento produzido pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, em 2016, revela que possuir uma biblioteca escolar ainda não é a realidade de todas as escolas do Brasil. Esse seria o primeiro requisito a ser atendido, combinado à

introdução de obras literárias e outros textos que auxiliem a prática dos professores, a apresentação de gêneros textuais e literários, além da promoção de atividades voltadas ao contato com o livro.

Pensando na realidade de escolas que ainda não experimentaram o privilégio de possuir uma biblioteca é que surge a inquietação de como a implantação de uma biblioteca no espaço escolar pode potencializar a aprendizagem e a formação de leitores e, em posse dessas informações, conscientizar a comunidade escolar para que a sua implantação não seja apenas um ato formal, mas sim reconhecido, desejado e contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e no planejamento dos envolvidos no processo escolar.

Partindo da reflexão supramencionada é que surge o interesse de pesquisar o processo que envolve a organização de uma biblioteca no espaço escolar. Interessa-nos investigar quais são as políticas que viabilizam e dão suporte a tal processo, quais os preparativos a serem adotados, quais ações de formação e intervenção devem ser trabalhadas com o corpo docente para que a biblioteca cumpra desde o seu surgimento e por toda a sua trajetória a finalidade para a qual ela existe e dá sentido. Tal interesse traduz-se na seguinte questão de pesquisa: De que maneira a biblioteca escolar pode contribuir no processo educativo e na formação de alunos leitores em uma escola do Ensino Fundamental Anos Iniciais no município de Feira de Santana-Bahia?

A questão de pesquisa ainda apresenta como desdobramentos outras inquietações, a saber: como as experiências educacionais vivenciadas por professores e gestores de uma unidade escolar se relacionam com a formação dos sujeitos leitores? Quais as políticas públicas vigentes no município de Feira de Santana-Bahia regulamentam o incentivo à leitura, a implantação da biblioteca em unidades escolares da rede e a formação de professores como mediadores de leitura?

O presente trabalho tem como objetivo investigar como surge uma biblioteca em uma escola do Ensino Fundamental Anos Iniciais no município de Feira de Santana-Bahia, buscando conhecer as concepções, interesses e o engajamento dos professores e professoras que compõem a instituição pesquisada e identificar os documentos legais federais e municipais para a efetiva implantação da Biblioteca Escolar como equipamento sociocultural.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizei, como ponto de partida, as intervenções produzidas pelo Projeto de Extensão – Leitura Itinerante, cadastrado na

Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, com a Resolução CONSEPE 109/2009 da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, e suas contribuições para a mobilização no espaço educacional da Escola Municipal Regina Vital de práticas de leitura e formação de uma biblioteca escolar.

Para o aprofundamento desta pesquisa, faz-se necessário também identificar quais os preparativos, as políticas municipais e o trabalho de formação que possibilitam a implantação de uma biblioteca escolar em uma escola pública municipal de Feira de Santana. Além disso, pensar nas políticas existentes que legislam sobre a biblioteca escolar e compreender de que maneira o município tem se esforçado para atender de forma concreta às orientações prescritas na Lei 12.244/2010.

As questões supramencionadas surgem a partir da compreensão de que uma escola sem biblioteca dificilmente desempenhará o que Silva (1999, p. 23) defende como “importante papel na elevação do nível cultural e da consciência crítica do cidadão”. Por essa razão, destacamos o papel que a escola tem ao promover ações que possibilitem o acesso do aluno à leitura, ao contato com o livro e ao uso da biblioteca escolar, acrescentando e, sobretudo, apoiando o trabalho do(a) professor(a) em tais ações.

Admito que, quando adentrei o espaço acadêmico para cursar a Licenciatura em Pedagogia por volta do ano de 2013, não pretendia inicialmente me debruçar sobre a pesquisa e a escrita a respeito de práticas de leitura, ou sobre o papel da biblioteca escolar na formação do estudante. Entretanto, a leitura nunca deixou de ser valorizada em minha vida, nem a biblioteca escolar deixou de ser um lugar de acesso à informação reconhecido por mim.

Mesmo sem um propósito aparente, sempre me dediquei aos livros, principalmente aqueles considerados como obras-primas ou clássicos, tais como: *A República*, de Platão; *Do Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau, *Discursos Forenses (Defesas Penais)* de Enrico Ferri e tantos outros. Posso dizer que minha leitura sempre foi bastante eclética e fascinada não só pelos clássicos, como também pela literatura regional. Obras como *O rio traz o rio leva...*, de Ganymédes José, que retrata a vida simples em uma pequena vila do interior, ou que apresentam narrativas mitológicas da cultura brasileira tais como a obra *Lendas e Mitos do Folclore Brasileiro* de Ítalo Amadio compõem o meu cabedal de leituras. Essas e tantas outras obras



literárias me causavam fascínio e me conduziam a cada dia a frequentar a biblioteca da escola e a dedicar horas incontáveis ao sabor da leitura.

Voltando um pouco no tempo, lembro-me com satisfação das filas para tomar livros emprestados na biblioteca da Escola Estadual João Durval Carneiro, em Feira de Santana, espaço onde passei grande parte do tempo livre, fosse nos intervalos ou quando tínhamos aulas vagas, e que me permitiu ler quase integralmente a série Vagalume<sup>1</sup> com seus mais de trinta títulos, além de obras da literatura popular brasileira e até de outras nacionalidades tais como as hilariantes tirinhas de *Mafalda* do saudoso escritor argentino Joaquín Salvador Lavado Tejón, popularmente conhecido como Quino, falecido no ano de 2020.

Foi acessando essas recordações, e por me reconhecer como um amante da leitura, que decidi escrever meu trabalho de conclusão de curso – TCC do curso de graduação em Pedagogia na Universidade Estadual de Feira de Santana sobre a formação do leitor. O trabalho intitulado *Biblioteca Escolar: Espaço de Aprendizagem e Contribuição para a Formação do Leitor* (SÁ, 2017) abordou as contribuições da biblioteca escolar para a formação do leitor, pois considerava que aquele espaço que fora por mim bastante frequentado teve um papel importante na formação das competências estudantis que até hoje trago comigo, como uma leitura fluente e uma boa interpretação textual.

A decisão de abordar a leitura no TCC se mostrou acertada, pois promoveu o meu reencontro com a biblioteca da Escola Estadual João Durval Carneiro, a qual, diga-se de passagem, tinha sido a primeira biblioteca que frequentei e que deixara profundas marcas em minha memória. Embora aquela biblioteca apresentasse uma modesta estrutura, desempenhou um significativo papel na minha formação como leitor, permitindo a mim e a outros estudantes oportunidades raras de contato com os livros e seus saberes. Tal contribuição é evidenciada nas palavras de Barbier (2018), que traz em sua narrativa a seguinte constatação:

[...] as bibliotecas respondem a uma ou a necessidades “cotidianas”, quer se trate sempre de informação (nem tudo está na internet) ou de entretenimento (nunca se publicou tanto quanto hoje), mas também de igualdade (dar acesso à informação e à formação para aqueles que

---

<sup>1</sup> Série de livros organizada pela editora Ática que compreendia uma coleção de histórias recomendadas para as escolas e para o público infante-juvenil. A série, que circulou entre os anos de 1970 a 2000, transformou alguns de seus títulos em verdadeiros best-sellers, tal como *O Mistério do Cinco Estrelas* de Marcos Rey e *o Escaravelho do Diabo* de Lúcia Machado de Almeida, que virou filme há pouco tempo.

nem sempre têm os meios), portanto, de democracia, ou ainda de identidade coletiva (p.12).

É fundamental destacar dois aspectos presentes nas palavras de Barbier (2018). O primeiro diz respeito aos meios de acessar a informação: o autor destaca em seu texto que, embora a internet seja um espaço de informações variado e de certa forma rico, ainda não comporta todo o conhecimento existente. O segundo aspecto está relacionado à democratização do acesso ao saber que, de certa maneira, é mais efetivo e afetivo na biblioteca, haja vista que nem todos possuem os recursos para o mundo digital ou para outras plataformas de informação.

Em virtude do que apresenta Barbier (2018), aliado aos relatos da minha própria experiência de leitura, considero a necessidade de serem desenvolvidas nas escolas ações planejadas que envolvam os professores e que proponham incentivar os alunos à descoberta da biblioteca e do seu potencial. Assim como certa vez fui apresentado à leitura por uma professora das séries iniciais, e pelo acesso de certa forma franqueado à biblioteca entendo que, para que a biblioteca escolar conquiste o destaque no cotidiano escolar, até então negado, principalmente pela sua ausência em nossas escolas, é importante que os professores que nelas trabalhem assumam a condição de parceiros/mediadores da biblioteca, o que pode ser fortalecido através de formação e de políticas que viabilizem essa parceria.

Considerando a necessidade, me dispus, a princípio, a investigar se tal temática está sendo abordada e de que maneira figura nos debates e nos escritos acadêmicos mais recentes. Ao realizar um levantamento nos bancos de dados das teses e dissertações de destaque de nosso país, tais como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); a Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); os registros dos Grupos de Trabalho (GT's) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), foi possível identificar que compartilho das inquietações de outros pesquisadores.

Partindo do objeto desta pesquisa, alguns descritores foram utilizados como chave para a produção do levantamento, foram eles: Biblioteca escolar; Formação de Leitores; Políticas Públicas para a Biblioteca Escolar e Leitura e a Lei 12.244 de 2010. Como resultado, foram localizados, nas referidas plataformas, no recorte de tempo de 2010 até o ano de 2019, um total de 90 produções, sendo que destas apenas as seguintes foram consideradas por apresentarem discussão semelhante à proposta por esta

pesquisa: 01 Tese; 06 Dissertações e 02 artigos que, após uma leitura prévia, me permitiram conhecer o que está sendo investigado até então.

Dentre os resultados do levantamento, apresento a tese de Lima (2017) produzida para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, que debate o cotidiano e a cultura escolar no que se refere às condições de funcionamento e uso da biblioteca escolar, enfatizando a urgente necessidade de lutas para consolidação de políticas públicas de leitura e de revitalização dos espaços físicos da BE como contributo para a construção de um ensino de melhor qualidade.

Outra pesquisa destacada é a realizada por Alcântara (2013) dentro do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, que considerou a hipótese do uso da biblioteca escolar como recurso pedagógico que potencializa os resultados educacionais das escolas averiguadas através das avaliações externas. Outro trabalho que chamou a minha atenção foi o produzido por Carmo (2013) para o Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA, que discutiu o papel da escola como agência formadora de leitores assíduos, competentes e críticos, além de considerar o potencial da biblioteca escolar para contribuir com a missão da escola.

Levando em conta as abordagens feitas pelos pesquisadores supramencionados e tantos outros identificados neste levantamento tais como Viana (2014), do Programa de Ciências da Informação da Universidade de São Paulo; Lima (2016), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pereira (2017) do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade Federal Fluminense, acredito que tal debate seja mais do que necessário para que ações como o uso da biblioteca escolar e o desenvolvimento de práticas de leitura no espaço escolar deixem de ser valorosas ações isoladas de uma ou outra escola, praticadas por um(a) ou outro(a) professor(a) e se transformem em uma discussão ampla que se some à contribuição de outros pensadores que, assim como eu, estejam incomodados com a pouca visibilidade que a biblioteca escolar tem recebido não apenas pelos responsáveis pelas políticas públicas, mas por todos os que de alguma forma atuam na educação.

Após a leitura de tais trabalhos, foi possível perceber como lacuna a necessidade de pesquisar de que maneira a existência da biblioteca no espaço escolar possibilita o desenvolvimento e a formação dos estudantes e quais as ações que precisam acompanhar e se fazerem presentes na implantação de uma biblioteca ativa dentro do contexto escolar.

A pesquisa *Biblioteca e Leitura na Escola: Caminhos trilhados para implantação de uma biblioteca na Escola Municipal Regina Vital em Feira de Santana – Bahia* se propõe discutir os eixos temáticos a) formação de professores leitores; leitura como prática cultural, educacional e social e b) políticas públicas para a universalização da leitura e da biblioteca, por meio da escuta e observação das narrativas e ações de professores e gestores (as) de uma escola municipal de Feira de Santana-BA.

A escolha dos eixos temáticos da pesquisa se deu em virtude da necessidade de identificar o que tem sido feito para que nossos alunos conheçam os espaços de aprendizagem que podem ser as BE em nossas instituições de ensino. Abreu (2002) sinaliza a importância das intervenções feitas tanto por professores quanto por bibliotecários ou funcionários treinados que permitam aos estudantes conhecer o espaço da biblioteca escolar e orientá-los como poderão explorar todo o potencial que a biblioteca tem a oferecer. Para isso, a mediação docente se torna fundamental.

Se a escola possui uma biblioteca, precisa se preparar para ensinar e estimular seus alunos a utilizarem bem esse precioso espaço. Medidas coordenadas deverão ser adotadas, pois nossos estudantes precisarão despertar o desejo pela leitura, algo que só ocorrerá quando começarem a ler e, sobre isso, Mindlin (2009, p. 13) nos diz que: “[...] As coisas dificilmente mudarão se não for dada à grande massa de nossa população uma educação adequada e consciência de cidadania, o que exige, em última análise, o desenvolvimento e a consolidação de práticas de leitura”. Sendo mais incisivo, penso nas palavras de Arena (2009, p. 164) que nos diz que “[...] a leitura não preexiste ao leitor, mas é este quem a faz nascer e existir [...]”. Colomer (2007, p. 164) ainda acrescenta ao afirmar que “[...] o (a) professor(a) pode ser o(a) mediador(a) de tal prática dentro e fora do espaço escolar [...]”.

O que se observa quando se adentra em grande parte dos espaços escolares é que poucas são as estratégias e iniciativas para promoção da leitura e uso da biblioteca escolar. Silva (1999, p. 19) destaca em sua pesquisa que: “[...] há poucas ocasiões para a utilização da biblioteca escolar, salvo os seus usos clássicos como “espaço do castigo”

ou “espaço da cópia” [...]”. Preocupamo-nos com os baixos desempenhos de leitura e escrita de nossos alunos, mas não reagimos contra essa realidade ou podemos dizer que ainda são poucas as iniciativas. Até então, como disse Silva (1999, p. 20), “[...] o que temos observado é o discurso da alegação, do pretexto, da desculpa e, com isso, as coisas permanecem exatamente como estão”.

Certamente uma das maneiras de reação seria se as BE fossem entendidas como extensões e aportes da sala de aula e do trabalho dos professores. A BE precisa estar integrada à prática pedagógica da escola, pois ela é um excelente espaço em que as discussões em sala de aula podem ser ampliadas, acrescentadas e até mesmo transformadas. Entretanto, a BE só fará sentido se for incluída e bem utilizada tanto por alunos como por professores. Lourenço Filho (1944, p. 3-4 *apud* MAROTO 2009, p.57) descreve que:

[...] ensino e biblioteca não se excluem, complementam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto.

Maroto (2009) ainda explica que o descaso que enfrenta a maioria das escolas brasileiras sem biblioteca reflete nos altos índices de analfabetismo, nas taxas de evasão e repetência e nos baixos níveis de desempenho em leitura e escrita que as pesquisas de avaliação da Educação Básica do país apresentam. Para Maroto (2009), isso reflete o fracasso de um sistema escolar “unívoco”, que funciona a partir de um esquema de reprodução de discursos no qual o professor expõe aquilo que considera pertinente e que acredita ser a expressão da verdade. Ao aluno, resta apenas a tarefa de receptor e reprodutor fiel e passivo desses discursos, não lhe sendo dada a condição de pesquisar, de ampliar seu aprendizado, ou até mesmo de pensar de maneira crítica o que lhe foi passado.

O modelo de ensino expositivo ainda apresenta outra consequência desfavorável para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Tal implicação está no fato de que ele não estimula o aluno a buscar a biblioteca escolar, já que essa forma de ensinar dispensa o emprego de outras fontes de informação, conforme nos apresenta Silva (1999). Tal constatação expõe a necessidade de que políticas e ações que apoiem e promovam uma maior participação da biblioteca no processo de aprendizagem em nossas escolas e que, ao mesmo tempo, promovam a valorização do(a) professor(a)

através de uma formação que auxilie a prática deste(a) professor(a) como mediador(a) tanto dos saberes, como da leitura e da pesquisa.

Rigoletto & Di Giorgi (2009) reforçam o papel do poder público na mudança dos moldes educacionais. Conforme tratam os autores, alunos, professores, escola e família podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da cultura de ler, mas são as políticas públicas que assegurarão os recursos, a promoção e a formação necessária para que não apenas o papel do(a) professor(a) seja repensado e aprimorado, mas que também a biblioteca escolar assuma o seu lugar como espaço de aprendizagem que contribua efetivamente para a boa educação. Assim, o percurso proposto para esta pesquisa se direciona pela busca de evidências das contribuições que a biblioteca escolar e a leitura têm a oferecer para a formação e desenvolvimento do estudante. Charlot (2006) orienta que:

[...] quem deseja fazer pesquisa em educação deve sair da esfera da opinião e entrar no campo do conhecimento. [...] Um discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados (CHARLOT, 2006, p. 10).

Para isso, faz-se necessário revisar a bibliografia especializada, além de uma produção de dados que dialogarão entre si ao longo da escrita. Ainda que a princípio faça uso de um levantamento de informações para definir o *locus* que atenda ao objeto deste estudo, utilizarei a pesquisa de caráter qualitativo apoiando-me nos dados produzidos para tecer reflexões e considerações sobre o que a pesquisa revelar. Para justificar a escolha da pesquisa qualitativa, Yin (2016) nos apresenta:

[...] a pesquisa qualitativa abrange condições contextuais – as condições sociais, institucionais e ambientais em que as vidas das pessoas se desenrolam. Em muitos aspectos, essas condições contextuais podem influenciar muito todos os eventos humanos (YIN, 2016, p. 7).

A escola escolhida como *locus* para a pesquisa surge juntamente com a decisão sobre o tema a ser pesquisado. Foi durante um trabalho de formação de leitura com as professoras da Escola Municipal Regina Vital, em Feira de Santana, no final de 2019, que tomei conhecimento da inexistência de uma biblioteca naquela instituição e de como as profissionais daquela escola sentiam a falta desse espaço para o desenvolvimento de mais atividades voltadas à leitura e à pesquisa. A escuta desse

trabalho começou antes mesmo de ser definido como objeto de investigação: emergiu ao perceber o interesse manifesto por aquele corpo docente pela existência de um espaço de conhecimento como o que a biblioteca escolar representa.

Depois de definida a instituição escolar que me serviria como *lócus* para a pesquisa, o passo seguinte foi estabelecer qual ou quais os métodos e instrumentos a serem utilizados. A opção escolhida foi o estudo de caso por acreditar ser importante entender os fatores que afirmaram a importância do exercício da leitura no espaço escolar e o papel decisivo da biblioteca em tais práticas. André (2013, p. 97) apresenta que o estudo de caso como método de pesquisa qualitativo obteve destaque nos anos de 1980 ao possibilitar o foco em um fenômeno particular, considerando seu contexto e suas múltiplas dimensões. A autora ainda acrescenta que tal método possibilita uma análise situada e aprofundada do objeto a ser pesquisado. Nesse aspecto, Gil (1991) também contribui ao destacar outras possibilidades ao empregar o estudo de caso:

Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal (GIL, 1991, p 58).

No que tange à produção de dados, as técnicas utilizadas foram: a análise de documentos, tais como: a Lei Federal nº 12.244/2010, o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana – Bahia, o PPP da escola *lócus*, entre outros. A observação durante os encontros formativos promovidos pelo Núcleo de Leitura Multimeios me possibilitou conhecer tanto a escola *lócus* como as entrevistadas através da interação, das falas e depoimentos que ocorriam naqueles encontros. A entrevista semiestruturada possibilitou um diálogo mais direcionado ao objeto com as colaboradoras da pesquisa.

Seguindo esta ordem, o percurso se iniciou através da leitura dos documentos institucionais tais como o Plano Municipal de Educação - PME 2016 de Feira de Santana, com o objetivo de identificar as políticas municipais para o desenvolvimento da leitura e do emprego da biblioteca escolar; o projeto político pedagógico – PPP da escola, que me permitiu entre outras coisas, conhecer a filosofia e missão da escola pesquisada e seu olhar para o objeto pesquisado em questão; o regimento interno, que poderá sinalizar as decisões tomadas pela escola no que diz respeito aos procedimentos e intervenções adotadas no cotidiano escolar.

Em seguida, fiz uso da entrevista semiestruturada com gestores, professoras e com uma representante da Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana a fim de identificar em suas falas as seguintes questões que, por certo, me auxiliaram no desenvolvimento deste estudo, a saber: A relação da escola com a leitura e com o livro ao longo da história; Qual a ideia que os(as) entrevistados(as) têm sobre a biblioteca (seu papel, importância e contribuições para a prática educativa na escola); Qual a relação de professores e alunos com a leitura; As expectativas para o desenvolvimento da leitura dentro e fora da escola; e o que pensam em relação ao espaço e sobre o acervo, e sobre a construção da biblioteca.

Este trabalho se estrutura em quatro capítulos: no primeiro capítulo, intitulado “Trajetória Pessoal: Decisões e Indecisões”, apresento os elementos oriundos da continuação de minha pesquisa iniciada ainda na graduação em Pedagogia apresentando as encruzilhadas recheadas de certezas e algumas indecisões com as quais me deparei durante os preparativos para esta escrita. Destaco ainda a contribuição do Núcleo de Leitura Multimeios (NLM) da Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS que me proporcionou o contato com uma equipe de professoras e estudantes dedicadas ao estudo e propagação da leitura que tanto subsidiou minhas ideias como me incentivou ao aprofundamento em tal pesquisa, possibilitando inclusive conhecer a escola que se tornou o espaço para minha pesquisa.

No segundo capítulo trago a discussão sobre o que a história nos apresenta em relação à finalidade da biblioteca e de que forma ela surge para assegurar a preservação da produção intelectual e artística da humanidade. Neste capítulo também trato dos marcos legais que regulam a criação da Biblioteca Escolar e das políticas públicas e institucionais para a estruturação e funcionamento deste espaço educacional. Outra abordagem presente neste capítulo diz respeito ao papel da leitura na escola e de que maneira ela vem sendo desenvolvida no ambiente escolar, além de destacar os preparativos necessários para a implantação de uma biblioteca e da necessidade de desenvolver atividades de formação de leitura com os professores.

No capítulo três discorro sobre o percurso metodológico trilhado na produção destes escritos, descrevendo a princípio os eixos teóricos desenvolvidos ao longo da escrita. Em seguida apresento os instrumentos utilizados para a geração dos dados e na sequência apresento de forma detalhada a escola definida como *locus* para esta



pesquisa. Para finalizar este capítulo descrevo de forma objetiva os sujeitos que colaboraram com a produção dos dados.

No capítulo quatro apresento os dados produzidos através das entrevistas realizadas com as colaboradoras da pesquisa. A abordagem deste capítulo propõe analisar a partir da escuta das entrevistadas quais as concepções e estratégias para a organização da biblioteca escolar, como se estabeleceu a relação entre as participantes da pesquisa, a leitura e a biblioteca, como a secretaria municipal de educação e a escola *lócus* têm se mobilizado na organização do acervo a ser utilizado pelos alunos e nas ações para que as práticas de leitura sejam incluídas e desenvolvidas no contexto escolar.

Por último, retomo algumas reflexões sobre as experiências com a biblioteca escolar e seus reflexos na formação do sujeito destacando especialmente os impactos desta pesquisa não apenas na trajetória de outros, mas especialmente na minha própria vivência, pois comungo da crença que, ao lançar-se na pesquisa, o autor/pesquisador cresce e se modifica ao passo que sua própria pesquisa toma corpo e se desenvolve.

## 2. TRAJETÓRIA PESSOAL: AS DIFÍCEIS ESCOLHAS

Adentrar o campo da pesquisa nos proporciona circunstâncias por vezes inesperadas, pois a pesquisa nos oferece a oportunidade de conhecermos além do que os nossos objetivos iniciais se propunham investigar. O campo de pesquisa sobre a biblioteca escolar e as práticas de leitura tem apresentado farto material para investigação, muito em virtude de a temática, embora contenha rico material teórico para fomentar as discussões, ainda apresente inúmeros desafios a serem superados para que a sua efetiva inclusão nos processos educativos se materialize. Em virtude dessas circunstâncias, a definição dos rumos desta pesquisa não foi tarefa simples, e isso se deu por razão de diversas necessidades de pesquisa e debate se revelarem a este pesquisador desde os primeiros estudos e leituras.

As encruzilhadas epistemológicas que se apresentaram, embora tivessem a biblioteca e a leitura como foco principal, conduziram este investigador a uma gama de informações que, embora relevantes, não correspondiam, no momento, ao propósito central desta pesquisa que resume sua intenção em analisar as contribuições da biblioteca escolar na formação do professor e do aluno leitor.

Com o objetivo de apresentar aqui os caminhos e as encruzilhadas que fizeram parte da trajetória desta pesquisa e do próprio pesquisador, passarei a descrever, nas subseções abaixo, como o processo de escolha por esta temática foi sendo construído ao longo da caminhada, e quais elementos foram sendo incluídos ou retirados para que a pesquisa ganhasse forma e permitisse a este estudo atender aos objetivos previamente estabelecidos.

### 2.1. A CONTINUIDADE DE UMA PESQUISA

Ler, pesquisar e escrever sobre leitura, práticas de leitura e biblioteca escolar é, para mim, mais do que um processo de produção intelectual: é a realização de uma paixão. É, na prática, reunir o que se gosta com o que precisa ser feito. Desde muito cedo minha relação com a leitura e com a biblioteca escolar sempre foi muito estreita e prazerosa. Foi no espaço da biblioteca escolar e em companhia dos seus inúmeros livros que passei boa parte dos recreios nos anos finais do Ensino Fundamental. Daquela época até os dias da graduação, o exercício pessoal de leitura decorria atrelado a uma

necessidade de ler pelo menos um livro por mês. A leitura sempre foi para mim uma boa companhia, despretensiosa quase todo o tempo, mas fiel e presente na minha trajetória como sujeito. José Mindlin, um amante e dos maiores colecionadores de livros de que se tem informação, registrou em sua obra *No Mundo dos Livros* um emocionante depoimento sobre a prática da leitura. O autor descreve de forma eloquente a convicção de que só quem experimentou as palavras de um livro pode expressar:

Quem não lê não sabe o que está perdendo, pois a leitura dá um sentido espiritual à vida, abre horizontes, dá uma visão melhor e mais ampla do mundo e da sociedade em que vivemos, estimula a imaginação e o sonho, e cria possibilidades antes impensadas de reivindicar mudanças em nossa sociedade, corrigindo as injustiças sociais e políticas que nos afligem (MINDLIM, 2009, p.13).

As palavras do ilustre bibliófilo brasileiro falecido em 2010, e que figurou na Academia Paulista de Letras desde 1999 e na Academia Brasileira de Letras desde 2006, representam de forma precisa a minha relação com os livros e com a biblioteca. Tal relacionamento permeou minha trajetória mesmo antes do ingresso na universidade e, em tempos da graduação, tornou-se mais acentuado quando fui incentivado a concluir o meu curso escrevendo sobre aquela intensa relação. Felizmente, mesmo encerrando a jornada da graduação, o desejo por tal pesquisa continuou, agora como necessidade, persistindo em um maior engajamento nos estudos sobre o livro, a leitura e a biblioteca. Deixando momentaneamente o sentimento por tais objetos, gostaria de apresentar parte do percurso que me trouxe até aqui. A escrita do trabalho de conclusão de curso *Biblioteca Escolar: Espaço de aprendizagem e formação do leitor* em 2017 permitiu-me levantar dados importantes que revelaram um pouco da realidade da leitura não apenas em algumas escolas da rede estadual no município de Feira de Santana-Bahia, mas também de perceber que tal realidade perpassa por políticas públicas educacionais e práticas adotadas pelos gestores e educadores.

A pesquisa tinha como objetivo conhecer de que maneira a biblioteca dentro do espaço escolar pode colaborar com o desenvolvimento do aluno leitor e pesquisador. Dentre os achados, foi possível constatar que um número considerável de alunos aprecia o hábito de ler, todavia a pesquisa também apontou, através dos relatos dos alunos que participaram da produção dos dados, algumas dificuldades para que a prática de leitura e pesquisa dentro da biblioteca escolar aconteça. Situações como bibliotecas fechadas ou com excesso de restrições para utilização foram apontadas como recorrentes pelos

alunos das instituições pesquisadas, assim como o fato de que poucos professores utilizam ou recomendam a biblioteca como fonte de informação, aprendizagem e aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula, ou até mesmo de espaço para a leitura recreativa. Dedicar-me a esse estudo levou ao aprofundamento da concepção da biblioteca escolar como um espaço indispensável de formação e educação, mas que precisa a cada momento ser apresentado, repensado e utilizado, para saia do “submundo” da escola, conforme colocado por Silva (2009), pois se professores e alunos não a explorarem, ou sequer a frequentarem, dificilmente ela cumprirá a missão para a qual existe. Para que essa relação se concretize e produza indivíduos leitores, faz-se necessário empregar práticas que permitam que a biblioteca ofereça a seu público todo o seu potencial educativo. Silva (2009), ao escrever sobre a biblioteca na escola, seu conceito e função, nos apresenta a seguinte proposição:

A biblioteca deve dar suporte à formação de leitores, estimular a pesquisa e o compartilhar de ideias, pois este local é parte integral do processo educativo, conforme o Manifesto da Unesco/ IFLA (Macedo 2005, p.173), portanto, na escola, a criança e o adolescente não devem prescindir, em sua formação como leitor e escritor, dessa possibilidade de ampliar conhecimentos de si próprios e do mundo que os rodeia (SILVA, 2009, p.116).

Estimular a leitura, o conhecimento da biblioteca e do que nela se encontra apresenta-se, para mim, desde as primeiras entrevistas que realizei com grupos de alunos de duas escolas da rede pública estadual localizadas em Feira de Santana-Bahia, ainda durante a conclusão da graduação, como um desafio que precisa superar as limitações de infraestrutura e de planejamento tão contumazes em nossas escolas. Poderíamos apenas nos ocupar com a preocupação sobre a frequência de leitura de nossos jovens, ou como tornar as práticas de leitura mais eficientes em nossas escolas, entretanto, nosso empenho inicial precisa ser no intuito de pesquisar alternativas que possibilitem superar dificuldades tais como: bibliotecas com acervos limitados ou inadequados, horários de funcionamento que não correspondem ao momento livre dos alunos e a falta de pessoal capacitado para o atendimento ao público.

Lamentavelmente, as primeiras investigações realizadas sobre a biblioteca escolar também indicaram que nem todos os professores possuem o cuidado em estimular seus alunos à leitura ou até mesmo a frequentar o espaço da biblioteca da escola, salvo exceções daqueles que não apenas estimulam como fazem empréstimos de livros em seu nome para que seus alunos tenham acesso aos livros da biblioteca da

escola. A pesquisa realizada, ainda como trabalho de conclusão da graduação, registrou a partir das escutas dos participantes da pesquisa que o estigma sobre as disciplinas da área de conhecimento das Linguagens serem as únicas responsáveis por desenvolver práticas de leitura ainda persiste. Segundo o levantamento feito com os alunos entrevistados, componentes curriculares tais como Geografia, Química, Física, por exemplo, exploram muito pouco o potencial de aprendizagem que a biblioteca tem a oferecer.

Tal realidade é discutida por Ferreira (2009), que aborda a seguinte questão: como professores poderiam incentivar aos seus alunos ao exercício da leitura sem que eles mesmos possuam o hábito de ler? A autora problematiza o fato de que para os alunos se interessem pela biblioteca ou façam uso dos seus recursos em seu aprendizado, o(a) professor(a) precisa criar as condições necessárias para que isso aconteça. Seja através do planejamento, do uso em sala de aula dos recursos disponíveis na biblioteca, da indicação de obras, e até mesmo, do exemplo como leitor(a) e frequentador(a) da biblioteca. Desta maneira os alunos poderão ter outra visão da biblioteca como espaço atraente e educativo, diferente da realidade em que tal espaço é pouco visitado e visto como aborrecido e monótono.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada na graduação não produziu apenas dados negativos. Mesmo em meio às dificuldades detectadas através das informações obtidas durante a investigação, é possível manter firme a esperança de que a biblioteca escolar não está condenada à falência. Parte dos entrevistados sinalizou em favor da leitura e a simpatia pela biblioteca escolar e pelo livro. Além disso, como dito mais acima, ainda temos professores e professoras leitores(as), dispostos a introduzir práticas de leitura no cotidiano da sala de aula, e, que para muitos de seus alunos são referência e modelo a ser seguido como amantes do livro, da leitura e do conhecimento.

## 2.2. UM OLHAR INQUIETO: SÃO POSSÍVEIS OUTRAS FLECHAS?

Pesquisar e escrever, quer seja no espaço acadêmico ou em qualquer outro lugar não é tarefa fácil! Pode até ser uma atividade prazerosa, todavia fácil não é. Chegar até aqui e daqui prosseguir requer muito trabalho e, principalmente, muita leitura e reflexão. Isso porque tal escrita não deve ser apenas para atender uma exigência acadêmica e/ou intelectual. Quando se propõe uma produção, preza-se por atender uma

ou mais inquietações, e a elaboração precisa ter significado e relevância acadêmica e social. Chegar a este ponto me fez lembrar as palavras de Marisa Vorraber Costa em um dos textos trabalhados ainda no primeiro semestre do mestrado, em que a autora narra sua experiência como orientadora de um trabalho apresentado por um de seus alunos no V Salão de Iniciação Científica da UFRGS no ano de 1992. O texto “Agenda para Jovens Pesquisadores” compunha o sétimo capítulo do livro *Caminhos Investigativos II*, e trazia a seguinte narrativa:

Tinha eu um ideal asséptico, inodorizado e inabalável da atividade de pesquisa que, guardada sobre o braço forte da ciência, apaziguaria nossas titânicas interrogações. Bastaria que aliássemos à competência do pesquisador um tema fértil e uma boa metodologia e estaríamos na senda da certeza. Qual não foi minha surpresa quando deparei-me com um universo onde a maior certeza era a de que não tínhamos muita certeza de aonde o nosso trabalho iria nos levar. Ocasionalmente, eu era surpreendido por algumas frases proferidas pela orientadora em momentos de fadigas e extenuação, como “Estamos mergulhados neste projeto que sequer eu sei ao certo aonde vai dar”. Impressionava-me o fato de, em determinados momentos da pesquisa, estarmos como que parados diante de uma encruzilhada onde diversos caminhos se nos apresentavam como sendo igualmente coerentes (COSTA, 2002, p.144).

Vejo-me representado por essas palavras e acredito que boa parte dos jovens pesquisadores, e até mesmo os mais experientes, se depara com tais “encruzilhadas”. Ainda que o que se configura como objeto do meu estudo e da minha pesquisa seja algo com que eu tenha significativa identificação, não tem sido fácil decidir os caminhos e rumos que a escrita poderá trilhar. Isso se dá em virtude de os temas práticos de leitura, formação de leitor e biblioteca escolar convergirem para um amplo debate, sendo possível discorrer por diversos caminhos, tais como o debate sobre as políticas públicas existentes e a sua efetivação na prática, as práticas de leitura adotadas no espaço escolar, a formação de professores leitores, o papel e a importância do bibliotecário para o desenvolvimento da leitura e da utilização da biblioteca, a organização e composição do acervo, o espaço físico ideal para uma biblioteca, entre tantos outros.

De fato, o tema Biblioteca/leitura é muito rico e vasto. Basta mergulharmos na realidade das bibliotecas públicas ou escolares para enxergarmos a cada experiência, a cada entrevista, a cada leitura que esse processo se encontra em andamento, mas ainda há muito por ser feito, pesquisado e estudado. Silva (1999) relata que:

Escrever sobre a biblioteca escolar brasileira é tocar numa das maiores deficiências do nosso aparelho escolar. Desde os colégios dos jesuítas – nossa primeira experiência de educação formal – até os dias atuais, muito pouco se fez em relação à biblioteca escolar. Podemos afirmar que, no Brasil, a rigor, quase tudo está por fazer nesse campo (SILVA, 1999, p. 46).

Diante do exposto por Silva (1999), acredito ser essa uma das razões de esta pesquisa conduzir para algumas certezas, ao mesmo tempo em que apresenta indecisões. Sobre algumas dessas incertezas, creio ser necessário apresentar aqui para que, se possível, mais adiante tais apontamentos sirvam como indicadores para outras pesquisas ou quem sabe, como expresso por Corazza (1996), tornem-se “flechas” atiradas para que outros ou nós mesmos, em outras ocasiões, recolhamos e as enviemos em outras direções, em outras pesquisas.

Como mencionei, alguns desdobramentos desta pesquisa não serão explorados nesta escrita, não necessariamente por não apresentarem relevância, mas por entender o seu distanciamento com o tema. Entretanto, tais temáticas de fato não poderão ser abandonadas. Uma delas diz respeito à forma como a biblioteca está sendo utilizada em favor da educação, como seu acervo e espaço estão sendo utilizados por professores e alunos e como as escolas desenvolvem seus planejamentos de práticas de leitura e de uso da biblioteca escolar. Entendo que tal discussão seria pertinente ao pesquisar uma escola que já possua uma biblioteca organizada, e o objetivo principal seria retratar de que maneira a BE assume o patamar de espaço participante na pesquisa, nas práticas de leitura e no desenvolvimento da educação no contexto escolar.

Outra questão de debate que se apresentou ao longo desta pesquisa tem a ver com a discussão sobre a formação do professor leitor ou do professor de leitura. Isso pelo fato de que o professor pode atuar na mediação entre o aluno e a leitura. Silva (1999) enfatiza como responsabilidade de todo e qualquer professor incluir em sua prática ações voltadas para a leitura e para o uso do livro e da biblioteca, haja vista que é a através da leitura que se torna possível compreender os conteúdos estudados. Sobre esta questão, o autor é categórico ao dizer que:

Nesta perspectiva, julgamos apropriado lembrar que a missão de promover a leitura recai sobre o professor, independente da disciplina que leciona. Em outras palavras, incentivar a produção de leitura do aluno e a sua frequência à biblioteca escolar é tarefa de qualquer professor, e não apenas dos que trabalham com Comunicação e Expressão, como costuma-se pensar na escola (SILVA, 1999, p. 73).

Tal investigação apresenta como uma de suas questões centrais a existência ou não de políticas de formação e ajustes curriculares voltados para tal finalidade. Embora bastante inquietante, creio que tal temática necessite mais do que apenas um capítulo para sua discussão e por essa razão seja mais sensato desenvolvê-la em outro estudo.

Outra questão relevante a ser pesquisada diz respeito à relação entre as práticas de leitura, o uso da biblioteca escolar e os reflexos destes instrumentos no desempenho escolar. Levando em consideração os dados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), seria relevante identificar se o bom e o mau desempenho obtidos seria fruto de um aproveitamento dos recursos da biblioteca nas instituições pesquisadas. Ressalto que estudos parecidos foram realizados em escolas dos Estados Unidos e apontaram um efetivo sucesso nas escolas em que a biblioteca funcionava plenamente, com a presença de um bibliotecário participativo na proposta pedagógica das escolas em questão. Entretanto, essa foi mais uma temática que, como disse, embora relevante, não foi possível ser investigada nesta pesquisa.

Considerando esses e outros caminhos que o tema apresenta e ainda pode apresentar, creio que prosseguir investigando o potencial da biblioteca escolar na educação e a necessidade de investir em práticas de leitura e ações relacionadas à biblioteca escolar seja de grande importância, o que justificaria o empenho de políticos, gestores e professores em consolidar a biblioteca escolar como fonte do saber e parceira de professores e estudantes. Tais temáticas não se apresentam com o status de certezas e indecisões por acaso, embora esta pesquisa não ofereça espaço para serem exploradas, é possível compreender que são inquietações que também necessitam ser discutidas e se possível respondidas. Creio ser esse um dos papéis da pesquisa acadêmica: trazer à tona as demandas da sociedade e promover o debate em busca de soluções para tais questões. Além disto, é importante destacar que tal experiência não só se encerra em conflitos e incertezas: a travessia das encruzilhadas na pesquisa acadêmica também permite o esclarecimento e fortalecimento do tema investigado, as arestas estão sendo aparadas e o objeto vai ganhando forma e passa a ser visto mais claramente. Corazza (1996) ressalta a importância desses percalços e afirma que em certos momentos se faz necessário parar e pensar. Sobre isso ela faz a seguinte consideração:

Até para que se possa estabelecer suas principais coordenadas;  
desenhar suas curvas de visibilidade e de enunciação; reconhecer suas



linhas de sedimentação e também de fraturas; reordenar os percursos e manter os cursos; direcionar as luzes em outra direção e conservar alguns focos lá onde já estavam; em poucas palavras, mapear o terreno e cartografar as linhas do trabalho nele realizado (CORAZZA, 1996, p.106).

O encontro com as incertezas também revela as decisões. E ao me referir às decisões, não trato unicamente sobre o tema que escolhi e decidi seguir investigando, me refiro também às certezas de que os temas a serem discutidos posteriormente possuem a relevância devida e, por essa razão, deixam de ser encruzilhadas e passam a ser novos rumos e novos olhares de uma pesquisa que tem muitas questões a responder.

### 2.3. AÇÕES DO NÚCLEO DE LEITURA MULTIMEIOS E AS EXPERIÊNCIAS DO PROJETO DE EXTENSÃO LEITURA ITINERANTE

Ainda durante a graduação em Pedagogia, tive a oportunidade de, no sexto semestre do curso, conhecer a professora Maria Helena da Rocha Besnosik que, no ano de 2016, era professora titular da disciplina Fundamentos Filosóficos da Educação. Embora a disciplina apresentasse uma proposta de debate dos principais autores das teorias educacionais tais como Saviani e Bourdieu, a professora Malena, como é carinhosamente chamada por todos, sempre abria as aulas com leituras de contos, crônicas e outros textos que nos faziam viajar em nosso imaginário. Suas aulas ganhavam um requinte de tertúlia que enriquecia as discussões que se seguiam. Foi através dessa experiência que, em conversas com a referida professora, tomei conhecimento do grupo de pesquisa em leitura e letramento promovido pelo Núcleo de Leitura Multimeios - NLM, ligado ao Departamento de Letras e Artes da UEFS, no qual prontamente me engajei. Esse espaço de pesquisa e extensão tem a sua origem em meados dos 1990, e foi iniciado a partir de encontros de leituras entre alguns professores e professoras da época tais como a Professora Mestre Ana Angélica Vergne de Moraes, o Professor Doutor Sérgio Rivero e a Professora Doutora Maria Helena da Rocha Besnosik.

O Núcleo tem dedicado esforços para promover a formação de leitores e, para isso, tem desenvolvido projetos de extensão dentre os quais se destaca o “Leitura Itinerante: uma alternativa de formação de leitores”, que nessa dissertação será abordado.

Nos encontros formativos do NLM, além dos inúmeros debates sobre leitura, história da leitura, práticas culturais de leitura, letramento etc., tive também a oportunidade de conhecer a professora Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima que, mais à frente, aceitou o desafio de ser minha orientadora tanto na monografia de conclusão de curso da graduação como neste trabalho. Profissional com quem rapidamente me identifiquei ao conhecer e reconhecer no seu trabalho um interesse especial pela leitura e pela biblioteca.

Foi através das ações de leitura promovidas pelo NLM que acabei me encontrando com a Escola Municipal Regina Vital e suas gestoras e professoras. A instituição se tornou campo de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho. Organizando a narrativa dos acontecimentos, a referida escola tornou-se espaço para as ações de extensão do NLM através de Laís Araújo, então graduanda e bolsista que, na ocasião, atuava no Projeto de Extensão “Leitura Itinerante” desenvolvido pela universidade em escolas do município promovendo atividades de leitura com os professores e alunos das escolas, sendo a Escola Regina Vital uma delas. O trabalho desenvolvido pela bolsista de extensão na instituição acabou surtindo um importante resultado, o que levou a direção da escola a solicitar um trabalho voltado para a formação das professoras em práticas de leitura com o objetivo de ampliar o exercício da leitura em sala de aula, o que prontamente foi acolhido pela equipe do Núcleo.

Juntamente com as gestoras e professoras da escola foram realizados encontros mensais com o corpo docente para apreciação e discussão sobre leitura e o seu papel na formação do indivíduo. Após ter concluído uma das disciplinas do mestrado, retornei às reuniões do Núcleo que, na ocasião, aconteciam no horário da disciplina em questão, o que até aquele momento transformava-se em empecilho para a minha participação. Em uma de nossas reuniões, tomei conhecimento do trabalho que estava sendo realizado na escola e prontamente me voluntariei para participar da atividade, bem como me integrei à equipe do Projeto de Extensão Leitura Itinerante, pois estava inquietado por pesquisar sobre a formação do professor leitor. Foi a partir desses encontros que acabei decidindo alterar os rumos da minha pesquisa que inicialmente tinha como objetivo investigar a participação da biblioteca escolar na formação do estudante e suas contribuições com a aprendizagem através das práticas de leitura. Tal proposta de pesquisa propunha uma análise das políticas públicas e dos programas de leitura que estivessem em vigor nas escolas do município de Feira de Santana – Bahia, e de que forma tais ações se

viabilizavam o cumprimento das orientações previstas na Lei n. 12.244 de 2010 que dispõe sobre a obrigatoriedade e universalização da biblioteca escolar nas escolas existentes em todo o território nacional. Tal modificação se mostrou apropriada, em virtude de o novo tema me permitir não apenas ir além de discutir as disposições da Lei n. 12.244/10, considerando a necessidade urgente do seu cumprimento naquela unidade escolar e os elementos necessários para a sua instalação, como também analisar práticas formativas para o professor leitor em andamento naquela instituição.

#### 2.4 O ENCONTRO COM O OBJETO: CONHECENDO A ESCOLA REGINA VITAL

Não foi tarefa fácil definir os caminhos a percorrer nesta escrita. Posso até dizer que foi preciso que esses caminhos se apresentassem a mim ao longo do percurso que teve início com o meu engajamento no trabalho de formação de professores leitores desenvolvido pelo Núcleo de Leitura Multimeios na Escola Municipal Regina Vital.

Os caminhos de investigação de uma pesquisa nos permitem conhecer muito mais do que as nuances do objeto que se pretende pesquisar, pois nos permitem também descobrir os indivíduos, os espaços e as práticas que se desenvolvem em certos lugares. Foi a partir da imersão nesta pesquisa que conheci a Escola Municipal Regina Vital que, mesmo frente às adversidades que uma escola pública tende a enfrentar, mostrou-se uma instituição dedicada a oferecer, através de seu corpo docente e pedagógico, uma educação de qualidade à comunidade por ela atendida. Tal preocupação viabilizou a participação do NLM no trabalho de formação de mediadores de leitura na escola.

Foi com o objetivo de pesquisar a formação docente para a leitura que comecei a frequentar as atividades na escola e desde os primeiros momentos me empenhei em observar os professores, as estratégias e os efeitos que resultariam daquelas intervenções. Uma coisa que me causava curiosidade era compreender a relação da escola com a leitura e o que teria sido determinante para aquelas profissionais desejassem uma intervenção como a formação de mediadores de leitura que estava sendo desenvolvida ali. Instigava-me saber quais experiências aquelas professoras desenvolviam em suas turmas e qual era a sua relação pessoal com o livro e a leitura. Inquietado por tais questões, fiz uso dos encontros formativos para conhecer mais sobre as opiniões e concepções de leitura das participantes daquela formação. Isso me

permitiu atentar para os diversos relatos que as pessoas que participavam daquele trabalho formativo expressavam sobre a importância da leitura em suas trajetórias pessoais. Eram relatos que descreviam experiências da juventude, do convívio escolar, do ingresso na formação acadêmica etc, recordações que emergiam das leituras de acolhimento ministradas pelas professoras Rita Brêda e Malena e que, de fato, nos faziam acessar nossas experiências e memórias com o livro, a leitura e a biblioteca. Foi em uma dessas entusiasmadas rodas de conversa que minha atenção foi fisgada por uma das falas da coordenadora da escola que, em meio aos inúmeros depoimentos, professou a seguinte fala: “seria tão bom se tivéssemos a nossa biblioteca! ”. A fala da coordenadora naquele momento expressava um desejo antigo de que aquela escola possuísse em seu território uma biblioteca escolar que por certo poderia oferecer oportunidades para inúmeras atividades de leitura o que, possivelmente, produziria nos alunos experiências pessoais com a leitura tal qual estavam sendo relatadas ali.

A frase, a princípio, me sensibilizou e, ao retornar para a minha residência, meus pensamentos estavam mergulhados naquelas palavras e no quão intrigante era aquela situação. Uma escola que se envolvia de forma apaixonada com a leitura, mas que, até o momento, não dispunha da estrutura de uma biblioteca para dar suporte às práticas de leitura que poderiam ser ofertadas aos alunos. Foi partindo dessa inquietação que senti a necessidade de investigar mais a fundo tal problema e direcionar minha pesquisa para a compreensão dos meandros que levam ao surgimento de uma biblioteca escolar e, mais do que isso, como se dá esse nascimento/criação, quando a biblioteca escolar, desde o primeiro momento, é pensada, planejada e organizada a partir da mobilização da escola.

Este trabalho aborda os caminhos para a implantação de uma biblioteca no espaço escolar considerando as políticas federais e municipais que direcionam tal implantação tais como a Lei no.12.244/10 bem como as indicações previstas no Plano Municipal de Educação, além de investigar a formação que os envolvidos no processo educativo, a saber, gestores e professores, disponham para o envolvimento da biblioteca no ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento da pesquisa e da leitura dentro e fora do ambiente escolar. A realidade da biblioteca dentro da escola pública brasileira em geral não apresenta esta peculiaridade. Normalmente a sua implantação, quando ocorre, é resultado de um ato de governo que visa apenas cumprir as orientações de filosofias que se satisfazem em apenas instalar a biblioteca sem se preocupar com as ações

relacionadas que resultem em um bom aproveitamento deste importante espaço. O que acontece quase sempre é o que Silva (2009) nos apresenta:

O descaso com a biblioteca escolar não é incomum em nosso país, pois parte das escolas não possuem biblioteca, contudo, as que possuem, não a exploram como deveriam, usam-na apenas como depósito de livros, sem uma organização pedagógica, sem integrá-la ao projeto educativo da escola. Existe ainda aquela parte que funciona no improvisado, por ação de um ou outro professor sem, no entanto, fazer parte do projeto educativo da escola (SILVA, 2009, p. 118-119).

Isso, portanto, passa a ser o fator decisivo para esta investigação. A expectativa torna-se animadora ao pensar numa biblioteca que tenha em sua fundação o desejo proveniente da comunidade escolar de que ela venha para acrescentar o que a sala de aula sozinha não pode oferecer. Silva (2009) declara que:

A biblioteca escolar trará benefícios para o contexto escolar se não for tratada como peça decorativa, mas como um organismo vivo que emana para toda a comunidade escolar possibilidades distintas de conhecer, de sedimentar o que já se sabe, de refletir e ampliar a compreensão de mundo dos alunos (SILVA, 2009, p. 118).

De um modo geral, a biblioteca na escola só poderá contribuir para o desenvolvimento educacional se alunos e professores entenderem sua missão e função e por eles forem bem utilizadas. Caso contrário, seu destino será o de um espaço inativo como afirma Maria (2016, p. 137): “Qualquer que seja o valor da literatura, ele é real apenas quando e onde os bons leitores a leem”.

As primeiras experiências na Escola Municipal Regina Vital não apenas alteraram o rumo desta pesquisa, como também deram sinais de que muitos ainda acreditam na biblioteca como parte indissociável do projeto educacional escolar e que, possivelmente, já tenham sido esclarecidos sobre esta contribuição. Tal visão e valorização do espaço educativo e formativo que a biblioteca escolar representa asseveram a sua condição como pauta a ser investigada para que, através das compreensões apreendidas ali outras instituições e profissionais sejam influenciados.

Após a decisão dos rumos e do objeto desta pesquisa faz-se necessário agora investigar o que a bibliografia pertinente tem discutido até aqui sobre o tema em questão. Para tanto, tomando como base os escritos dos diversos estudiosos do campo da leitura e da biblioteconomia, conduziremos no próximo capítulo o debate sobre a

biblioteca como fonte de saber e de informação, e a relação do homem com a informação, a produção do conhecimento e a necessidade de organizar mecanismos para a preservação e propagação dos saberes que acompanham a existência humana desde os primórdios da civilização.

### **3. IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ESCOLAR: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA**

Imagine se pudéssemos acessar a mente de uma pessoa. Imaginemos como seria instrutivo ter acesso às suas memórias, suas experiências, suas ideias e opiniões. Imagine poder gradativamente se apropriar dos saberes e do conhecimento que essa pessoa adquiriu durante a sua existência e a partir daí atuar de forma eficiente construindo e transformando a realidade à sua volta. Imaginemos se por acaso essa fosse uma pessoa que tivesse uma mente criativa e sonhadora, capaz de produzir as mais extraordinárias histórias, como seria prazeroso viajar em tais pensamentos.

Ainda que de forma sucinta, a biblioteca nos possibilita conhecer parte do que a intelectualidade da humanidade pode produzir. Por mais modesto que seja o acervo de uma biblioteca, é possível termos acesso, ali, a uma significativa parcela de relatos, conhecimentos e da criatividade de diversos(as) autores(as) e pensadores(as) da humanidade. Como afirma Milanese (1983), é na biblioteca que a memória da sociedade está organizada. E o que é melhor, na biblioteca, temos acesso não apenas ao que produz uma única mente, mas de uma parcela significativa do pensamento humano. Entretanto, para que a oportunidade de acesso às memórias da humanidade aconteça, é necessário que dentro do espaço escolar a biblioteca seja uma realidade. Se, porventura, ela ainda não exista, cabe aos envolvidos na educação pensar em sua organização, em seu nascimento/implantação.

Antes de discutirmos os caminhos a serem seguidos para a implantação de uma biblioteca, é preciso a compreensão de algumas questões, por exemplo: Como nasce uma biblioteca? O que os registros históricos têm a nos revelar sobre esse significativo acontecimento? Tais questões não são simplesmente fruto de uma curiosidade com pretensões de apenas conhecer a origem e a trajetória da biblioteca na história da humanidade. O interesse em compreender os processos que envolvem tal acontecimento serviria talvez para nos auxiliar no entendimento do que a biblioteca ao longo dos tempos representa na construção e no desenvolvimento da humanidade e de seus saberes.

A história da biblioteca sucede a história do registro escrito, da descoberta da comunicação através dos caracteres, dos símbolos e das diversas formas de

representação das ideias que ao longo da história o ser humano foi se utilizando para registrar seus pensamentos e suas realizações.

Milanesi (2013) apresenta-nos em sua obra *Biblioteca*, que a biblioteca tem a sua origem mediante a necessidade que a humanidade tem em “guardar” o conhecimento por ela produzido. Já Barbier (2018), trata a questão de que esses espaços são definidos a *priori* como o local em que os livros são conservados e postos à disposição. Tais definições expressam o momento em que o homem se dá conta da importância dos registros dos conhecimentos e das memórias que por ele e por seus companheiros eram produzidos, e que se faz urgente o cuidado para que tais produções não se percam, não se deteriorem.

Em virtude desta preocupação, Milanesi (2013, p.10) escreve que: “[...] como o homem não sabe o que deve conservar e o que pode ser descartado, por precaução, guarda e zela”. Não é difícil compreendermos o dilema que o homem de eras passadas vivenciou. Quantos de nós não mantemos guardados cadernos com anotações, pastas de arquivos digitais que ainda que momentaneamente não nos pareçam possuir utilidade imediata, nos causa receios em descartá-los frente a possibilidade de sua utilização posterior? Em meio a essas preocupações, a humanidade se desenvolvia, os registros também se multiplicavam, e a necessidade de consulta ao que ao longo do tempo era produzido se fazia cada vez mais uma prática comum. Em virtude dessa procura, Milanesi (2013) destaca a maneira encontrada pela humanidade no passado para dinamizar este processo. O autor narra que:

Para facilitar a ordenação e o acesso aos registros, os homens, as cidades e os países, durante séculos de história, consideraram melhor juntá-los em um único lugar, formando coleções e criando serviços a elas vinculados. Quando um desses locais é visitado por um curioso à procura de algo, além de achar o que deseja, o interessado pode encontrar mais do que supunha existir (MILANESI, 2013, p. 10).

À medida que as civilizações se tornavam eruditas e científicas, o conhecimento produzido adquiria valor inestimável e, portanto, era imprescindível conservá-lo não apenas para servir na contemporaneidade, mas também, tais saberes produzidos seriam como faróis para as gerações seguintes. O conhecimento assumia lugar de destaque e é neste cenário que a biblioteca surge como espaço de organização, conservação e transmissão de tudo o que estava sendo produzido.



Barbier (2018) descreve a biblioteca como destacada instituição de transferência cultural. Se o objetivo era transmitir os conhecimentos para outros povos e outras gerações, o livro era esta ferramenta, era o veículo que permitiria “transportar” o saber. Segundo palavras do autor:

O papel das bibliotecas nos procedimentos de transferência é ainda maior porque estamos, até o século XIX, numa lógica em que o principal meio de comunicação da cultura é, no Ocidente, o do livro, termo que entendemos aqui no sentido mais amplo (livro manuscrito ou impresso, mas também peça, periódico etc.), mas em que este permanece por muito tempo relativamente raro. A função da biblioteca, esse local em que os livros estão disponíveis, é desde então estratégica em se tratando de transferência e de apropriação (BARBIER, 2018, p. 19).

Sobre essa perspectiva, Milanesi (2013) descreve que os acervos das primeiras bibliotecas, tratados ainda como coleções, tornaram-se referenciais para as civilizações da época, e, como narra o autor, algumas delas foram importantes elos entre etapas da história. E sobre esta forma de a humanidade lidar com os conhecimentos produzidos, Milanesi (2013) destaca mais uma vez a necessidade de tal preservação:

Cada uma guardava parte da produção intelectual de um período histórico, de um povo. Se, porventura, durante uma guerra, o antagonista incendiasse a coleção alheia, seria grande o prejuízo uma vez que, destruído o registro, haveria perda da memória (MILANESI, 2013, p. 10).

Conforme os registros da história, ações desastrosas contra as bibliotecas ocorreram diversas vezes ao longo da trajetória das civilizações. Relatos como o do general mulçumano Amr que, ao ser questionado sobre o que fazer com os livros da biblioteca dos ptolomeus em Alexandria, determinou prontamente que os mesmos alimentassem as fornalhas da cidade. Suas palavras registradas na obra *Arab conquest of Egypt*, de Alfred J. Butler (*apud* BATTLES, 2003, p. 28-29) foram lamentavelmente as seguintes: “Com relação aos mencionados livros, se o que vem dito neles concorda com o Livro de Deus, eles são desnecessários; se discordam, são indesejáveis. Destrua-os, portanto”. Fechando por ora esse parêntese lastimável da história da biblioteca e da humanidade, compreendemos que as bibliotecas, em virtude dos conteúdos que armazenavam, se tornaram fonte de “riqueza” e de “status”.

Milanesi (2013) destaca que as bibliotecas, pelo seu tamanho e variedade, tornaram-se referencial que determinava o desenvolvimento e a riqueza de uma sociedade. Em concordância com essa afirmação é possível indicar que nos dias atuais a maior biblioteca do mundo, a Biblioteca do Congresso, em Washington - Estados Unidos - possui a maior riqueza e em determinadas questões é a nação mais poderosa do mundo, fato esse que Milanesi (2013) considera como não sendo uma mera coincidência.

Não por acaso, o conhecimento desde a aurora das civilizações traz consigo o estigma do poder. Quanto mais conhecimento uma sociedade tivesse mais proeminente ela se tornaria. Em certos momentos da história da humanidade, o conhecimento passa a ser objeto de disputa. Primeiro pela Igreja que restringia o seu acesso aos fiéis, o que permitiria uma maior aceitação inquestionável de seus dogmas no período pré-Gutenberg. Após a revolução possibilitada pela invenção da imprensa, o conhecimento foi alvo de controle da elite dominante que para dominar as massas e o proletariado restringiam o acesso às fontes do conhecimento. Mindlin (2009, p. 14) observa que “[...] o livro tem um papel não só didático como também político, tanto que, com o tempo passou a ser temido pelos governos autoritários”. Sobre tal aspecto, Milanesi (2013, p. 12) faz uma interessante reflexão: “Talvez, o conhecido grito de guerra dos bibliotecários – “informação é poder” – esteja fundamentado nesta ideia: quem sabe mais, domina melhor”.

Outra circunstância que marcou a história da biblioteca e de seu nascimento foi a sua organização com fins de disseminação das ideias. Sobre essa perspectiva, Milanesi apresenta em sua obra *Ordenar para Desordenar*, de 1986, um breve registro de como eram organizadas as primeiras bibliotecas no território brasileiro e o propósito principal a que serviam. O autor nos conta que:

Os jesuítas, como não podia deixar de ser, organizaram as primeiras bibliotecas no Brasil, nascidas nos lugares onde eles assentavam suas armas para a conversão do gentio. Elas não nasceram públicas, mas, como o ensino, privadas e com uma direção ferreamente dirigida: a catequese, o aprimoramento do espírito missionário. Os livros que faziam parte desse arsenal religioso espalhado pelas primeiras povoações e colégios eram apropriados ao objetivo: fundamentalmente obras litúrgicas ou de amparo doutrinário ao trabalho apostólico, sempre sob o respaldo do colonizador, o poder temporal indissociado da pregação religiosa (MILANESI, 1986. p.65).

O relato apresentado por Milanesi (1986) expressa as diferentes finalidades para as quais uma biblioteca pode ser idealizada. A depender de quem a projete, sua existência poderá assumir identidades específicas e inúmeros propósitos. Sua implantação ao mesmo tempo que pode ser com a intenção de emancipar, de esclarecer, de fazer conhecer, pode também ser direcionada para a propagação e reforço de um objetivo.

Ainda que historicamente a chegada da biblioteca em determinados lugares e nações tenha sido através de uma dinâmica que visava atender propósitos divergentes de uma educação emancipadora, as lições aprendidas com a história precisam nos direcionar para que a implantação das bibliotecas seja um ato que, ao ser pensado e planejado, tenha como alvo principal possibilitar aos indivíduos os saberes necessários para a sua própria formação sem favorecer ou priorizar determinada cultura ou pensamento.

Não obstante, Milanesi (2013) escreve que a dinâmica do conhecimento seria “conheça, amplie e passe adiante”. A partir do momento que os indivíduos entram em contato com os saberes existentes, e quando possível são por ele ampliados, devem ser passados ou comunicados a outros indivíduos, outras gerações. Os registros escritos, as pinturas, as narrativas, são formas desenvolvidas pela humanidade para que as “riquezas” produzidas pela inteligência humana não se percam, mas reverberem nas incontáveis gerações. Portanto, preservar o conhecimento é mais do que acumular saberes e experiências, é garantir acima de tudo a autopreservação da espécie humana e da sociedade. Sobre tal necessidade, Milanesi (2013, p. 12) destaca que: “Se desaparecessem todos os acervos reais ou virtuais os homens não teriam como transferir para a geração subsequente tudo o que as gerações anteriores acumularam”. É por conta dessa necessidade que a biblioteca surge e permanece, conforme dito por Milanesi (2013), como fator essencial para o desenvolvimento. O espaço da biblioteca assume a condição de “banco” da memória da humanidade, memória dos seus feitos e realizações, da sua construção e transformações históricas, da sua produção intelectual etc. Por essa razão, Milanesi (2013) conclui que:

Por isso, a biblioteca, real ou virtual, enquanto concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem, permanece como fator essencial do desenvolvimento. E nunca acabará. Muda a sua configuração física, transforma-se as operações de acesso à informação e até tem o nome trocado, mas, na essência,

permanece como a ação concreta do homem, o grande desafio e jogo humano para não perder o que ele próprio criou (MILANESI, 2013, p. 12).

Como vimos, o surgimento da biblioteca ocorreu em função da necessidade que o homem identificou de preservar e assegurar o acesso à produção intelectual e às memórias da humanidade. O passo subsequente foi introduzir a biblioteca no contexto escolar. Embora tal inserção se deu muito em virtude da necessidade de os alunos cumprirem as exigências das atividades de classe, e em razão da condição socioeconômica do público estudantil não lhes permitir investimentos em acervos particulares, compreende-se que a biblioteca escolar tem um importante papel no cenário da educação, fato reafirmado por Soares *et al* (2011) quando expõe que a primeira biblioteca pública da Bahia, quando criada, passou a assumir a função de biblioteca escolar, pois segundo os estudos:

Muito embora tenha nascido para ser biblioteca literária e científica, a Biblioteca Pública da Bahia, face à carência de bibliotecas escolares e municipais, passa aos poucos a atender em larga escala a estudantes de faculdades e a secundaristas, que não possuem, de modo geral, condições para adquirir as obras indispensáveis à sua formação (SOARES, 2011, p. 104)

Acerca dessa mesma situação, Heloisa Almeida Prado em sua obra *Organize sua Biblioteca*, publicada no ano de 1974, já argumentava sobre a importância da biblioteca no espaço escolar. A autora afirma:

A biblioteca escolar é uma necessidade, pois não representa uma entidade independente, mas um complemento da escola. Se a escola inicia o aluno na instrução, a biblioteca completa. A sua função é de agente educacional, proporcionando enriquecimento da cultura do aluno nos diferentes campos, oportunidade para o desenvolvimento social e intelectual e horas de distração, através de livros de leitura recreativa, a qual muito bom resultado dá, quando bem dirigida (PRADO, 1974, p.111).

Embora tal reflexão date de mais de quarenta anos atrás, ela permanece em concordância com as aspirações mais atuais, pois ainda hoje compreendemos que a educação não pode ser completa sem a presença dessa importante fonte de conhecimento que é a biblioteca escolar.

### 3.1. A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE LEITURA NA ESCOLA

A escola é um dos principais espaços para o desenvolvimento da educação: quanto a isto não há dúvidas, já que entendemos ser essa a principal razão de a escola existir, embora saibamos que, quando o assunto é a educação para as classes mais pobres, em geral, praticada na escola pública, é um campo de disputa política repleto de tensões no qual, de um lado, existem aqueles que desejam uma escolarização que prepare o estudante para o trabalho e do outro aqueles que defendam uma educação que possibilite o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Sabemos também que o espaço escolar é um significativo e potente local de formação de leitores, muito embora outras instituições, tais como a família, a igreja etc. também contribuam oportunizando o contato com o escrito. Compreendemos ser a escola o lugar onde os indivíduos deveriam encontrar materiais dos mais diversos, repletos de informação e conhecimento, capazes de entreter e de instruir os seus usuários, tais quais os que a biblioteca reúne.

A escola assume formalmente em suas atividades pedagógicas o processo de ensino da alfabetização, do letramento e da leitura. Descrevendo de forma breve cada um desses processos, tão comumente confundidos, a alfabetização significa o ato de aprender a decodificar a partir do conhecimento dos signos e símbolos utilizados para a escrita e a leitura. O letramento, por sua vez, conforme apresenta Soares (2004, *apud* BRITTO 2009, p. 191), “pressupõe, além do conhecimento do código, o uso do ler e escrever para responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente e agir conforme determinam essas circunstâncias”. Por último, considerando a ideia de Britto (2009), leitura pode ser entendida como uma prática social, e sendo assim esta prática pode ser aprendida nas relações sociais que acontecem dentro destas instituições.

Entendendo que a prática da leitura e a sua mediação sejam ações fundamentais a acontecerem dentro do contexto escolar, reafirmamos a importância da biblioteca como o lugar em que tais ações podem não apenas acontecer, mais também pode ser direcionadas e planejadas. A biblioteca sendo bem utilizada através da proposta pedagógica escolar resultará em alunos capazes de se desenvolverem como leitores para além das exigências escolares: tornar-se-ão leitores para a vida. Para que isso aconteça, é fundamental que os envolvidos compreendam o papel da leitura no contexto escolar e

a importância de desenvolver práticas de leitura planejadas ou até mesmo despretensiosas que promovam o gosto e o prazer pela leitura. Sobre tais informações nos aprofundaremos a seguir.

### **3.1.1. O papel da leitura na escola e a leitura para além da escola**

A defesa de uma educação que ultrapasse a função profissionalizante e que permita ao indivíduo não apenas as habilidades de uma mera decodificação e uma articulação da escrita, mas compreender o sentido do que se lê desenvolvendo assim o pensamento crítico e autônomo nos faz concordar com Yunes (2002) quando afirma que ler é um ato homólogo ao de pensar. Em sua obra *Pensar a Leitura: Complexidade*, ela afirma:

Quem não sabe pensar mal fala, nada escreve e pouco lê. Não seria, pois, o caso de inverter o processo e investigar como a formação do leitor pode fazer passar da mera alfabetização à condição efetiva de “pensador” (YUNES, 2002, p. 16)

Assumindo essa condição, quando o indivíduo reflete criticamente não apenas sobre o que lê, mas principalmente sobre o mundo no qual está inserido, ele pode compreender que esse mundo não subsiste sem a sua presença, conforme discute Yunes (2002). Ou seja, somente através do esclarecimento que advém em boa parte através da leitura é que esse indivíduo passa a ser sujeito que compreende o seu papel social e a sua responsabilidade como autor e ator da sua própria história e do mundo.

Luzia de Maria (2016), em sua obra *O clube do Livro*, promove uma interessante discussão sobre o que ela trata como “a imperiosa necessidade de ser leitor”. A autora faz uma narrativa sobre o filme *O Leitor*, baseado na obra de Bernhard Schlink lançada no ano de 2009. Suprimindo aqui parte da discussão da trama, a autora nos leva ao questionamento sobre a diferença que a leitura pode fazer na vida de quem lê, e também para quem não lê.

Em síntese, a história narrada no *best-seller* da década de 90 apresenta a trama de uma mulher alemã que vai a julgamento por crimes cometidos em um campo de concentração nazista feminino durante a segunda guerra mundial. A principal prova contra Hanna, a protagonista, era um relatório das atividades ocorridas no campo cuja autoria é atribuída a ela, o que não seria possível, visto que a acusada não sabia ler nem

escrever. Entretanto, a acusada, por vergonha de admitir sua condição de analfabeta, deixa-se condenar por aquele crime, o que, para Maria (2016, p.23), apresenta-se como um paradoxo: “[...] como aceitar uma pessoa cometer crimes por medo de ser desmascarada como analfabeta? ”. É preciso refletir tais circunstâncias a fim de compreender as razões que levaram a personagem a dar maior importância ao fato de não querer que todos soubessem da sua condição.

Freire (2011) evidencia que aqueles que não tiveram a oportunidade de serem alfabetizados ou até mesmo que tenham sido mal alfabetizados experimentam a dura condição de serem proibidos de ler e escrever, de se comunicar através da palavra escrita. A personagem Hanna já estava condenada antes mesmo de comparecer àquele julgamento, pois sua condenação a tinha privado o direito à comunicação, ao conhecimento e à possibilidade de questionar sua própria condição.

Viver como analfabeta, em meio a uma sociedade que faz uso da escrita e da leitura como uma das principais formas de comunicação, impunha à personagem uma autocondenação, uma sensação de responsabilidade por ter falhado ao não adquirir tais competências. Sua vergonha de admitir que não sabia ler retrata a vergonha de se sentir culpada por não ter realizado tal conquista. A culpa que não era só dela, mas de toda uma sociedade que pouco fez para reparar tal condição: Hanna carregaria sozinha a culpa por acreditar ser ela a única responsável.

Ler e escrever são direitos de todos e devem ser ofertados através das instituições públicas responsáveis. A responsabilidade não deve ser apenas do indivíduo ou da família: a sociedade e as instituições que a governam devem assumir a sua participação em tal processo e viabilizar os meios para que todos acessem tais direitos e tenham a oportunidade de serem leitores. Para que a leitura faça a diferença na vida de seus usuários é preciso que todos os envolvidos cumpram bem o seu papel.

Diante da história de Hanna e de compreendermos que o ensino/aprendizagem da leitura é papel de todos, passaremos a discutir a seguir a questão: Ser leitor faz diferença? Tomando-a como base para este debate, Maria (2016) faz a seguinte colocação:

Assim, para a sua condenação, tiveram peso duas particularidades: primeiro, o “não saber ler”, o fato de como analfabeta (Hanna) não ter acesso às informações da peça de acusação, e também a vergonha avassaladora que a dominava, obrigando-a a pagar qualquer preço para esconder essa verdade; segundo, as carências decorrentes do fato

de “não ser leitora”, as marcas características do analfabeto funcional num mundo permeado pela escrita, numa sociedade cujas normas se constituem e circulam através da escrita (MARIA, 2016, p. 25-26).

A narrativa do filme acrescenta muito à questão da leitura e escrita. Para quem discute e pesquisa a leitura, a crença é de que, pelo menos particularmente, a leitura fez e faz a diferença para si, e isso é um dos pré-requisitos que movem tais estudos pautados na concepção de que se para si foi e é fundamental, por que sonegar ou não incentivar outros à prática da leitura? É claro que essa premissa não pode se basear em dados quantitativos. Não se resolve as desigualdades sociais e educacionais apenas aumentando o número de estudantes ou indivíduos que leem. Embora levantamentos como a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* sejam importantes para expressar a realidade da leitura em nossa sociedade, tais informações não trazem consigo as respostas ou soluções para tais problemáticas, pois na realidade sua intenção é fornecer subsídios para que as possíveis soluções sejam encontradas.

Voltando para a questão dos impactos da leitura na vida de quem a exercita, tal impacto é incalculável em virtude da profunda subjetividade que tal prática pode produzir, e isso não é uma deficiência nem uma limitação, pelo contrário, é a principal virtude da leitura: a imprevisibilidade de seus efeitos na vida de quem lê. Ler não conduz os indivíduos às mesmas direções ou aos mesmos saberes, são inúmeras as possibilidades que a leitura pode viabilizar, infinitas são as janelas que permitem vislumbrar o mundo ou os diferentes mundos que acomodam os conhecimentos. Por essa razão, incentivar a leitura na escola e a leitura para além da escola é dar oportunidades a quem a ela tiver acesso, é a possibilidade de dirimir a sonegação de informações e do acesso aos percursos que permitem ao usuário beber das inúmeras fontes do conhecimento produzido pela humanidade. Freire (2011), ao escrever sobre a importância do ato de ler, deixa claro que tal prática é um processo construído ao longo do tempo e que, por essa razão, deve acontecer desde as primeiras séries, aproximado os alunos, conforme Leahy (2006).

A escola tem de fato um significativo papel na propagação da leitura na sociedade. Souza (2012, p.59) destaca que: “[...] quando o assunto é ler e escrever, a escola ocupa um lugar especial. Afinal é nela que a maior parte das pessoas se alfabetiza e passa a refletir sistematicamente sobre a escrita”. A autora prossegue ressaltando que ler e escrever são essenciais para quem deseja prosseguir aprendendo, não apenas dentro como fora dos muros da escola. Esse papel, no entanto, não se limita somente ao ensino



da leitura e da escrita, cabe à escola também promover e fortalecer a cultura da leitura, ou o que Maria (2016) considera como investimento na formação de leitores. A autora justifica a necessidade do desenvolvimento de ações voltadas para a leitura dentro da escola como forma de permitir a todos o acesso aos bens culturais que a sociedade moderna oferece, e justifica tal posicionamento ao apresentar a seguinte reflexão:

Estamos mergulhados num mundo em que as palavras pululam e por certo, serão mais bem-sucedidas apenas as sociedades que incentivarem e apoiarem uma genuína 'cultura de leitura', em especial, o respeito, e o amor pelos livros (MARIA, 2016, p. 27).

Não se trata de exaltar a cultura de outras nações e depreciar a nossa própria, não é essa a questão. Trata-se, na verdade, de ao fazer uma autoavaliação, identificar e problematizar as decisões e práticas que estão presentes em nossas escolas. Leahy (2006, p. 17) aponta em sua pesquisa que “[...] Embora a leitura coexista na sociedade urbana e na escola, ainda estamos longe de experimentar o exercício pleno de seu papel conscientizador: ainda carecemos de uma política concreta de letramento [...]”. Para que essa reflexão seja bem-sucedida, é preciso, primeiramente, identificar a real condição da leitura em nossa sociedade e, a partir daí, tendo em vista as contribuições que o exercício da leitura promove, pensar as ações que possibilitem ao indivíduo inteirar-se com o que só a leitura pode oferecer. Para tanto, Maria (2016) apresenta a seguinte problemática:

Por mais que nos degrade, por mais que arranhe nosso sentimento e orgulho de brasileiros, não podemos nos furtar ao reconhecimento de nossa posição entre os outros povos. E, se não estamos entre aqueles que no passado conseguiram inocular o amor aos livros e ao conhecimento [...], precisamos ter consciência do muito que ainda deve ser feito (MARIA, 2016, p.27).

Dialogando ainda com o pensamento de Steven Fischer (2006), Maria (2016, p. 27) destaca que “[...] ainda precisamos desenvolver essa cultura, segundo a qual o aprendizado por meio da leitura se torna uma necessidade pessoal tão indispensável quanto respirar. [...] Aqueles que não compreendem essa necessidade ignoram as forças contidas no ato de ler [...]”. Sendo assim, é papel primordial da escola promover tal cultura e o apreço pelo livro e pela leitura.

### 3.1.2. Os desafios da prática de leitura na escola

Partindo da compreensão da tríplice função que a escola desempenha como mediadora do produto escrito, alfabetizar e letrar não encerram o envolvimento da escola na mediação da leitura como acreditam alguns. Sua responsabilidade se amplia quando a escola, em certos contextos, tem sido a única instituição que oferece a leitura. Sem deixar de lado as inúmeras variáveis que influenciam a promoção da leitura, faz-se necessário pensar de que forma será possível para a escola introduzir práticas que promovam esta atividade em seu interior. Retomando alguns dos questionamentos de Paiva (2009), Como se dá a leitura nesse espaço? Como está a preparação dos profissionais que atuam nas escolas para o exercício da função de mediadores de leitura? Faz-se necessário acrescentar aqui outro questionamento: Quais as práticas de leitura estão sendo desenvolvidas neste lugar?

A realidade encontrada em grande parte das escolas públicas brasileiras é a de uma parcela considerável de alunos oriundos das camadas populares e que, por inúmeras razões, são desprovidos de condições que lhes permitem o acesso de forma eficaz aos conhecimentos produzidos pela humanidade. É nesse contexto que a escola se apresenta como um espaço que, através de suas práticas, inclusive de leitura, possibilita o acesso a este capital, conforme discute Paiva (2009). Compreendemos, portanto, que a leitura é um dos principais mecanismos que promovem essa aproximação entre os indivíduos e os bens culturalmente produzidos. Por essa razão, é fundamental que, o quanto antes, a criança seja incluída no mundo da leitura, o que representa a primeira etapa do desenvolvimento dentro do que Paiva (2009) trata como sociedade letrada. Para que isto ocorra, além de possibilitar essa inclusão, a mediação da leitura precisa produzir significado, o que só será possível se ela se relacionar com o contexto e a realidade do aprendiz, conforme descrito por Freire (2011) ao relatar suas próprias experiências de letramento. Sobre isso, Britto (2009) aponta que:

Na dimensão do envolvimento com os produtos da cultura, ensinar leitura só faz sentido se essa proposição promover a formação das pessoas, por meio da experiência e da vivência intensa, metódica e consistente com o conhecimento em suas diversas formas de expressão (BRITTO, 2009, p.195).

Sendo assim, os critérios precisam ser desenvolvidos para que a mediação e a difusão da leitura adquiram significado e assumam a função apresentada por Petit (2013), que considera a leitura e a sua mediação a passagem a outras formas de pertencer a uma sociedade. Todavia, para que a mediação alcance tal expectativa, é necessário antes refletir o porquê de a escola não conseguir consolidar o prazer da leitura em boa parte de seus estudantes. Para isso, Petit (2013) trata como decisiva a relação aluno/ex-aluno com a escola. Em sua abordagem, a autora destaca as impressões obtidas em entrevistas realizadas tanto por ela como por outros pesquisadores ao ouvirem de muitos jovens que afirmaram que o ensino tinha efeito dissuasivo sobre o gosto de ler. Tal aversão pode ser entendida a partir do que Silva (1999, p.56) nos apresenta em um dos trechos de sua obra *Miséria da Biblioteca Escolar*. O autor destaca que distorcendo a prática da leitura, o professor afasta o aluno da biblioteca, pois se a leitura se torna uma obrigação, serão lidos apenas os textos impostos, que valem nota e ajudam na sua promoção escolar. Isso infelizmente é o reflexo do trato equivocado que muitas escolas efetuam quando o assunto é leitura, ainda que não seja de forma intencional, pois decerto as ações assumidas em favor da mediação da leitura têm como objetivo apresentar o escrito aos alunos e promover assim o prazer de ler. Todavia, se tais ações não forem bem pensadas, os resultados podem ser contrários ao pretendido. Silva (1999) traz um importante alerta para essa questão:

A organização do trabalho na escola e a atuação do professor também podem ser consideradas como inibidoras do uso da biblioteca escolar. Silva (1986b) denuncia que o comportamento mecânico e de massa que a escola impõe aos alunos é justamente o oposto do processo individual e reflexivo que deve caracterizar a prática de leitura. De fato, imposições de padrões de gosto, de títulos a serem lidos em caráter obrigatório, de fichas de leitura a serem minuciosamente preenchidas impedem que os alunos sintam o prazer da leitura (SILVA, 1999, p. 55-56).

Frente a essas situações, conclui-se que a educação não se faz simplesmente através de boas ações, pois essas precisam estar permeadas de planejamento, observação e diálogo. Petit (2013, p.44) problematiza tal condição ao escrever que: “[...] os leitores não são páginas em branco onde o texto é impresso”. Para a autora, os leitores são sujeitos ativos que leem o texto, interpretam e deslizam entre as linhas seus desejos, suas fantasias e suas angústias. Para que isto aconteça, é preciso que as ações direcionadas para a prática da leitura na escola permitam aos alunos desenvolver uma

identificação com o texto, ou seja, as ações de leitura na escola podem partir da leitura de textos que discutam o contexto do leitor, desta forma, o ato de ler adquire significado a partir da inserção deste leitor nas mensagens presentes nas narrativas. Sobre isso, Cunha (1979 *apud* SILVA 1999, p. 56) contribui ao apresentar a seguinte afirmação:

Acreditamos que o principal motivo de a leitura não vingar como lazer é ela ser ‘trabalhada’ na escola. Lá, a leitura é apenas um elemento a mais do procurado desenvolvimento da área cognitiva. A literatura não é explorada enquanto arte, mas enquanto material verbal utilizável para possibilitar ao aluno adquirir mais conhecimento (CUNHA 1979 *apud* SILVA 1999, p. 56).

Tal afirmativa de Cunha (1979) destacada nos escritos de Silva (1999) trazem à tona os desafios que escola e o(a) professor(a) têm de superar frente a práticas educativas pautadas em um tradicionalismo fruto talvez de um pensamento cauterizado ou por conta de uma insegurança em maneiras diferentes de ensinar, o que tem contribuído para o desinteresse crescente dos jovens pelas leituras indicadas e a resistência às práticas desenvolvidas no contexto escolar.

Para Petit (2009, p. 19) a problemática jaz no fato de que “[...] nós permanecemos prisioneiros de velhos modelos de leitura e de uma concepção instrumentalista da linguagem”. Talvez, antes de nos questionarmos de como fazer para que a leitura seja uma prática entre nossos alunos, seria pertinente refletirmos em como superar o tecnicismo que se estabeleceu nas práticas mediadoras de leitura em nossas escolas.

Petit, em sua obra *Os Jovens e a Leitura* (2009), esclarece que a escuta dos estudantes tem muito a contribuir no desenvolvimento da leitura no espaço escolar. Baseando-se em suas pesquisas, a autora aponta que, embora a proporção de leitores assíduos na França venha diminuindo ao longo dos anos, a juventude ainda é o período da vida em que a leitura é mais intensa. Para aqueles estudantes, a leitura os ajuda a estarem mais preparados para resistir aos processos de marginalização e lhes permite sonhar, imaginar outras possibilidades e se construírem como cidadãos. Sobre essa constatação, Petit (2009, p. 19) traz a seguinte afirmativa: “[...] Estou convencida de que a leitura, em particular a leitura de livros, pode ajudar os jovens a serem mais autônomos e não apenas objetos de discursos repressivos ou paternalistas [...]”.

O ato de leitura não é inerte, ele traz consigo a possibilidade de mexer com as estruturas cognitivas e, se necessário, de modificá-las. Da mesma forma, o leitor interage com o que lê. Petit (2009) descreve que o leitor, por sua vez:

[...] não é passivo, ele opera um trabalho produtivo, ele reescreve. Altera o sentido, faz o que bem entende, distorce, reemprega, introduz variantes, deixa de lado os usos corretos. Mas ele também é transformado: encontra algo que não esperava e não sabe nunca aonde isso pode levá-lo (PETIT, 2009, p. 28-29).

Outra importante colocação que Petit (2009, p. 36-37) apresenta em sua obra diz respeito ao fato de que “[...] mesmo que a leitura não faça de nós escritores, ela pode, por um mecanismo parecido, nos tornar mais aptos a enunciar nossas próprias palavras, nosso próprio texto, e a ser mais autores de nossas vidas [...]”. De fato, essa é a possibilidade de autonomia que todos aqueles que mergulham na leitura esperam construir.

### 3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ESCOLAR

Para prosseguirmos nas discussões sobre leitura e biblioteca escolar, é preciso antes reconhecer tanto uma como a outra no conjunto de direitos a que todos precisam ter acesso, afinal, como vimos, é através da leitura e do livro que podemos acessar o tesouro do conhecimento da humanidade que se encontra em parte guardado nos acervos das bibliotecas. É por essa razão que consideraremos aqui a biblioteca escolar como um direito, principalmente se tratando da biblioteca da escola pública que, para uma grande parte da população, é ainda uma importante fonte de acesso a esse saber.

Sempre que tratamos da temática política nos vêm à mente a ideia de direitos, principalmente se o cenário dessa discussão forem sociedades subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, afinal, o pressuposto é que as sociedades que ainda caminham em direção ao pleno desenvolvimento precisam construir bases justas que garantam aos seus cidadãos dignidade e bem-estar. Desde o fim da segunda guerra mundial os povos têm se empenhado em definir essas bases e, em se tratando da educação, em 16 de novembro de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tendo como principal diretriz “ [...] auxiliar os países

membros a atingir as metas de Educação para Todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos [...]”. (UNESCO, [n.p], [s.d])

O que podemos destacar aqui é a orientação sobre “ [...] promover o acesso e a qualidade da educação [...]”. Desde o fim da segunda grande guerra, inúmeras convenções, reuniões etc. foram convocadas para discutir os novos rumos para a humanidade. Caminhos que, conforme expresso nas diretrizes da UNESCO, pudessem garantir a paz através da cooperação entre as nações na busca de soluções para os problemas que desafiam nossa sociedade:

Para isso, a Organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação, tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países (UNESCO, [n.p.], [s.d.]).

Em 1994, a UNESCO, em colaboração com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), promoveu o manifesto para as Bibliotecas Públicas. O manifesto apresenta a biblioteca como uma porta de acesso local ao conhecimento e, por isso, o documento afirma que a proposta da UNESCO é encorajar as autoridades nacionais e locais a apoiarem ativamente e comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas. Em suas primeiras linhas o manifesto apresenta que:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação (IFLA, 1994, p.1).

Entretanto, os direitos dos cidadãos não se efetivam apenas a partir do momento em que é colocada uma letra no papel. Mais do que isso, o direito precisa ser exercido, o que só ocorre a partir do momento em que todos adquirem a consciência de que somente através desse exercício pleno a sua cidadania passa a existir e de fato tornam-se parte da sociedade. Nas Diretrizes para a Biblioteca Escolar produzidas pela IFLA em

2015 é possível encontrar os valores fundamentais estabelecidos por este órgão. O documento, dentre outras informações, diz que todos, indistintamente, necessitam ter acesso aos bens intelectuais produzidos, pois tais conhecimentos são essenciais para o bem-estar social, educativo, cultural, democrático e econômico.

### **3.2.1. Marcos legais para a discussão, implantação e implementação de uma biblioteca escolar.**

Até aqui, vimos que leitura e biblioteca são partes integrantes do processo de ensino-aprendizagem e, por essa razão, é uma incoerência pensar a escola sem a presença de uma biblioteca e pensar o ensino sem o uso de leituras que ampliem as informações obtidas em sala de aula. Todavia, essa é uma deficiência que insiste em perdurar nas escolas públicas brasileiras, o que só pode mudar a partir da mobilização da sociedade e da cobrança de ações por parte dos governos.

Milanesi (1983), por ocasião da escrita de sua obra *O que é Biblioteca*, faz uma importante constatação que seria digna de aplausos caso a denúncia nela contida não representasse a triste realidade que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento ainda enfrentam. O autor discute o cenário de países que não direcionam esforços para o investimento em políticas de leitura e da biblioteca. Segundo o autor:

O subdesenvolvimento nacional começa na escola – instituição que, em regra, não tem capacidade de autocritica e de autocorreção, refletindo com fidelidade as misérias circundantes. Sobretudo, o subdesenvolvimento começa nas escolas sem bibliotecas adequadas, um espaço ausente que dá o caráter da vida escolar brasileira, ainda mantida sob a tutela discursiva dos professores, tão impositivos quanto mal remunerados. Enfim, o subdesenvolvimento nacional começa numa escola que, mesmo tendo uma biblioteca, não sabe o que fazer com ela, pois dentro do sistema de ensino que prevalece não há lugar para ela (MILANESI, 1983, p. 86).

Quase sempre, esse tem sido o tratamento dado à biblioteca no contexto educacional tanto por parte da comunidade escolar como pelo poder público. Tal descaso reforça a denúncia de uma conduta equivocada, haja vista que, se considerarmos a realidade de boa parte das comunidades que frequentam o espaço das escolas públicas brasileiras, perceberemos a preciosa fonte que a biblioteca representa. Silva (1999) traz uma importante contribuição a este debate:

No Brasil, a marginalização socioeconômico-cultural que se impõe à ampla maioria da população – pela própria lógica do nosso sistema capitalista periférico, submetido aos ditames da ordem capitalista mundial – acaba por conferir à biblioteca escolar uma grande responsabilidade. É nela que a maior parte das nossas crianças terão a oportunidade, muitas vezes única em suas vidas, de contato com livros e outros documentos (SILVA, 1999, p. 66).

De fato, a biblioteca escolar, quando e onde ela existe e é utilizada, tem uma considerável contribuição no cenário educacional ao possibilitar aos seus usuários o direito à informação e ao saber, ingredientes necessários para uma boa educação. É importante destacar que a educação é um direito fundamental de natureza social garantido na Constituição Federal de 1988, conforme descrito no artigo 6º do referido documento.

Telles (1999), ao discutir a natureza dos direitos sociais destaca que, juntamente com os direitos civis e políticos, os direitos sociais compõem desde 1948 o elenco dos direitos humanos estabelecidos naquela ocasião pela Organização das Nações Unidas – ONU. A autora esclarece que os direitos sociais são entendidos como ações públicas que têm como objetivo combater a problemática do que a autora descreve como uma longa história de desigualdades e exclusões, possibilitando, assim, uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo a autora:

Todos esses são considerados direitos que devem caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo [...] É importante saber que, em algum momento na história dos países, fizeram parte dos debates e embates que mobilizaram homens e mulheres por parâmetros mais justos e mais igualitários no ordenamento do mundo (TELLES, 1999, p.173).

Tomando como referência o que Telles (1999) nos apresenta sobre a concepção da Educação como um direito social, espera-se que, por meio dela, os indivíduos sejam integrados à sociedade. Entretanto, tal integração só acontecerá se lhes for dado acesso aos meios mínimos essenciais para sua consolidação, conforme veremos mais adiante ao analisarmos o que nos apresenta a Lei 9.394/96. É importante ressaltar que a finalidade dos direitos sociais é, segundo Telles (1999, p. 174), “[...] fazer frente aos rumos excludentes que vem tomando o reordenamento da economia e do Estado no mundo inteiro [...]”, embora os resultados desses enfrentamentos ainda sejam pouco



animadores, produzindo a sensação de impotência e de perda conforme problematiza a autora.

Quando o assunto são os investimentos em leitura e bibliotecas escolares, a situação não é diferente. Petit (2010) apresenta uma descrição que colabora com o que Telles (1999) nos apresentou:

Infelizmente, em muitos países emergentes (para nada dizer dos que são menos avançados), as bibliotecas, escolares e públicas, são as grandes ausentes ou os primos pobres. A sua importância parece em larga medida desconhecida pelos poderes públicos, mesmo quando existem Programas Nacionais de Leitura (PETIT, 2010, p.274-275).

Ainda que a realidade nos apresente avanços pouco expressivos, ou até mesmo desanimadores, o papel das ações políticas no que diz respeito aos direitos dos cidadãos é auxiliar na construção de um “mundo que valha a pena ser vivido”. (TELLES 1999 p. 177). Sobre isso, Telles (1999) ainda escreve que:

Para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça. E isto significa um certo modo de tipificar a ordem de suas casualidades e definir as responsabilidades envolvidas, de figurar diferenças e desigualdades e de conceber a ordem das equivalências que os princípios de igualdade e justiça supõem, porém como problema irreduzível à equação jurídica da lei, pois pertinente ao terreno conflituoso e problemático da vida social (TELLES, 1999, p. 178).

Com base no que Telles (1999) nos apresentou, as políticas públicas existem para promover a justiça definindo os critérios para a sua execução e estabelecendo a responsabilidade dos entes envolvidos. Retomando o debate sobre a Educação no Brasil, a principal política vigente dos nossos dias é a lei 9.394/96 conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No que diz respeito aos critérios e responsabilidades, a referida lei destaca no artigo 2º que a educação é dever da família e do Estado, e que a lei tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, com o intuito de que este exerça plenamente a sua cidadania. Para que isto aconteça, é preciso que as ações de governo sejam pensadas e construídas com o objetivo de garantir esse direito promovendo o acesso a tudo o que a educação pode oferecer aos cidadãos, ou melhor, tudo o que permita ao indivíduo o seu desenvolvimento, sua

compreensão do mundo e dos conhecimentos necessários para que se torne um sujeito e um cidadão.

A LDB 9.394/96 estabelece no seu artigo 4º a educação como direito que precisa contemplar a todos os cidadãos indistintamente, e é dever do Estado promovê-lo. O *caput* deste artigo descreve que o dever do Estado com a educação escolar pública só será efetivado quando houver asseguradas as condições necessárias para o desenvolvimento do educando. No inciso IX, a lei determina a provisão de padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Não há orientações diretas no texto da lei que regulem os investimentos e ações para o fomento e implantação da biblioteca escolar, o espaço sequer é mencionado, entretanto, a descrição do inciso IX determina o investimento no que o texto trata como insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Se considerarmos o livro, seja ele impresso, virtual, ou em qualquer outra forma como objeto que contém o registro do saber, da informação, do conhecimento etc., todos esses elementos fundamentais para a educação e desenvolvimento do educando, poderemos contar então como sendo o livro um destes insumos e, por essa razão, entenderemos que a lei prevê em linhas gerais investimentos não apenas em acervos, como também na biblioteca escolar e em profissionais para trabalhar no referido espaço.

Sobre o importante papel que a biblioteca escolar tem a desempenhar na educação e formação do indivíduo, Silva (1999) traz a seguinte perspectiva:

Parece-nos indiscutível a importância da leitura para o desenvolvimento intelectual do homem e para sua conscientização sócio-política. Não há sociedade que se tenha desenvolvido sem ter, como um dos pilares desenvolvimentistas, uma alta produção de leitura (MAGALHÃES, 1980). Portanto, se sobre a biblioteca escolar repousa a difícil incumbência de promover as primeiras aproximações entre a criança e a leitura, é dever ético e político das autoridades, especialmente daquelas que respondem pelos sistemas educacionais, oferecer todo tipo de apoio, desde a destinação de verbas até a promoção de programas de aperfeiçoamento para o pessoal das bibliotecas escolares (SILVA, 1999, p. 72).

Dessa forma, não se pode conceber políticas públicas que existam apenas no papel, ou o que é pior, que não promovam justiça ou que não materializem os direitos e responsabilidades descritos em seu texto, que não resultem em cidadania. Se ser

alfabetizado e/ou letrado é um direito de todo indivíduo, ler é o exercício pleno deste direito. Quem já teve a oportunidade de ao menos visitar uma turma de alunos da Educação de Jovens e Adultos a EJA sabe que o discurso recorrente proferido por aqueles que ali frequentam é do desejo de aprender a ler para, como bem descreve Freire (2001), poder identificar a placa do ônibus de seu bairro, não precisar pedir que outros leiam quadros e cartazes informativos, ou ler uma carta enviada por uma pessoa querida. Ler, portanto, é o direito fundamental a ser alcançado por qualquer aluno em qualquer modalidade de ensino, afinal, é através dessa conquista que outras se sucederão.

Saber ler é o primeiro passo para compreender, para entender e para inserir-se plenamente na sociedade, afinal, ler é um exercício de direito e, ao mesmo tempo, é um direito que precisa ser exercitado quer seja em sala de aula, quer seja no pátio, na praça, na biblioteca ou em casa. Cabe, portanto, ao poder público, garantir esse direito ofertando os recursos necessários principalmente para aqueles que não poderão acessá-lo a não ser em uma biblioteca de uma escola pública.

Em se tratando de políticas públicas voltadas especificamente para a prática da leitura e para o fomento da biblioteca escolar, desde o ano de 1997 o Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura – MEC, implantou o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que tem como objetivo promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência, segundo informações do *site* oficial do MEC<sup>2</sup>.

O funcionamento do programa também é apresentado no *site* de acordo com a seguinte orientação:

O programa divide-se em três ações: PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico (PNBE, [s.d.], [s.p.]).

---

<sup>2</sup> Fonte: [portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola](http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola)

Os investimentos e ações propostas pelo PNBE visam ao desenvolvimento de competências e habilidades para que alunos e professores se apropriem de forma autônoma pela cultura letrada conforme descrito nas orientações presentes no *site* do MEC. Outra forma da administração pública efetuar políticas e ações é através dos convênios de cooperação técnica promovendo parceria entre o município e empresas ou instituições. No município de Feira de Santana-Ba, por exemplo, temos o Convênio firmado entre o município e o instituto Ayrton Senna que tem como objetivo a aquisição de livros didáticos destinados a execução dos programas “Se Liga”<sup>3</sup> e “Acelera Brasil”<sup>4</sup>, conforme publicado no Diário Oficial do município em março de 2019.

### **3.2.2. A legislação e a biblioteca: os antecedentes da lei 12.244/2010.**

De acordo com a definição jurídica, Lei é a norma escrita do poder competente e o pronunciamento solene do direito. Contempla os deveres que todos tenham de cumprir e assegura e protege os direitos coletivos e individuais. Conforme já apresentado, no que tange à Educação e seus desdobramentos, a amplitude jurídica referente a ela compreende desde a Constituição Federal Brasileira bem como inúmeras leis que determinam as responsabilidades, ações e garantias para que sua razão de existir seja de fato atendida. Desse modo, é fundamental que exista uma orientação ou normatização legal para que tanto a biblioteca como a biblioteca escolar participem de maneira eficaz no processo educativo. Silva (1999, p. 72-73) afirma que “[...] seria difícil conceber uma escola onde o ato de ler não estivesse presente, e, portanto, onde a biblioteca inexistisse [...]”.

As circunstâncias apresentadas nos levam a crer que, de fato, a biblioteca escolar é imprescindível no desenvolvimento educacional, e que sua ausência fatalmente restringirá os avanços que a educação propõe alcançar. Para que não cometamos o erro de acreditar que tal ideia seja parte de um romantismo utópico, é preciso lembrar das palavras de Adorno (1995) que considera a emancipação como condição imprescindível numa democracia, mas lembra que, para que isso aconteça, é

---

<sup>3</sup> Programa desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna que tem como objetivo atender estudantes não alfabetizados ou com defasagem de aprendizagem matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Fonte: [institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga](http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga).

<sup>4</sup> Programa desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna que tem como objetivo a recuperação de aprendizagem de alunos com distorção idade-serie matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Fonte: [institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga](http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga).

preciso que a denúncia através da teoria e efetivação das políticas públicas tenham o intuito de oferecer a todos as condições necessárias para a concreta emancipação e a democratização do ensino. O objetivo dessa luta é a construção de uma escola que ofereça uma educação que possibilite seus frequentadores pensar e problematizar o mundo a sua volta, o que até então não tem sido a prioridade do modelo de escola concebido pelas classes dominantes para as classes populares. Pelo contrário, Silva (1999, p. 66) destaca que o modelo de escola que predomina evidencia apenas “[...] a incompetência do nosso aparelho escolar para a missão de escolarizar os filhos da classe trabalhadora [...]”. Sobre essa lamentável situação, o autor é enfático:

Vale destacar, contudo, que há análises mostrando que, na realidade, essa é a verdadeira missão da escola numa sociedade de classes como a brasileira, qual seja: produzir o fracasso escolar das crianças das classes populares como uma das condições para a manutenção da ordem social vigente. Esta seria com evidência o título da obra de Frigotto (1984), a efetiva “produtividade da escola improdutiva” (SILVA, 1999, p. 67-68).

Essa tem sido a dura realidade da escola brasileira: a persistência de um projeto de escola dicotômico em que prevalece, de um lado, uma escola com um currículo que melhor atende as classes mais abastadas com uma educação concebida para os melhores cargos e melhores empregos, e uma educação para a população mais pobre, pensada pela elite dominante que objetiva formar os indivíduos que ocuparão os postos sociais e de emprego menos relevantes. Em contraponto a essa realidade, Martucci (2005) aponta para o acesso à informação e a universalização da biblioteca escolar como alternativas na luta contra as desigualdades sociais que penetram o sistema educacional. A autora defende que:

O princípio de igualdade de oportunidades, ou seja, uma base igualitária de cidadania, adaptada à sociedade da informação, deve amparar qualquer discussão sobre biblioteca escolar. O conhecimento tornou-se, hoje mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades. Logo, a universalização da biblioteca escolar ajudará a garantir a todos o acesso equitativo à informação e aos benefícios que se podem advir da inserção do país na sociedade da informação. Por outro lado, cabe elucidar a responsabilidade dos processos de ensino-aprendizagem na construção do conhecimento, que ocorre com a compreensão e internalização de informações (MARTUCCI, 2005, p. 184).

O acesso da população à sociedade da informação só se materializará através da apropriação dos bens culturais, intelectuais e científicos produzidos pela humanidade, e esse é o papel da educação e da escola como veículos e difusores de tais saberes. Entretanto, a mera existência da escola não finaliza em si a luta por uma educação que garanta a inserção no mundo do conhecimento: a luta pela tão sonhada educação de qualidade não cessa, pelo menos não ainda. Cabe, portanto, aos usuários da escola pública e, nesse caso, a grande parcela da população mais pobre da nação, refletir de forma crítica se a educação nos moldes que lhe está sendo oferecida atende plenamente à missão de oportunizar a informação.

Uma das atribuições do conhecimento é fazer pensar e criticar, o que revela o paradoxo do papel social de uma parcela de indivíduos a quem é sonogado o acesso ao conhecimento para a emancipação. Sobre esse papel crítico que o usuário da escola pública precisa exercer, Bourdieu (2007) é enfático ao denunciar a conformidade que recai sobre a população mais pobre quando acredita que a educação nos moldes oferecidos pela classe dominante pode garantir a oportunidade de superação do *status quo*, oferecendo condições para a melhoria de vida e de emancipação intelectual. O autor escreve que:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 2007, p. 41).

A reflexão apresentada por Bourdieu (2007) serve para nós como confirmação da necessidade de rompimento com o que ele trata como “inércia cultural” e, por consequência, lutar por uma educação que caminhe em outros rumos e que esteja pautada na inclusão das fontes de informação, de produção cultural e do conhecimento que historicamente tem estado sob a tutela das classes hegemônicas. Entretanto, é preciso que essas reivindicações resultem formalmente em leis que assegurem a sua consolidação.

Sem sombra de dúvidas, estabelecer leis é de suma importância para que haja mudança nos rumos da educação. Tais leis existem e devem existir para assegurar e garantir os direitos da população, assim como o cumprimento das obrigações e

responsabilidades não apenas dos cidadãos como também dos órgãos que os governam. Entretanto, se faz necessário também que essas leis sejam executadas e resultem em ações permanentes para que a proposta original seja atingida, caso contrário permanecerá adormecida e a condição de exclusão mantida.

Algo a ser discutido diz respeito ao próprio texto de certas leis que apresentam simplesmente as orientações e procedimentos para a sua execução, mas que nada discorrem sobre as consequências do seu não cumprimento. Basta tomarmos como exemplo o nosso objeto de estudo que é a biblioteca escolar que, por exemplo, tem como importante marco legal a Lei 12.244/10, que apresenta a obrigatoriedade da existência de uma biblioteca escolar com pelo menos um exemplar de livro para cada estudante matriculado em sua escola.

A referida lei é apresentada com o objetivo da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino. Entretanto, o texto é sucinto e não faz orientações específicas sobre a disponibilização dos recursos necessários para o atendimento das proposições da lei. O texto finaliza apenas projetando a sua abrangência no território nacional até transcorrer dez anos após o vigorar da lei, e a necessidade de um profissional bibliotecário atuando neste espaço. Como consequência desse equívoco, o resultado é que, mesmo atingido o tempo previsto para atendimento à lei, ainda é possível encontrar escolas desprovidas de biblioteca e, o que é pior, escolas que, em virtude de problemas dos mais variados, têm desativado suas bibliotecas ignorando taxativamente a existência da referida lei, reforçando o descaso moral-político vivenciado pela educação pública brasileira, haja vista que o que se espera das políticas públicas é que garantam os direitos sociais e protejam os que delas mais necessitam.

No caso específico da biblioteca escolar para a escola pública voltada para a população mais pobre, com a existência de políticas como o PNBE e a lei 12.244/10 almeja-se que os alunos oriundos das classes populares tenham à sua disposição uma biblioteca que contribua na sua formação, oferecendo-lhes o acesso a uma parte importante do patrimônio cultural e intelectual da humanidade.

Desde os primórdios da história da educação brasileira, os registros que se tem à disposição detalham uma participação modesta da biblioteca no processo educativo. Talvez pelo fato de que, como menciona Moraes (2006), pouco material se tenha à mão para que se consiga saber mais sobre tal evento. Sobre o cenário da colônia brasileira

nos primeiros anos após a chegada dos portugueses, Moraes (2006) faz a seguinte problematização:

Por enquanto, quase nada se sabe sobre a existência de livros na primeira metade do século XVI. Faltam documentos. Somos obrigados, provisoriamente, enquanto pesquisas não forem feitas, a pensar que os rudes colonos que demandavam o Brasil estavam mais preocupados em formar lavouras e cortar pau-brasil do que em ler e estudar. A demanda de livros devia ser insignificante (MORAES, 2006, p.4).

Para que haja demanda, se faz necessário que existam interessados em usufruir de tais recursos. Sobre essa condição, Moraes (2006) destaca que a realidade na metrópole portuguesa expressava um número reduzido dos que sabiam ler, que era um privilégio dos magistrados e funcionários da lei e dos eclesiásticos. O autor revela que “[...] Livros impressos, aliás, não abundavam em Portugal a esse tempo, poucas eram as tipografias[...].” (MORAES, 2006, p. 4). Isso possivelmente refletiu na condição leitora e educacional da colônia brasileira que até então dependia essencialmente das decisões e iniciativas da corte portuguesa.

As primeiras escolas organizadas no território brasileiro eram dirigidas pelos padres jesuítas que trouxeram consigo, inicialmente, livros em pequenas quantidades. Com o passar do tempo, os acervos iam sendo ampliados em número e variedade, o que possibilitou a organização de uma biblioteca no colégio de Salvador ao final do século XVI, conforme descreve Moraes (2006). A expulsão dos jesuítas do território brasileiro foi um duro golpe na trajetória das bibliotecas que tiveram seus livros retirados dos colégios e amontoados em lugares inadequados por longos anos, segundo nos apresenta Moraes (2006). Esses registros e outros mais, presentes não apenas na obra *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial* de Moraes (2006), retratam os percursos conturbados trilhados pela educação e pela biblioteca, quase sempre distanciados, e que de certa forma justificam os atrasos que permeiam a educação brasileira. Milanesi (1986), em sua obra *Ordenar para desordenar*, dedica um capítulo a descrever essa precária história. O retrato do processo equivocados que foi a trajetória das bibliotecas em solo brasileiro já se faz evidente desde o título escolhido pelo autor: *Biblioteca: o burro atrás da carroça*.

Já nos primeiros relatos do texto, Milanesi (1986) traz informações sobre o propósito das primeiras bibliotecas que aqui existiram. O autor relata que:



Nas bibliotecas dos colégios da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, por exemplo, existiam coleções, núcleos rudes de livros, instrumentos de trabalho, sempre dentro do programa de atividades para a conversão dos pagãos do Novo Mundo. Não havia licença para desvios. Os livros restringiam-se ao âmbito da necessidade: liturgia e estudos humanísticos para amparo da ação religiosa. Moraes diz que essa “é a idade média brasileira” (MILANESI, 1986, p. 65-66).

Por quase quatrocentos anos, pouco se avançou em relação às políticas para biblioteca, até que nas primeiras décadas do século XX temos a primeira grande iniciativa por parte do Estado no que diz respeito ao fomento às bibliotecas. Em 1935 a prefeitura de São Paulo institui o Departamento de Cultura pensado por uma elite culta que, segundo relato de Milanesi (1986), via na cultura uma forma de aperfeiçoamento da sociedade. Tal proposição se apresentava como reforço a uma nova tendência, pois “[...] cultura era entendida como algo que se distinguia da instrução escolar e ia além do simples divertimento” (MILANESI, 1986, p.77). O autor enfatiza que “[...] dentro desta iniciativa, as bibliotecas ocuparam um espaço até então inédito para elas [...]” (p. 77), figurando na proposta de Paulo Duarte e Mario de Andrade dentro do que eles pensaram como as cinco divisões do departamento: Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Educação e Recreio, Divisão de Documentação Histórica e Social, Divisão de Turismo e Divisão de Bibliotecas.

É preciso destacar que a iniciativa, na época, embora fosse algo inusitado e estranho para a maioria dos políticos, recebeu apoio do então governador Armando de Salles Oliveira que, segundo registrado por Paulo Duarte em sua obra *Mario de Andrade por ele Mesmo*, percebeu “que era bom”, ao ponto de em 5 de janeiro de 1937, com apoio da Assembleia Legislativa do Estado, aprovar a Lei nº 2.389 que estendia às escolas públicas estaduais do interior paulista a presença de uma biblioteca. No artigo primeiro, o parágrafo primeiro da lei orienta que: “Compete ao Estado os referidos serviços quanto às bibliotecas universitárias, às dos institutos especializados e às anexas a repartições e escolas públicas estaduais.” SÃO PAULO (1937, [n.p]).

A lei não apenas estabelecia a responsabilidade do estado como mantenedor da biblioteca na escola pública, como também instituía o Conselho Bibliotecário, orientava a catalogação das bibliotecas paulistas e orientava a formação e atribuições do trabalho do bibliotecário. Sobre a formação do bibliotecário, a lei determinava que para atuar na função só seriam admitidos os candidatos que possuíssem um diploma de nível superior

e um de biblioteconomia. Embora essas ações tivessem como referência principal a democratização da informação para o povo, nunca saíram do papel, morrendo ainda em seu nascedouro, pois o Estado Novo, engendrado ainda naquele ano, fez morrer à míngua sem a distribuição de recursos que garantissem a sua subsistência. Segundo nos conta Milanesi (1986, p. 88), “ [...] ao que tudo indica essa lei nunca foi revogada. Ela continua em vigência, mas na prática todos os seus artigos e parágrafos, com exceção do 20, foram ignorados pelos representantes do Estado Novo em São Paulo”.

A iniciativa foi afetada pelo velho e ao mesmo tempo atual problema da divergência política e, como já vimos em tantas outras políticas de governo, “ [...] bastou não alimentar financeiramente a ação proposta pela lei e esta tornou-se letra morta [...]” (MILANESI, 1986, p. 89). Trazendo a discussão para a última década, temos a Lei 12.244/10 que foi criada com a intenção de estabelecer a existência de bibliotecas escolares em todas as instituições educacionais brasileiras, sejam elas públicas ou particulares. É preciso destacar que, por ocasião da sua publicação, houve grande comemoração por parte das instituições de apoio à biblioteca e à leitura e dos principais pesquisadores da área.

Vale salientar os entraves ao cumprimento da Lei 12.244/10 até aqui no que diz respeito à inserção da biblioteca em todas as escolas e da promoção da leitura nessas instituições. Recentemente chegou ao Planalto Federal a discussão do Projeto de Lei 9.484/18 que foi aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados com a alteração do prazo de cumprimento da meta prevista de 2020 para o ano de 2024. A emenda também estabelece a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), que terá a função de integrar todas as bibliotecas escolares à internet e estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas, implantando ainda uma política de acervo que contemple ações de ampliação, guarda, preservação, organização e funcionamento.

Outra mudança significativa promovida pela emenda 9.484/18 diz respeito aos recursos destinados ao financiamento para implantação das bibliotecas que serão repassados aos estados e municípios. Segundo a emenda, serão vinculados parte dos recursos do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e do Custo Aluno Qualidade (CAQ), com o intuito de garantir a universalização estimada até o ano de 2024<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Informações obtidas no site Jusbrasil: [www.cd.jusbrasil.com.br](http://www.cd.jusbrasil.com.br). Acesso em 20 mar. 2021.

Mesmo com as ações governamentais, é preciso que a sociedade civil, em especial a comunidade escolar e acadêmica, não cesse de exigir e fiscalizar as ações do poder público, não apenas para a garantia do proposto para a biblioteca, mas também para a educação como um todo, pois como debatemos até aqui, não se pode mais pensar o sistema educacional sem a participação da biblioteca e de sua contribuição para o ensino-aprendizagem.

### **3.2.3.A Biblioteca Escolar no Plano Municipal de Educação de Feira de Santana-Bahia**

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece no artigo 211 a responsabilidade das esferas públicas governamentais em organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, ficando cada município com a obrigação de elaborar o seu Plano Municipal de Educação (PME), em conformidade com as orientações do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece as metas para a educação nas diversas modalidades de ensino e as competências de cada ente gestor.

Desde a década de trinta do século passado, com a elaboração do documento para a educação que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros, a ideia de estabelecer um plano de educação que compreendesse todo o território nacional organizando, orientando e fiscalizando as ações voltadas para o ensino passou a figurar como uma das principais políticas públicas para a área.

Passando pelos diversos momentos da história da educação, desde a implantação da LDB de 1961 até os dias atuais em que vigora a lei 9.394/96, a atual LDB, a educação brasileira tem sido direcionada por planos de educação que estabelecem de um modo geral as ações e objetivos a serem alcançados dentro do espaço de dez anos. Atualmente, está em vigor desde julho de 2014 a Lei 13.005/14 que regulamenta o atual Plano Nacional de Educação em cumprimento ao disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Conforme apresentado, cabe aos municípios de forma específica, mas sem perder de vista a proposta nacional, estabelecer o plano de educação que orientará a prática educativa em seus territórios. Assim, o município de Feira de Santana - Bahia, desde o ano de 2011 já possui o seu Plano Municipal para Educação, embora o documento tenha passado por ajustes no ano de 2016 com vistas a se adequar às

orientações propostas pelo PNE de 2014. Antes de prosseguirmos, é preciso destacar que o plano educacional, segundo registro de seus autores, foi elaborado com a intenção de atender as demandas, sugestões e anseios educacionais da comunidade que, através de seus representantes, esteve presente nos debates ocorridos na II Conferência Municipal de Educação de Feira de Santana, que ocorreu nos dias 13, 14 e 15 de julho de 2015, conforme apresenta o próprio documento. Tal registro consta no texto de apresentação do PME, que ainda traz a seguinte consideração:

Este documento, elaborado e aprovado na II Conferência Municipal de Educação de Feira de Santana, reflete os anseios, desafios, expectativas e reflexões de diversos segmentos da sociedade que compreendem a educação como direito fundamental do cidadão. Sua aprovação contemplará as expectativas lançadas ao fortalecimento da ação educativa em nosso município (FEIRA DE SANTANA, 2016, [n.p.]).

Assim como o PNE, o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana apresenta metas e estratégias que objetivam efetivar uma educação que se adeque aos parâmetros nacionais. No que diz respeito às ações voltadas à leitura e ao uso da biblioteca, o PME feirense apresenta algumas propostas de ação para viabilizar e incentivar sua disseminação e uso.

Após a leitura das propostas apresentadas no PME feirense, bem como das metas e estratégias definidas no documento, destacaremos aqui as principais orientações para o cumprimento do exposto na Lei 12.244/10 e demais legislações educacionais no que diz respeito ao fomento da educação através da leitura e da biblioteca. Para isso, o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana, ao definir as ações específicas para a biblioteca, apresenta na meta 1.10 a seguinte proposta:

Implantar e manter, no prazo máximo de 3 anos da aprovação deste Plano, Bibliotecas em todas as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental com classes de Educação Infantil, da zona urbana e rural, com acervo, respectivamente, adequados, mantidas pelo poder público municipal existentes ou que forem criadas com a atuação de profissionais devidamente qualificados (FEIRA DE SANTANA, 2016, [n.p.]).

Conforme as orientações do PME, as escolas da rede municipal seriam contempladas com a implantação de bibliotecas em seus espaços até o ano de 2019, entretanto, se considerarmos a atual situação do *lócus* da pesquisa, tal meta ainda não se

efetivou, o que reforça a necessidade do acompanhamento a fim de entendermos as razões do não cumprimento.

A ideia de universalização da biblioteca escolar e da leitura não pode apenas atender uma restrita parcela ou seguimento da sociedade. As diversas comunidades que disponham de instituições escolares devem ser contempladas também com o que as bibliotecas tenham a oferecer. Nesse intuito, o PME feirense não destoia dos debates que permeiam a escola pública brasileira. O atendimento às comunidades campesinas, quilombolas, entre outras precisa figurar nas políticas públicas de qualquer esfera. Sobre a garantia deste direito, a meta 2.47 traz a seguinte proposta:

Assegurar pelo Poder Público, através das Secretarias de Educação Estadual e Municipal, que na Educação do Campo seja oferecida o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra estruturais adequadas, bem como materiais, livros didáticos e paradidáticos voltados para Educação do Campo, além de equipamentos, mobiliários específicos para mobilidade, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos e etnia (FEIRA DE SANTANA, 2016, [n.p.]).

A proposta é ousada, porém necessária, pois indubitavelmente a escola e a comunidade na qual a instituição está inserida precisam dispor de uma educação que atenda às suas especificidades e discuta os problemas reais que ocorrem em seu seio. O debate da Educação do Campo requer justamente uma educação que contemple um currículo próprio, pensado pela e para a comunidade local, isso tem sido tema e pauta da luta dos movimentos do campo. Entretanto, com a redução e cortes que os recursos para a educação vêm sofrendo, inclusive com a extinção de secretarias especializadas como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), extinta por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, o cumprimento de tal meta adentra num cenário obscuro, o que reitera a necessidade de um esforço conjunto do poder público e da sociedade civil para sua efetivação.

Outro fator de extrema relevância para a organização e funcionamento da biblioteca na escola é, conforme nos apresenta a meta 2.47, a composição do acervo. Tanto para as escolas inseridas no campo quanto as que apresentam outras especificidades, necessitam de uma biblioteca que corresponda à comunidade escolar em questão. É preciso pensar uma biblioteca eficiente, e o significado de eficiência aqui

tem a ver com um acervo bibliotecário capaz de se comunicar ou de não romper a comunicação entre o mundo e a sala de aula, entre a educação e a realidade do educando. O PME de Feira de Santana, ao considerar as diferenças existentes nas diversas instituições escolares, destaca na meta 5.3 as seguintes orientações:

Os Sistemas de Ensino devem implantar bibliotecas nas escolas que ainda não possuem e manter os acervos, de todas as bibliotecas, atualizados para professores/as e crianças e adolescentes respeitando a faixa etária (FEIRA DE SANTANA, 2016, [n.p.]).

Em conformidade com a legislação brasileira para a educação, é de responsabilidade do poder público a instalação e manutenção dos insumos necessários para a prática educativa. A lei 12.244/10 reitera esta condição em seu artigo 3º ao orientar que os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços para a consolidação dos objetivos dessa lei. Sendo assim, a ênfase do papel do município como gestor e mantenedor da biblioteca, bem como da construção de um acervo adequado para as especificidades existentes, é uma decisão mais que acertada. Por essa razão, o estudo e análise do PME de Feira de Santana pressupõem não apenas a contribuição informativa e de exposição de dados, como também possibilitam uma reflexão a partir das proposições e resoluções impetradas que nos auxiliem compreender a política adotada pelo município para a biblioteca e a leitura e nos permita entender o lugar de importância que tais insumos ocupam na ideia de educação de seus gestores.

### 3.3. IMPLANTANDO UMA BIBLIOTECA ESCOLAR: ASPECTOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Até aqui, temos discutido o papel da biblioteca para com a escola e para o processo do ensinar e aprender. As reflexões que aqui fizemos, tomando como suporte os referenciais bibliográficos e teóricos, os documentos legais e as experiências e vivências com a leitura e a biblioteca fortalecem o entendimento do lugar da biblioteca como fonte de saber e promotora da aprendizagem. Todavia, as referidas fontes de pesquisa utilizadas nesta escrita nos alertam que a plena contribuição da biblioteca para o desenvolvimento dos estudantes está diretamente conectada ao trabalho e atuação do(a) professor(a), independente da área de conhecimento ou disciplina que atue e lecionem. É por compreender na parceria professor(a)-biblioteca a possibilidade para o

sucesso da escola e da educação que discutiremos neste tópico o papel(a) do professor(a) como apresentador(a), mediador(a) e usuário(a) praticante da biblioteca e da leitura, e a necessidade de uma formação voltada à preparação deste(a) profissional para desenvolver a leitura e incluir a biblioteca em seu planejamento e prática. Antes disso, é preciso considerar que o(a) profissional de educação que atua em nossas escolas possui uma vivência e um conjunto de experiências que em algum momento irão refletir na sua prática docente e que, por essa razão, devem ser observadas e, a partir delas, compreender as concepções sobre a leitura que carrega consigo.

Tardif (2014), avalia que o trabalho do(a) professor(a) é resultado de um constructo constante e que a todo momento é afetado, modificado e acrescentado. Para o autor, o trabalho docente é o resultado de um conjunto de informações e vivências que determinarão o seu fazer profissional. Sobre isso o autor enfatiza que:

[...] o saber dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por todas, mas um processo em construção ao longo de uma carreira profissional na qual o professor aprende progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o interioriza por meio de regras de ação que se tornam parte integrante de sua “consciência prática” (TARDIF, 2014, p. 14).

Considerando essa informação, para que as práticas educativas voltadas para o uso da biblioteca e da leitura se efetivem, é necessário que o(a) professor(a) as desenvolva dentro e fora da sala de aula. Como expresso por Tardif (2014), a prática educativa, qual seja ela, é um processo que precisa ser internalizado: se porventura a biblioteca for um elemento distante do(a) professor(a) e da sua prática diária, se por acaso a leitura não for atividade presente na vida deste(a) profissional, pouco contribuirá para a formação e aquisição desta necessária “consciência prática”.

Não se pode perder de vista que nem a escola nem mesmo o(a) professor(a) são elementos neutros ou distantes da sociedade, pelo contrário, tanto um como o outro refletem as práticas sociais e culturais presentes na comunidade e, portanto, apresentam no espaço educacional as marcas e características do meio que convivem. Logo, a prática docente é construída não só com os elementos que se adquirem ao longo da carreira profissional, mas compreendem também os elementos que preexistem neste profissional.

As práticas que acompanham o indivíduo podem advir desde o espaço familiar, como da experiência escolar dos tempos de estudante, ou até mesmo dos grupos sociais nos quais se relaciona. Sobre esta concepção, Tardif (2014) analisa os elementos que contribuem para a construção social e profissional da carreira do(a) professor(a).

Ao longo de sua história de vida pessoal e escolar, supõe-se que o futuro professor interioriza um certo número de conhecimentos, de competências, de crenças, de valores etc., os quais estruturam a sua personalidade e suas relações com os outros (especialmente com as crianças) e são reatualizados e reutilizados, de maneira não reflexiva mas com grande convicção, na prática de seu ofício (TARDF, 2014, p.72).

Dessa forma, a relação que o(a) educador(a) exerce com a leitura pode ser resultado de práticas desenvolvidas muito antes da formação profissional, e que se fazem presentes dentro da formação pessoal ao longo de sua trajetória. Tanto a experiência quanto o gosto pela leitura podem ter sido aprendidos ao longo da vida do/a profissional e de certa forma influenciar a sua prática atual especialmente no exercício da profissão. Ao descrever e refletir o efeito das vivências pessoais nas práticas de contação de histórias, Gregório Filho (2002) traz uma importante contribuição para essa discussão:

Somos aquilo que vamos adquirindo ao longo da vida. Os primeiros jogos, as brincadeiras, as cantigas, os contos vão imprimindo em nós um pouco daquilo que vamos ser quando adultos. Não somos passivos às experiências e, cada uma aprendida, incorporamos informações, transformações, transformamos, acrescentamos parte de nossa própria experiência e vamos construindo nosso jeito de olhar a nós mesmos e ao mundo (GREGÓRIO FILHO, 2002, p. 136).

Por essa razão, as experiências pessoais de leitura, quando elas existirem, servirão como lastro para a formação do(a) professor(a) juntando-se aos saberes da profissão ou transformando-os, o que por certo lhe permitirá o exercício da múltipla função que o(a) docente tem para com a inculcação e promoção da leitura entre seus alunos. Sobre isso, Tardif (2014) acrescenta que o que o(a) professor(a) apresenta como bagagem de saberes é o resultado das intervenções, experiências e formações que o(a) perpassam durante sua vida:



Os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma formação, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares, de uma pedagogia institucionalizada etc., e são também, ao mesmo tempo, os saberes dele (TARDIF, 2014, p. 16).

Prosseguindo nesse debate, é importante não perder de vista o fundamento maior da educação que, segundo Britto (2009), é a emancipação. Isso significa que o trabalho interventor do(a) professor(a) é produzir, através da sua atuação na aprendizagem do aluno, maneiras que o conduzam a esse desenvolvimento. O uso da leitura e do aporte da biblioteca são importantes contributos que só resultarão em aprendizagens se forem bem utilizados pelo(a) educador(a). Sobre essa melhor utilização, Britto (2009) declara que não é a leitura quem conduz ao conhecimento, mas sim o conhecimento que conduz à leitura. Isso nos revela que é através da experiência com a leitura e como leitor(a) percebível em sua prática que o(a) professor(a) convencerá seus alunos a desenvolver suas próprias experiências de leitura. Para que isso seja realidade, o(a) professor(a) precisa ter em mente os aspectos essenciais que compreendem o uso da leitura como prática efetiva no ensino-aprendizagem. Tais aspectos podem ser considerados como parte das ações do trabalho educativo, a saber: a apresentação, a mediação e o exemplo para a prática da leitura.

Apresentar o texto escrito ao aluno e, conseqüentemente a prática da leitura, figura como uma das ações mais significativas por parte da escola e do(a) professor(a) se considerarmos a possibilidade de ser este o único espaço que promova tal encontro na vida de parte dos estudantes. Maria (2016), ao discutir a importância da leitura para a educação, apresenta trechos de uma entrevista concedida pelo Prêmio Nobel de Literatura, o português José Saramago, ao *site* Folha Online, em junho de 2006. Na entrevista, questionava-se a utilidade de o Estado estimular a leitura. Prosseguindo em sua análise, Maria (2016) faz a seguinte consideração:

Debruço-me sobre a afirmação de Saramago numa honesta busca de entendimento, afinal sou sua leitora cativa e rendo admiração ao autor de Memorial do convento e tantas outras obras. Quando ele diz “não deveria ter outro estímulo”, chego a uma conclusão: talvez não devêssemos falar em “estímulo à leitura”; talvez, em vez de dizer “a escola deve estimular a leitura” ou “o Estado deve estimular a leitura”, devêssemos dizer simplesmente “a escola deve proporcionar a cada criança, a cada estudante, a experiência da leitura”. A questão, na minha opinião, não é que seja preciso estimular, é preciso inicialmente apresentar. Dar a conhecer. Mostrar a existência. Proporcionar o

contato. Porque, com a literatura, só isso já parece suficiente (MARIA, 2016, p. 138).

Petit (2009), assim como Maria (2016), considera o ato de apresentação do livro por parte do(a) professor(a) ao aluno como a prática de iniciação. Para Petit (2009), o trabalho do(a) professor(a) como mediador conduz o educando a um território desconhecido para alguns, e sobre esta questão ela traz a seguinte afirmativa:

A partir daí, compreendemos que o iniciador ao livro desempenha um papel-chave: quando um jovem vem de um meio em que predomina o medo do livro, um mediador pode autorizar, legitimar, um desejo inseguro de ler ou aprender, ou até mesmo revelar esse desejo (PETIT, 2009, p. 148).

Cabe destacar aqui as razões pelas quais podemos concordar tanto com o que expõe Petit (2009) quanto o que apresenta Maria (2016), pois afinal parafraseando Arena (2009, p. 65): “[...]a leitura do livro não preexiste ao leitor, ele quem a faz existir [...]”. Não se pode esperar que o aluno descubra sozinho os caminhos da biblioteca – isso pode até acontecer –, não se deve sequer acreditar que o leitor já nasce leitor, ele precisa ser conduzido ao mundo de informações saberes e aventuras que a leitura traz consigo. Se tal iniciação não acontecer em outro espaço, como o ambiente familiar, o rol de convivências etc., a escola pode pavimentar essa estrada que conduzirá o educando, através dos seus educadores ao mundo da leitura. Esse ainda é um desafio para a escola brasileira, entretanto, Petit (2009) ressalva que as circunstâncias não são de todo desanimadoras. Ainda é possível apontar iniciativas de profissionais empenhados em promover a curiosidade, e o desejo de ler em seus alunos. Petit (2009) explica que:

Hoje, como em outras épocas, ainda que “a escola” tenha todos os defeitos, sempre existe algum professor singular, capaz de iniciar os alunos em uma relação com os livros que não seja a do dever cultural, a da obrigação austera (PETIT, 2009, p. 158).

Não nos parece fácil conduzir o aluno ao encontro do livro ou da leitura, o que pode esclarecer o porquê de nem todos os(as) professores(as) realizarem tal tarefa, no entanto, é uma tarefa que se faz necessária que requer um olhar atento para perceber os sinais, os gostos e características dos pequenos leitores. É preciso também paciência, pois a relação com a leitura não se constrói em uma ou duas aulas nem tão pouco poderá

germinar em apenas um ano, é preciso esperar o tempo certo de cada leitor florescer. Por fim, é preciso estar identificado com a leitura, haja vista que uma boa apresentação implica conhecimento e uma relação de proximidade com quem ou com o que pretende apresentar.

Outro aspecto do trabalho docente em relação à leitura tem a ver com a mediação. Esse aspecto se desenvolve no momento da prática materializada do(a) professor(a): mediar é conectar leitura e leitor, narrativas e discursos. Como qualquer outra prática educativa desenvolvida pelo(a) educador(a), sua ação não apenas da exposição do saber, mas, principalmente, do direcionamento aos sentidos e significados que esse saber pode produzir nos alunos. Mediar, portanto, é não apenas mostrar a porta de acesso ao conhecimento, mas também apresentar as chaves que a abrem e, principalmente ensinar como usá-las.

Diversos escritos foram produzidos sobre a temática da mediação da leitura no espaço educativo. Muitos deles teorizam e retratam o trabalho do mediador. Posso destacar aqui a análise feita por Petit (2009) sobre o papel do mediador. A autora produz uma reflexão sobre a habilidade de gerenciar conflitos que possui o mediador. De fato, não é diferente para aquele que desenvolve o papel de mediar a leitura, pois em certos momentos texto e leitor envolvem-se em conflito, ora por incompreensão de alguma das partes envolvidas, ora por divergências de pensamentos. Sendo assim, a figura do professor(a) como mediador se apresenta como elo que esclarece dúvidas e suaviza o contato entre estes. Sobre esse trabalho, Petit (2009) enfatiza que:

Através da experiência pessoal, eles sabem o quanto a leitura ajuda a viver, mas também procuram facilitar a apropriação da cultura escrita por caminhos diferentes dos habitualmente seguidos em sala de aula, apoiar a construção de um espírito crítico e de uma cidadania ativa, compartilhar experiências estéticas etc. (PETIT, 2009, p. 186).

Mediar, portanto, é possibilitar, mas para que a leitura se torne uma possibilidade para o aluno o(a) professor(a) precisa estar presente na ação, ou melhor, ele precisa fazer parte deste processo. Não se pode considerar como ação mediadora de leitura uma prática em que o(a) professor(a) por iniciativa própria ou adversa à sua vontade seja excluído desta leitura. Rouxel (2013) apresenta a pessoa do(a) professor(a) como parte atuante na mediação da leitura. Para a autora:

O professor é um sujeito leitor que tem sua própria leitura do texto. É também um profissional que precisa vislumbrar em função de diferentes parâmetros (idade dos alunos, expectativas institucionais), que leitura do texto poderá ser elaborada na aula (ROUXEL, 2013, p. 29).

Rouxel (2013) nos traz em sua contribuição não apenas a função do(a) professor(a) como mediador(a) da leitura, mas também como referência de leitura para seus alunos e a comunidade escolar. Esse é o terceiro aspecto da prática do(a) professor(a) de leitura. Apresentar, mediar, incentivar, qualquer que seja a ação do(a) professor(a) deve ser precedida de uma prática pessoal que reforce o que está sendo apresentado em sala de aula.

Silva (1999) problematiza a condição do(a) professor(a) como exemplo de leitor(a) e de frequentador(a) do espaço da biblioteca. Para o autor, a ação docente torna-se mais efetiva quando este(a) profissional tem na sua própria trajetória uma vivência e apreço pelo escrito:

[...] é importante que o docente seja um leitor, de fato, e assíduo frequentador da biblioteca escolar. Para o aluno, é fundamental o exemplo do mestre, embora isso não baste como incentivo. Porém, se não vai a biblioteca, se dela passa a distância, terá o professor autoridade para levar os alunos a fazê-lo (SILVA, 1999, p.73)?

De fato, o exercício da leitura é uma prática que está atrelada à experiência. Conduzir à leitura só é possível para aquele que conhece o(s) caminho(s). Relembrando as palavras de Petit (2009), é possível que em nossas trajetórias como alunos, em qualquer das modalidades de ensino, já tenhamos sido influenciados pelo exemplo de leitura de algum(a) professor(a). Entretanto, não é de se causar estranhamento que alguém não tenha, talvez, vivenciado tal experiência. Maria (2016) reforça a necessidade de o/a professor/a como exemplo de leitor(a), mas acrescenta uma problemática à essa questão. Segundo a autora:

[...] é necessário que o professor seja um leitor. É absolutamente indispensável, repito, que o professor seja um leitor, um bom leitor. Que tenha uma rica bagagem de leitura. E aqui reside um dos grandes problemas da educação no país, acho que certamente, o maior dos problemas: boa parte dos professores que saem das faculdades, formados nos cursos de letras ou de pedagogia, ostenta um diploma de licenciatura, mas infelizmente não são leitores. Podem ter sido alunos responsáveis, por certo leram capítulos de livros, a maior parte desgraçadamente – em forma de cópias xerográficas. Talvez até

tenham lido alguns clássicos da literatura e esboçaram análises deles. Mas não se tornaram leitores. Cumpriram tarefas. Fizeram provas. Estudaram certas teorias. Mas não se tornaram leitores (MARIA, 2016, p.145).

Essa tem sido a realidade em boa parte das escolas brasileiras e, nesse caso, independentemente de serem públicas ou privadas. Educadores (as) que não desfrutam de uma relação com a leitura e muito menos com a biblioteca ainda são maioria nas fileiras docentes de nossas instituições escolares. Complementando o exposto por Maria (2016), isso não se restringe a apenas aos profissionais de Letras e de Pedagogia. Entretanto, tal realidade, embora difícil, pode e deve ser modificada. Para que isso se materialize, o trato para com a biblioteca e a leitura precisa ser repensado.

As mudanças precisam vir através das políticas de formação tanto no espaço acadêmico como nas ações dentro da formação continuada no espaço escolar. Poder público, gestores e educadores podem juntos pensar e efetuar políticas pró-leitura. Todavia, ao professor cabe o engajamento pessoal com a leitura, algo que independentemente da ação institucional deve ser prática profissional e de vida, que contribui não apenas para o exercício profissional como também para o seu próprio desenvolvimento.

### **3.3.1. Promovendo encontros formativos: o incentivo à prática de leitura.**

Inúmeras são as dificuldades e barreiras que o(a) docente encontra no seu fazer educacional no dia a dia. Tais limites vão desde uma remuneração que pouco lhe permite investir em um acervo pessoal para o fomento da prática de educador(a) até as limitações estruturais e infraestruturais presentes em boa parte das escolas públicas brasileiras. O incentivo a uma formação permanente para a mediação da leitura no exercício da profissão é pauta não apenas para a proposta pedagógica escolar, mas também para as políticas públicas educacionais. Tais investimentos trarão benefícios não somente à formação do professor, como também para a formação de alunos leitores no contexto escolar.

O encontro com a leitura e com a biblioteca é fundamental para o desenvolvimento do aluno, e escola e professores têm papéis decisivos nesse processo. O incentivo por parte do poder público também é essencial. Silva *et al* (2009) reforçam

o lugar destes agentes no trabalho de apropriação e descoberta da prática de leitura por parte do estudante. As autoras apresentam que:

Ter acesso aos livros, ou tempo para ler não é suficiente, nem simplesmente deixar ler. Para que o interesse pela leitura ocorra, faz-se necessário apresentar os livros ao leitor em formação. Há que se investir na mediação da leitura (SILVA *et al*, 2009, p. 52).

Promover a leitura entre os alunos não é tarefa para o acaso, em que os alunos por si mesmos vão se dirigir às bibliotecas e automaticamente descobrirão a paixão pela leitura e reconhecerão a fonte de saberes presente nos livros. Tal ação precisa ser planejada e coordenada, haja vista que até mesmo os professores podem não se sentir seguros ao realizarem tal intervenção.

O fomento aos encontros formativos voltados para a leitura pode ser parte alternativa para o enfrentamento do desafio de formação de leitores nas escolas. Essa atividade requer planejamento e principalmente conhecimento: conhecimento do grupo de professores e de suas experiências com a leitura, conhecimento do corpo estudantil, suas preferências e disposição, bem como dos caminhos para o seu envolvimento. Por último, é necessário conhecer os espaços de leitura, a biblioteca, os textos, livros e materiais que poderão ser utilizados nessa ação.

É preciso destacar que os processos formativos podem advir tanto por parte de iniciativas externas à escola, a exemplo de políticas públicas ou ações de cunho acadêmico, ou por conta da iniciativa interna, em cumprimento às proposições do Projeto Político Pedagógico da escola, por exemplo. Entretanto, tanto uma como outra não podem estar distantes do olhar da gestão da escola. Ainda que concordemos que o(a) professor(a) também é responsável e agente de sua formação e do seu aperfeiçoamento, cabe à direção e coordenação escolar atuar de forma contundente e continuada na promoção e incentivo da leitura na escola. Para isso, é preciso conhecer os elementos que integram tal processo: em primeiro lugar, discutiremos aqui o lugar do professor nesse planejamento. Que tipo de leitor é esse sujeito, e de que forma tem se relacionado com a leitura. Foi com esse intuito que Moraes (2001) dedicou-se a ouvir as narrativas sobre as experiências pessoais de leitura de um grupo de professores(as) da ilha de Parintins no estado do Amazonas, num programa de formação continuada. Através das muitas escutas que tal trabalho lhe proporcionou, a autora fez interessantes constatações:

Em meio a esses depoimentos das professoras, aparecem e se misturam os elementos de uma leitura tanto voltada para a fruição, para o entretenimento, sem nenhuma obrigatoriedade, quanto para o aprendizado escolar. Essa referência aos elementos relativos a modalidades de leitura diferentes revela uma tensão que parece orientar a representação daquilo que as professoras compreendem como sendo atributos do leitor ideal (MORAES, 2001, p. 219).

O relato produzido por Moraes (2001) demonstra que parte essencial do processo formativo é montada a partir das escutas de seus participantes o que, dentre outras coisas, permite conhecer os sujeitos envolvidos nessa formação, dando mostras do seu perfil e a construção da relação com o objeto. Sobre as possibilidades que a escuta oferece, Moraes (2001) ainda destaca a oportunidade de identificar os atributos de valor que estes dão à leitura e à biblioteca. Sobre isso, a autora apresenta que:

Importa lembrar que essa valorização deve-se, em grande parte, ao esforço da própria família, que se mobilizou para que elas frequentassem a escola, a fim de adquirirem, entre outras coisas, competências, disposições e atitudes necessárias para se relacionarem com o mundo da leitura e da escrita (MORAES, 2001, p. 220).

Assim como os estudantes, os professores são sujeitos que apresentam marcas das suas experiências pessoais. Tardif (2014) reforça tal concepção ao destacar que o(a) professor(a), “[...] se baseia em sua ‘experiência de vida’ enquanto fonte viva de sentido[...]” (p.179). Petit (2009, p. 161) pontua que a experiência pessoal do professor com a leitura pode contribuir na mediação com seus alunos. A autora afirma que “Para transmitir o amor pela leitura, e acima de tudo pela leitura de obras literárias, é necessário que se tenha experimentado este amor”.

Além do(a) professor(a), outro elemento a ser considerado no processo formativo é o aluno: na realidade, ele possui grande relevância nesse processo, por se tratar do alcance final da formação. Silva *et al* (2009) já destacaram a necessidade de conhecermos e escutarmos nossos alunos, leitores e/ou possíveis leitores. Conhecer principalmente as ferramentas e recursos que podemos utilizar na empreitada do conhecimento. Souza *et al* (2012) destacam que:

São várias as práticas de letramento nas quais os jovens se engajam todos os dias: leitura de textos religiosos, e-mails, salas de bate-papo,

portais de busca, sites de relacionamento, grupos de teatro, cursos extracurriculares, entre outras (SOUZA *et al*, 2012, p. 15).

Embora existam interesses por parte dos alunos em certos modos de leitura, as autoras problematizam o fato de a escola não as reconhecer formalmente como práticas válidas de leitura, o que se traduz em oportunidades perdidas de, partindo do interesse dos alunos, subsidiar o acesso a outras formas de leitura. Sobre esse olhar mais sensível, as autoras apresentam uma proposta para esta interação:

Mapear o que os alunos leem e escrevem além dos muros escolares é, sem dúvida, o primeiro passo para se aproximar dos seus interesses. A partir desse conhecimento, é possível planejar atividades de leitura e escrita de fato significativas para esses estudantes (SOUZA *et al*, 2012, p. 15).

O desconhecimento do perfil do aluno e a conseqüente imposição de materiais de leitura e obras literárias terminam por afastar o estudante de outras formas de leitura e da biblioteca. Por inexperiência talvez, ou por um pensamento ultrapassado, somos tentados a considerar apenas a leitura dos clássicos ou a obra de algum pensador como sendo “leitura válida”, o que contribui para o desinteresse crescente dos alunos para explorar a biblioteca e os livros. Chegamos, então, ao terceiro elemento a ser considerado na formação do leitor: o texto. Até aqui discutimos a figura do mediador da leitura, o(a) professor(a), e o público alvo em formação, o aluno. Apresentamos a importância de conhecer quem são tais figuras, sua relação com a leitura e com o escrito e suas pretensões. Considerando o fato de que a relação entre professor e aluno é pautada na mediação, resta, portanto, discutirmos o que se pretende mediar, neste caso: o livro, o texto, a leitura etc.

Em primeiro lugar, vale lembrar que mediar a leitura é oferecer ao indivíduo as possibilidades de ler. Mas, ler o quê? Tal pergunta pode fazer sentido caso em nossa escola não exista uma biblioteca, ou no caso de a que existe não oferecer opções razoáveis para a prática da leitura. Essa pergunta pode ter sentido também na fala de quem pouco conhece de livros, de textos, ou da biblioteca existente em seu ambiente de trabalho. Dessa forma, mediar a leitura pressupõe o conhecimento do que se lê.

Certamente que não se espera do(a) professor(a) que conheça os diversos escritos existentes, ou pelo menos que tenha lido o acervo completo da biblioteca de sua escola. O que cabe ao professor é viabilizar o “pontapé inicial” para que o aluno adentre



o mundo da leitura. Não se faz necessário, para despertar, por exemplo, a admiração pela obra de Machado de Assis que o(a) professor(a) tenha tido a oportunidade de ler a sua coleção por completo. A apresentação de uma obra pode instigar o aluno a conhecer mais sobre o autor, seu gênero literário, ou sobre o contexto histórico da sua escrita. A construção do leitor se dá através da curiosidade. Ramos (2004) escreve que:

A leitura busca desvendar o texto indo bem além do que está escrito na página. É uma experiência única, realizada por cada sujeito, através do seu repertório, para assim chegar à outra margem, não a do texto ou a do leitor ao adentrar na obra, mas a terceira, aquela de seu entendimento, criada pela interação entre as vivências do interlocutor com o mundo proposto pelo universo ficcional (RAMOS, 2004, p. 107).

Por essa razão, a formação para a leitura requer uma experiência e uma relação com o texto, com os insumos disponíveis que permitam ao educador escolher e indicar o que mais se adeque aos interesses e condições dos alunos, considerando não apenas o tipo textual como também a prática que permitirá que os alunos se encantem pelo escrito. Sobre os aspectos da experiência e da prática que permeiam o trabalho do(a) professor(a), as escutas do(a)s profissionais que atuam no espaço educacional, nos auxiliam não apenas na compreensão destas questões como também no aperfeiçoamento das ações e orientações para o trabalho da mediação e formação leitora. Para tanto, apresentaremos no capítulo seguinte algumas contribuições obtidas através das escutas das colaboradoras desta pesquisa.

#### **4. ADENTRANDO O CAMPO DA PESQUISA: À CAMINHO DA ESCOLA REGINA VITAL**

A leitura nos permite “viajar” e ter contato com lugares e personagens até então desconhecidos. Basta tomar um livro, ou até mesmo visitar as prateleiras, físicas ou virtuais de uma biblioteca para dar início a uma, ou várias jornadas inesperadas que produzem marcas – e não me refiro somente às marcas que os leitores deixam nos livros folheados, como anotações, bordas amassadas, manchas etc. que por si mesmas já nos apresentam histórias pessoais com o livro ou no livro como nos relata Battles (2003) – mas também me refiro às marcas que se prendem às memórias visíveis ou invisíveis e que contribuem para a formação do estudante, do leitor, do sujeito, do cidadão.

O ser humano, enquanto sujeito, não nasce pronto, vai se formando ao longo da vida, acumulando saberes e conhecimentos obtidos através das inúmeras experiências vivenciadas. Suas leituras, mesmo que sejam apenas leituras de mundo para alguns, contribuem para essa formação que só se encerra com o fim de seus dias. Compreender, portanto, a importância das histórias de leitura na vida e formação dos sujeitos reitera o papel do professor como mediador dessas leituras e especialmente como mediador entre a sala de aula e a biblioteca, entre o aluno e o livro. Promover ou dar acesso à leitura permite não só o acesso ao conhecimento ou ao deleite, mas também produz sentidos e significados que nos capacitam para reler o mundo à nossa volta utilizando como lastro informações e até mesmo memórias obtidas ao longo da vida. Silva (2013) destaca a importância de resgatarmos as memórias de leitura e os seus significados para a formação do indivíduo:

Para refletir sobre o lugar ocupado pela literatura na formação dos nossos sentidos mnemônicos, sobre as práticas da leitura ao longo da história que dizem respeito a esse campo, caberia, talvez, um exercício de convocar narrativas memorialísticas (SILVA, 2013, p 53).

As memórias de leitura revelam não apenas o contato com livros marcantes, mas também o encontro com pessoas que ajudaram os livros a produzirem em nós estas marcas. Pennac (1993), ao discorrer sobre a formação do acervo em nossas memórias, destaca o lugar e a influência de amigos, da escola, dos críticos literários, entre outros, na formação deste acervo pessoal de cada um, e afirma: “[...] somos habitados por livros e amigos [...]” (p.84). Portanto, somos o resultado de um partilhamento de

saberes, prazeres e preferências, que vão ao longo do tempo configurando o leitor que vai sendo formado por toda a caminhada. Oportunizar, portanto, as escutas dessas memórias nos garantem não somente conhecer o perfil leitor que cada professor adquire ao longo de sua trajetória, mas também nos permite compreender quais elementos compõem a formação do sujeito, quais os livros e leituras estão presentes nessa formação, como se deu a participação da biblioteca nessa construção. Tudo isso pode ser resgatado a partir das memórias de cada leitor.

As discussões apresentadas até aqui destacaram a leitura e a biblioteca como caminhos pelos quais seus usuários passam a ter acesso a uma infinidade de informações, conhecimentos e saberes. Páginas e/ou prateleiras são mais do que aço, madeira, papel ou números binários, são na verdade caminhos, portas e janelas que se abrem para revelar estudos, registros, sonhos e tudo mais que a humanidade vem produzindo. Sanches Neto (1995), ao destacar o papel educacional que a biblioteca escolar pode exercer dentro do espaço escolar e na vida dos educandos, descreve:

A biblioteca escolar que se queira eficaz tem que se assumir como uma infinidade de janelas abertas para o mundo e transmitir ao aluno o direito de escolher por qual delas quer ele olhar. Os efeitos da leitura não podem ser previamente definidos pelo educador. Ler é sempre uma atividade cujos resultados são imprevisíveis. (SANCHES NETO, 1995, p. 32)

Como dito por Sanches Neto (1995), cabe ao aluno o direito de escolher qual caminho trilhar, ou por qual, ou quais janela(s), pretende olhar. À família, à escola, ao professor e ao Estado cabe a função de disponibilizar esses caminhos e acessos, haja vista que a leitura do livro, a leitura literária permite o conhecimento entre o sujeito e o mundo, conforme relata Silva (2013).

Foi pensando na condição que a BE assume na formação do aluno-leitor-sujeito no instante em que seu espaço e seus recursos são aproveitados que nos propomos investigar tais contribuições não só na formação dos alunos da escola *lócus* desta pesquisa, como também na formação de seus professores ao longo de suas trajetórias pessoais. Ouvimos os relatos das experiências pessoais das profissionais, haja vista que tais experiências com a leitura nos afetam por meio dos sentidos passados, das sensações do presente, e sobre o que sonhamos para o futuro, de acordo com Silva (2013). Antes de nos debruçarmos sobre os relatos, apresentaremos um pouco dos caminhos pelos quais trilhou a produção desta pesquisa.

#### 4.1. O ENCONTRO COM O OBJETO: O PERCURSO METODOLÓGICO A SER SEGUIDO

Em sua obra intitulada *Leitura: ensino e pesquisa*, Kleiman (1996) destaca a importância dos dados empíricos para o conhecimento da realidade. Segundo a autora, tão importante quanto a visitação ao arcabouço teórico especializado no tema a ser pesquisado está o ato de investigar, de ir a campo conhecer as experiências na prática, com o intuito de experimentar os modelos e testar as hipóteses. Tal processo torna-se importante não apenas para a consistência da pesquisa como também para auxiliar o(a) pesquisador(a) na tomada de decisões conscientes que permitam ao (a) pesquisador(a), ou a quem tomar como base os seus escritos, promover ações e mudanças coerentes a partir das informações obtidas através dos levantamentos, das testagens e das experimentações realizadas em suas observações.

Para Deslandes *et al* (2007), pesquisar é a atividade básica através da qual a ciência desenvolve sua indagação e construção da realidade. Os autores também destacam que “[...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação [...]” (p.16), e salienta que o caráter prático da pesquisa está no fato de que não pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro momento, um problema da vida prática. Sobre essa afirmação os autores destacam que:

As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais (DESLANDES *et al*, 2007, p.16).

Por essa razão, esta pesquisa se propõe ir a campo munida de certas indagações que, conforme já começamos a discutir, possibilitem investigar, a partir da leitura dos principais materiais teóricos sobre o tema, as contribuições da biblioteca escolar no trabalho docente e na formação de leitores. Além disso, buscaremos também identificar quais as estratégias necessárias para a organização da biblioteca escolar, bem como os caminhos e critérios para a seleção e composição do acervo, de que maneira a biblioteca

pode e está sendo incluída na proposta pedagógica da escola e como a prática da leitura pode ser consolidada dentro e fora do espaço escolar.

Objetivando atender às questões supramencionadas, esta pesquisa se propõe compreender os percursos necessários para a implantação de uma biblioteca de forma efetiva no espaço escolar. Para isso, torna-se fundamental uma releitura das políticas públicas que dispõem as diversas esferas governamentais que regulam e orientam sobre a universalização da biblioteca nas escolas públicas, dando destaque especificamente aos esforços que os poderes federais e municipais, em especial, devem dedicar para tal consolidação. Além disso, esta pesquisa busca compreender as singularidades que possibilitam a formação do(a) professor(a) leitor(a) e do(a) aluno(a) leitor(a), além de conhecer a relação que a escola, enquanto instituição, e os profissionais que nela atuam desenvolvem com a prática da leitura.

A pesquisa é de cunho qualitativo, em virtude de procurar descrever um nível de realidade que, segundo Deslandes *et al* (2007), não pode ser quantificado. A análise, portanto, parte da abordagem dos significados, valores, aspirações e atitudes percebidas nas falas das participantes que ajudaram a compreender as relações, os processos e os fenômenos relacionados à questão principal desses escritos.

O Estudo de caso resulta da necessidade de obter evidências importantes para fortalecer o argumento e por se tratar de “[...] um fenômeno espacial e temporalmente delimitado de interesse teórico”, segundo GERRING (2019, p. 125). A escolha do estudo de caso como método de pesquisa se deu pelo objetivo de explicar parcialmente o caso sob investigação e por permitir, ao mesmo tempo, elucidar uma classe maior de casos da mesma natureza, ainda que esta não seja a intenção do(a) pesquisador(a), conforme relatado por Gerring (2019). Isso reforça a proposta de que este estudo se some a outros que, como ele, fortaleçam o debate sobre a biblioteca escolar e a sua contribuição no processo educativo.

A pesquisa propõe a articulação entre os seguintes eixos temáticos, a saber: formação de professores leitores; leitura como prática cultural, educacional e social; e políticas públicas para a universalização da leitura e da biblioteca, relacionando, sobretudo, os estudos teóricos sobre o tema e as informações obtidas através da investigação de campo.

Sobre a formação de professores leitores, utilizo como referência os estudos de Tardif (2014) e Nóvoa (1992) ao debater as competências e habilidades aliadas aos

saberes que servem de base para a atividade docente, além dos estudos de Cunha (2013) e Nóvoa & Finger (2014) que discutem a trajetória formativa docente que antecede e ultrapassa os espaços formais de aprendizagem. Tais leituras fortalecem a discussão sobre a formação do(a) professor(a) enquanto educador na perspectiva da formação de alunos leitores, considerando as experiências reunidas ao longo da vida pessoal e profissional e as marcas que tais experiências imprimem no fazer em sala de aula.

Sobre as discussões do eixo que aborda a leitura como uma prática cultural e educacional, utilizarei as contribuições de Burke (2008) e Chartier (2012) que, ao debater a história cultural, nos possibilitam compreender a historicidade do livro e da leitura e como esses elementos podem se estabelecer como práticas convencionadas pelas sociedades. Além desses autores, ainda lanço mão dos escritos de Lajolo (2000), Abreu & Schapochnik (2005) e de Petit (2009, 2013 e 2019) que apresentam as múltiplas funções da leitura e a sua importância na formação do indivíduo e da sociedade.

Conhecer e compreender a história cultural da leitura não se limita apenas a uma imersão nos escritos teóricos, mais do que isso, nos permite vislumbrar os contextos, quer sejam sociais, culturais etc., que influenciaram e modelaram essa prática ao longo das gerações. Burke (2008) traça de forma sucinta uma linha histórica ao enfatizar as mudanças do comportamento do leitor que, por exemplo, no passado tivera que conviver com a imposição de uma prática de leitura em que só era permitido ler silenciosamente. Essa e outras mudanças de comportamento que o autor classifica como “revolução da leitura” ocorridas em meados do século XVIII são resultado de uma convenção social imposta aos frequentadores das principais bibliotecas existentes naquela época que eram pertencentes, na sua maioria, aos mosteiros religiosos.

Por último, para fomentar as discussões sobre as políticas públicas para a leitura e a Biblioteca Escolar, tomo como base as diretrizes e manifestos da IFLA/UNESCO para a Biblioteca e a Biblioteca Escolar e os estudos de Moraes (2006) e de Milanesi (1986 e 2003) que descrevem de forma pontual as ações e políticas de Estado voltadas para o livro, a biblioteca e a leitura, desde o período colonial do Brasil até o final do século passado. Além de analisar as orientações da Lei Federal 12.244/2010, e o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana no que tange ao atendimento da Lei da Biblioteca Escolar e de que maneira o município tem se estruturado para a promoção e universalização da leitura e do livro nas escolas da rede pública.

Como instrumentos de geração de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os membros da gestão e coordenação escolar, do corpo docente e com uma representante da secretaria de educação municipal, o que permitiria uma escuta que possibilitasse não apenas a obtenção das informações preestabelecidas como também o olhar personalizado de cada participante sobre o objeto em estudo, auxiliando na construção dos pontos acima relacionados que comporão, mais adiante, os escritos do quarto capítulo deste estudo.

Levando em consideração a subjetividade das concepções e do comportamento de cada ser humano, torna-se necessário, numa pesquisa de caráter qualitativo, fazer uso das ferramentas que possibilitem ao pesquisador ter acesso às diversas nuances que a ação humana pode imprimir a determinado tema. Nessa perspectiva, a entrevista se apresenta como um instrumento de geração de dados dos mais eficazes da pesquisa de tipo qualitativa. Sobre essa ferramenta do trabalho de campo, Deslandes *et al* (2007) reforçam as contribuições que a entrevista tem a oferecer:

Através dela (entrevista), o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (DESLANDES *et al*, 2007, p.57).

Outro fator de igual importância na escolha da ferramenta de produção dos dados para a pesquisa foi a condição semiestruturada da entrevista que possibilita certa flexibilidade ao entrevistador, permitindo-lhe avançar ou recuar na ordem das questões caso o diálogo necessite, ou até mesmo obter mais informações sobre a realidade investigada para além daquilo que as questões se propunham, o que quase sempre acontece nos processos investigativos das ciências sociais. Além disso, a entrevista semiestruturada permite ao entrevistado falar livremente sobre o tema proposto guiado pelo roteiro de questões apresentadas, o que contribui numa riqueza maior de informações para a pesquisa.

É preciso pontuar também as contribuições que os encontros formativos desenvolvidos na escola *lócus* pelo(a)s representantes do Núcleo de Leitura Multimeios proporcionaram para esta pesquisa: desde as intervenções realizadas com as profissionais da escola, já se configurava uma mudança na visão das participantes sobre o *ser* leitor e sobre o *ser* mediador de leitura. Os relatos obtidos a partir das

entrevistas que analisaremos a seguir já mostram os sinais dessas mudanças e servem para reforçar a importância de ações formativas voltadas para a mediação da leitura e os seus resultados na prática no contexto escolar.

#### 4.2 PRIMEIRAS ESCUTAS AOS SUJEITOS

Demo (1995, p. 138) enfatiza que “[...] a realidade social não se dá na superfície empírica, é preciso ir além desta casca [...]”. Ir além, nesse caso, significa em certo momento ir até o lugar onde a teoria é confrontada com a prática, pois o aparato teórico só fará sentido se for observado no cotidiano, nos espaços onde as ideias podem ser comprovadas ou contestadas. Sobre a cumplicidade entre a teoria e a prática, Demo (1995, p. 141)) defende que “[...] Ideias sem fatos não são históricas, fatos sem ideias são superficiais [...]”.

Por concordar com Demo (1995), após dedicar-me à leitura de parte dos escritos sobre o tema desta pesquisa, dediquei-me a escutar os diversos relatos que as pessoas que participavam do trabalho formativo expressavam sobre a importância da leitura em suas trajetórias pessoais. Os relatos descreviam experiências da juventude, do convívio escolar, do ingresso na formação acadêmica etc, recordações que emergiam tanto das leituras de acolhimento quando das reflexões e análises dos textos de fundamentação teórica e que nos faziam acessar nossas experiências do passado com os livros, as leituras e a biblioteca. Foi em uma dessas rodas de conversa que minha atenção foi fisgada por uma das falas da coordenadora pedagógica da escola que, em meio aos inúmeros depoimentos, professou a seguinte fala: “[...] seria tão bom se tivéssemos a nossa biblioteca [...]”! A fala da coordenadora naquela ocasião expressava um desejo antigo de que a escola tivesse em suas dependências uma biblioteca escolar que, por certo, poderia oferecer oportunidades para inúmeras atividades de leitura, o que, possivelmente, produziria nos alunos experiências pessoais com a leitura tais quais estavam sendo relatadas ali.

A frase, a princípio, me sensibilizou e, ao retornar para a minha residência, meus pensamentos estavam mergulhados naquelas palavras e no quão intrigante era aquela situação: uma escola que se envolvia de forma apaixonada com a leitura, mas que até o momento não dispunha da estrutura física de uma biblioteca para dar suporte às práticas de leitura que poderiam ser ofertadas aos alunos. Foi a partir dessa inquietação que senti



a necessidade de investigar mais sobre tal problemática e direcionar os rumos desta pesquisa para a compreensão dos meandros que levam ao surgimento de uma biblioteca escolar e, mais do que isso, como se dá esse nascimento quando a biblioteca escolar, desde o primeiro momento, é pensada, planejada e organizada a partir da mobilização da escola.

Este trabalho aborda os caminhos para a implantação de uma biblioteca no espaço escolar, considerando as políticas federais e municipais que direcionam tal implantação como a Lei 12.244/10, bem como as indicações previstas no Plano Municipal de Educação, além de investigar a formação que os envolvidos no processo educativo, a saber, gestores e professores, disponham para o envolvimento da biblioteca no ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento da pesquisa e da leitura dentro e fora do ambiente escolar. A realidade da biblioteca dentro da escola pública brasileira em geral não apresenta esta peculiaridade. Normalmente a sua implantação, quando ocorre, é resultado de um ato de governo que visa apenas cumprir determinações legais em instalar a biblioteca sem se preocupar com as ações relacionadas que resultem em um bom aproveitamento desse importante espaço. O que acontece quase sempre é o que Silva (2009) nos apresenta:

O descaso com a biblioteca escolar não é incomum em nosso país, pois parte das escolas não possuem biblioteca, contudo, as que possuem, não a exploram como deveriam, usam-na apenas como depósito de livros, sem uma organização pedagógica, sem integrá-la ao projeto educativo da escola. Existe ainda aquela parte que funciona no improviso, por ação de um ou outro professor sem, no entanto, fazer parte do projeto educativo da escola (SILVA, 2009, p. 118-119).

Considerando a maneira como muitas instituições não têm reconhecido o lugar e o papel da biblioteca no processo educativo, conforme nos apresenta Silva (2009) em sua análise, faz-se necessário destacar as escolas e profissionais que valorizam esse espaço educativo e que reconhecem na biblioteca, desde a fundação, a sua importância para a comunidade escolar, com a convicção de que a biblioteca pode acrescentar o que a sala de aula sozinha não pode oferecer. Silva (2009) declara que:

A biblioteca escolar trará benefícios para o contexto escolar se não for tratada como peça decorativa, mas como um organismo vivo que emana para toda a comunidade escolar possibilidades distintas de conhecer, de sedimentar o que já se sabe, de refletir e ampliar a compreensão de mundo dos alunos (SILVA, 2009, p. 118).

Tomando como referência tais discussões, a atuação da biblioteca no contexto escolar será contributiva no processo educativo e na formação de leitores se alunos, professores e gestores entenderem sua missão e função se por eles for bem utilizada. Caso contrário, seu destino será, como sempre, o de um espaço inativo e não impedirá que continue sendo utilizado como depósito, lugar de castigo ou como espaço frequentado apenas para o entretenimento.

Considerando como condição essencial para que a biblioteca desempenhe seu papel e missão o reconhecimento e valorização desse espaço por parte dos agentes escolares foi que decidimos escolher a Escola Municipal Regina Vital como campo de investigação para esta pesquisa, haja vista ser uma escola que compreende a natureza educacional que a biblioteca possui, e reconhece o quanto a presença desse espaço e a sua utilização podem fazer a diferença na formação leitora dos alunos. Tal reconhecimento tem impulsionado os membros da comunidade escolar a buscar a implantação desse espaço nas dependências da escola, o que se tornou campo fértil para a produção dos dados para esta pesquisa.

Após definido o *lócus* da pesquisa, bem como as ações a serem desenvolvidas no espaço, passamos a conhecer mais sobre o perfil da escola escolhida e dos (as) colaboradores (as) presentes na instituição que auxiliarão, através das escutas e contatos, tanto na escrita desta pesquisa como na compreensão das questões que tal investigação se propôs compreender.

Segundo as informações obtidas no Projeto Político Pedagógico da instituição, a Escola Municipal Regina Vital tem como instituição mantenedora a Prefeitura Municipal de Feira de Santana. A escola está localizada no bairro Campo Limpo, à rua Três Pinheiros, s/nº. A escola tem em sua gestão uma profissional formada em Pedagogia atuando como Diretora Pedagógica e uma Pedagoga Especialista em Educação que atua na coordenação pedagógica.

A escola possui seis professoras efetivas, número que inclui a diretora e a coordenadora, duas professoras temporárias, além de sete auxiliares de classe. Entre os que atuam no apoio administrativo e geral, a escola dispõe de sete funcionários, sendo dois efetivos, quatro provenientes de cooperativa e um oriundo do programa Jovem Aprendiz. A escola ainda conta com outros dez funcionários vinculados a projetos

desenvolvidos na escola, como: Mais Educação; Gestão da Alfabetização e Música na Escola.

A Escola atende à modalidade do Ensino Fundamental anos iniciais, do 1º ano ao 5º ano, sendo duas turmas de 1º ano; uma turma de 2º ano; duas turmas de 3º ano; duas turmas de 4º ano e uma turma de 5º ano que, somadas, atendem 201 alunos, segundo dados do PPP da escola, que são distribuídos entre os turnos matutino e vespertino.

A escola atende alunos residentes nos bairros Campo Limpo, George Américo, Conjunto José Ronaldo, Bom Viver e adjacências atendendo, inclusive, alguns alunos do bairro Asa Branca, distante quase dois quilômetros da instituição escolar. Segundo apresentado no PPP, a missão da Unidade Escolar é oferecer uma educação de qualidade do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, preparando os alunos para a vida em sociedade como seres críticos e criativos, a fim de possam se integrar à sociedade como construtores de suas histórias e, por consequência, agentes transformadores de suas próprias realidades.

A instituição tem como visão ser uma entidade reconhecida por uma liderança forte, pela qualidade de ensino com resultados de aprendizagem favoráveis à construção de uma sociedade avançada social, política e economicamente. Os valores são o respeito às diferenças, a solidariedade, a responsabilidade e cooperação e, para isso, conta com o apoio do Conselho Escolar, Unidade Executora e Associação de Pais e Amigos.

Segundo levantamento produzido durante a construção do PPP, a situação econômica das famílias, em sua maioria, é de precária à satisfatória no que diz respeito aos padrões econômicos da região. Grande parte dos pais e responsáveis pelos alunos atua no mercado informal, na construção civil ou como empregada doméstica. Algumas famílias enfrentam o problema do desemprego e, por isso, recebem o auxílio do Programa Bolsa Família. As famílias na sua maioria possuem casa própria e, em alguns casos, alugada. No tocante ao acesso a tecnologias e internet, apenas algumas famílias declararam possuir. O número de membros varia bastante, sendo considerada uma média de 2 a 7 pessoas. O grau de escolaridade dos pais, na sua maioria, restringe-se a terem cursado somente o ensino fundamental e apenas uma pequena minoria possui nível superior.

Levando em conta as informações, as ações pretendidas para a produção de dados desta pesquisa que subsidiaram a escrita do capítulo 4 intitulado *Biblioteca e Leitura na Escola: Experiências na Escola Regina Vital em Feira de Santana-Bahia*

compreendem algumas entrevistas com a direção pedagógica, a coordenação pedagógica e com parte do grupo de professoras da instituição que foram organizadas em comum acordo com as profissionais em questão.

#### 4.3. DEFININDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

O passo seguinte no processo de produção dos dados para esta pesquisa foi definir, em meio ao efetivo da escola *lócus*, um grupo de profissionais que permitisse atender às questões e inquietações provocadas por este estudo através dos seus conhecimentos sobre a própria escola, sobre as práticas educacionais voltadas para a leitura desenvolvidas com a comunidade escolar e sobre as políticas que direcionam o uso do livro e da leitura na instituição.

Já que o propósito desta produção de dados é de colher as informações essenciais para o entendimento dos principais pontos da pesquisa, além da participação de algumas profissionais da EMRV, foi estendido o convite também a uma representante da Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana - Bahia, com o objetivo de conhecer as ações e políticas em vigor no município no que diz respeito ao incentivo e ao uso da biblioteca nas escolas do território do município. Assim, foi definido como colaboradores desta pesquisa um representante da secretaria de educação do município de Feira de Santana - Bahia, que nos ajudaria em conhecer as ações do poder público para promoção da leitura, do livro e da biblioteca, possibilitando inclusive compreender de que forma o município está engajado no cumprimento do que orienta a Lei Federal n. 12.244/2010<sup>6</sup>.

Além do representante do poder público, esta pesquisa também se propôs a ouvir um representante da direção e outro da coordenação pedagógica da escola com o objetivo de compreender como a escola tem se mobilizado para incentivar a prática da leitura, como essa prática tem figurado na proposta pedagógica, bem como conhecer as iniciativas e propostas para que professores e alunos estejam em contato com esta prática.

Por fim, foram escolhidas quatro representantes do corpo docente para ouvir de que forma a leitura se relaciona com a prática da sala de aula e quais as expectativas

---

<sup>6</sup> Lei Federal promulgada e publicada em 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

para a aquisição da biblioteca escolar e como ela poderá favorecer o trabalho com os alunos. Como critério para a seleção das participantes, foi observado o tempo de atuação na escola considerando o mínimo de 01 (um) ano de atuação na unidade escolar. Assim, o grupo que compreende as participantes da pesquisa apresenta as seguintes descrições: todas as participantes da pesquisa são do sexo feminino e têm entre 30 e 57 anos; todas têm a Pedagogia como formação acadêmica inicial, sendo que uma delas é formada em Licenciatura em Geografia e em Pedagogia, e outra ainda está em processo de formação. Em relação às professoras que participaram da pesquisa, foi registrado um tempo mínimo de atuação na escola de 01 (um) ano e 08 (oito) meses até 04 (quatro) anos, e no que diz respeito ao tempo de atuação na profissão docente, o tempo máximo identificado entre os relatos das participantes é de 15 (quinze) anos.

É preciso antes contextualizar o cenário no qual a produção dos dados desta pesquisa se constituiu. Desde março de 2020 até os dias atuais, a humanidade vem enfrentando um surto do novo Coronavírus, doença ocasionada pelo vírus denominado como Covid-19, que tem afetado os diversos setores da sociedade, obrigando, dentre outros cuidados, um distanciamento social com o objetivo de diminuir o contágio da doença de fácil propagação. As restrições impostas pelos principais órgãos governamentais e de saúde orientam que as pessoas mantenham uma distância mínima de pelo menos 1 metro entre pessoas em lugares públicos e de convívio social e o uso de máscaras como barreira física para o contato ou emissão de gotículas que podem propagar o vírus<sup>7</sup>.

Em decorrência das restrições sanitárias impostas pela pandemia, alguns procedimentos corriqueiros da pesquisa de campo precisaram ser repensados e reorganizados. As entrevistas que estavam programadas para serem realizadas presencialmente foram redefinidas para o formato remoto, sendo necessário o uso da ferramenta *Google Meet*, especialmente pelo fato de esta ferramenta permitir a gravação das reuniões, o que possibilitou uma transcrição mais precisa das respostas das entrevistadas.

As entrevistas foram programadas obedecendo à seguinte ordem: a representante municipal de educação, com o objetivo de conhecer o contexto da rede pública municipal no que diz respeito à presença de bibliotecas nas escolas, as políticas que orientam o uso do referido espaço, os processos formativos para professores e

---

<sup>7</sup> Orientações divulgadas no portal do Ministério da Saúde sobre como se proteger da contaminação por Covid-19. Fonte: <https://coronavirus.saude.gov.br>.

profissionais que atuam no espaço da biblioteca ou na mediação de práticas de leitura, e como a secretaria municipal de educação está se organizando para suprir as principais necessidades no que diz respeito ao uso da biblioteca.

As ações seguintes adotadas para esta pesquisa foram direcionadas para as escutas das componentes da EMRV. Nesse momento, a pesquisa se dividiu em duas fases, sendo a primeira uma entrevista realizada com a diretora pedagógica, que será denominada aqui como “Bibiana<sup>8</sup>”, personagem de obra literária apontada pela própria entrevistada como sendo uma de suas preferidas, e a coordenadora pedagógica que indicou como codinome a ser utilizado neste texto o nome da personagem de sua preferência “Clarissa<sup>9</sup>”.

As entrevistas com a diretora e a coordenadora ocorreram simultaneamente no dia 11 de agosto do ano de 2020, e cabe aqui a ressalva de que o intuito de promover a escuta simultânea da diretora e coordenadora pedagógica se deu em virtude de o roteiro estruturado para o diálogo ser adequado para ambas as entrevistadas, e pelo fato de entendermos não haver problema que uma contribuísse nas respostas ou análise da outra.

A última etapa de entrevistas ocorreu com as 04 (quatro) professoras convidadas, que aqui receberão a denominação de “Lucy<sup>10</sup>”, “Poliana<sup>11</sup>”, “Ana Emília<sup>12</sup>” e “Conceição<sup>13</sup>”, pois assim como a diretora e a coordenadora, essas participantes sugeriram seus codinomes baseados em personagens de obras literárias de suas preferências. O agendamento das entrevistas com essas profissionais aconteceu de forma escalonada nos dias 16, 17, 18 e 25 de setembro do ano de 2020, conforme disponibilidade das colaboradoras.

A entrevista semiestruturada foi organizada em três blocos de perguntas que objetivavam escutar as experiências pessoais de cada uma das entrevistadas visando conhecer as marcas pessoais da leitura na vida e trajetória de cada participante, suas inquietações sobre a realidade da leitura na EMRV e quais as ações estão sendo

---

<sup>8</sup> Personagem da ficção, extraída da premiada obra *Torto Arado* do escritor Itamar Vieira Junior, vencedora do Prêmio Leya de 2018 e do Prêmio Jabuti de 2020.

<sup>9</sup> Personagem da ficção, extraída da obra *Clarissa*, primeiro romance do escritor Érico Veríssimo publicado em 1933.

<sup>10</sup> Personagem da ficção, extraída da obra *Lucy detesta cor de rosa* de Nancy Rue.

<sup>11</sup> Personagem da ficção, extraída das obras *Poliana* e *Poliana Moça* de Eleanor H. Porter.

<sup>12</sup> Junção dos nomes da personagem Ana, extraída do livro de *I Samuel* da *Bíblia Sagrada* e da personagem fictícia Emília do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, extraída da obra de Monteiro Lobato.

<sup>13</sup> Homenagem à escritora Conceição Evaristo, autora de obras como *Ponciá Vicêncio*, *Olhos D'água* e *Becos da Memória* entre outros.

preparadas e implantadas para o desenvolvimento da leitura na escola e para a aquisição/implementação da biblioteca escolar, conforme veremos mais à frente na seção “Anexos”. Tais procedimentos me auxiliaram também na produção e apresentação dos resultados obtidos com esta pesquisa que serviram não apenas para auxiliar e direcionar minhas inquietações, mas também fornecer informações sobre o papel da leitura, as contribuições da biblioteca para o ensino-aprendizagem e como se desenvolve este aproveitamento na prática, temas estes de caráter relevante para outras discussões na comunidade acadêmica e para a sociedade. Munido de ferramentas, apresentarei no próximo capítulo a análise e os resultados da pesquisa através das experiências na Escola Municipal Regina Vital em Feira de Santana – Bahia, que nos auxiliaram no conhecimento dos aspectos intrínsecos e extrínsecos que implicam no nascimento de uma biblioteca em uma escola da rede pública municipal.

## **5. BIBLIOTECA E LEITURA NA ESCOLA: OS DESAFIOS DA ESCOLA MUNICIPAL REGINA VITAL EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

A trajetória das bibliotecas na história da humanidade não é um acontecimento que tenha sido fruto do acaso ou que tenha se apresentado de forma fria, sem o engajamento de pessoas preocupadas em preservar e replicar o conhecimento produzido pela humanidade. A história das bibliotecas, de forma macro, registra fatos importantíssimos que contribuíram de forma significativa nas diversas transformações que a humanidade experimentou. Todavia, as experiências pessoais e individuais presentes no contexto histórico da biblioteca também apresentam fatos e resultados importantes que podem ser analisados e, dentro do possível, replicados em futuras experiências para que a biblioteca continue apoiando a humanidade em seu desenvolvimento.

Imergir na pesquisa deste tema nos permite conhecer algumas experiências que apresentam como principais protagonistas o espaço de conhecimento que é a biblioteca, o livro e a leitura, bem como nos oportuniza compreender os seus efeitos transformadores e instrutivos. A bibliografia sobre o tema é vasta, e apresenta nos escritos de Silva *et al* (2001), Orlandi (2003), Souza (2009), por exemplo, inúmeras indicações sobre as contribuições desses agentes no fazer educativo, na formação do caráter e na construção da cidadania de todos aqueles que tiveram o privilégio de ter contato com esses recursos.

Mergulhar na pesquisa deste objeto é mais do que adquirir conhecimentos sobre a temática, é ter o prazer de vivenciar uma fantástica experiência que a cada passo dado em direção ao seu âmago, mais apaixonante se torna a apropriação de conhecimento. Foi durante a pesquisa sobre a biblioteca escolar e as suas implicações na formação do mediador de práticas de leitura que acabei por conhecer a Escola Municipal Regina Vital, que não possuía uma biblioteca escolar, mas, em compensação, possui um grupo de profissionais interessado pela leitura e preocupado em promover o seu acesso aos professores, aos alunos e até mesmo à comunidade em que a escola está inserida e, em segundo lugar, empenhado em construir/criar uma biblioteca, espaço ainda inexistente naquela escola, mas que durante a realização desta pesquisa foi incluído no projeto de reforma ao qual a escola estava sendo submetida.



Retomando a narrativa da experiência, foi a partir do momento em que tive conhecimento do trabalho de extensão voltado à formação de mediadores de leitura desenvolvido na escola que passei a conhecer as profissionais e tive a convicção de que acompanhar de perto a ação promovida pelo Núcleo de Leitura Multimeios e pelo Projeto de Extensão Leitura Itinerante, ambos da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, poderia contribuir para a minha pesquisa.

Meu envolvimento na ação extensionista tinha como objetivo conhecer a experiência formativa e participar das atividades visando a minha formação acadêmica. Entretanto, tal envolvimento rapidamente se transformou em interesse maior, pois logo de início fiquei fascinado com a paixão pela leitura, tanto das promotoras da formação, as professoras Rita Brêda e Maria Helena da Rocha Besnosik, quanto das profissionais da escola que participavam intensamente dos encontros, debatendo as temáticas, relatando suas experiências, refletindo sobre suas ações e anotando as indicações bibliográficas que iam sendo apresentadas.

Foi durante os encontros que percebi o anseio daquele coletivo de professoras de que aquela escola seria ainda mais favorecida com a prática da leitura se lá existisse uma biblioteca escolar. Tais relatos me fizeram imaginar o que seria necessário para a existência de tal espaço, e indagar o que as políticas do município propunham para a instalação e manutenção das bibliotecas escolares (BE). Quais as providências necessárias para criação da BE? Como seria o aproveitamento do espaço e a composição de seu acervo? Essas e outras questões poderiam contribuir no fazer educacional daquela instituição, ainda mais pelo interesse daquelas profissionais pela leitura.

Foi pelas razões supramencionadas que a experiência na Escola Municipal Regina Vital (EMRV) apresentou-se como um excelente campo de pesquisa, pois além de a biblioteca escolar ser um espaço a ser conquistado, o que demanda políticas, conscientização e mobilização, a instituição tem a seu favor um quadro docente e administrativo constituído por profissionais empenhadas no exercício e promoção da leitura, o que permite vislumbrar não apenas as políticas para sua aquisição e organização, como também as ações e práticas dos profissionais que se beneficiariam do espaço da BE.

A pesquisa estruturou-se com o objetivo de conhecer as estratégias para a organização da BE, os critérios e mecanismos para composição do acervo, a inclusão e

o desenvolvimento da BE dentro da proposta pedagógica da escola, bem como o desenvolvimento da leitura como prática no espaço escolar.

As entrevistas semiestruturadas aconteceram entre os dias 31 de julho até o dia 25 de setembro do ano de 2020, todas através da plataforma digital *Google Meet*, em cumprimento do Decreto do Governo do Estado da Bahia, nº 19.528, de 16 de março de 2020, que institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o trabalho remoto, em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19 que também foi acatado pelo Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 11.484 de 13 de março de 2020 e de subsequentes decretos, tais como o Decreto nº 11.490, de 16 de março de 2020 que versa sobre a suspensão das atividades escolares a partir da data em questão.

A realização das entrevistas na modalidade virtual de certa forma favoreceu tanto o pesquisador como as entrevistadas pela comodidade de não sair da própria residência, já que o levantamento dos dados aconteceria no aconchego domiciliar, minorando, inclusive, o nervosismo inerente ao processo de entrevista. Cada entrevista teve em média 01 hora de duração.

Após descrição breve do perfil das entrevistadas que compreende o gênero, a faixa etária, a formação acadêmica, o tempo de atuação profissional na escola e na rede educacional, passo à análise dos dados gerados através dos relatos orais de cada uma das entrevistadas com vistas a compreender como se desenvolve a relação com a leitura e com o livro no espaço escolar e de que forma a escola tem se preparado/mobilizado para integrar a futura biblioteca ao processo educativo, além, é claro, de conhecer um pouco do interesse pessoal das entrevistadas pela leitura, e de que forma isso contribuiu em suas respectivas formações/trajetórias leitoras e como tais experiências podem ajudar na formação de novos leitores.

Conforme descrito nos processos metodológicos desta pesquisa, a produção dos dados foi estruturada da seguinte forma: em primeiro momento, foi agendada a entrevista com a representante da secretaria municipal de educação de Feira de Santana-Bahia, em seguida foram agendadas entrevistas tanto com a diretora, quanto com a coordenadora pedagógica da escola e, por último, agendamos com quatro professoras<sup>14</sup> que integram o corpo docente da escola *lócus*. Após a realização dessas escutas, passemos agora à análise dos dados obtidos.

---

<sup>14</sup> A escolha de tais participantes se deu em decorrência da necessidade de as profissionais entrevistadas terem certo tempo de atuação na unidade a fim de apresentar informações mais precisas sobre o perfil da escola e de seus atores, bem como do maior conhecimento das políticas escolares, das práticas desenvolvidas e das necessidades identificadas naquele espaço escolar.

## 5.1. BIBLIOTECA ESCOLAR: CONCEPÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA A SUA ORGANIZAÇÃO

Segundo definição apresentada nas diretrizes para a biblioteca escolar, compostas pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), podemos compreender o papel educativo que esse espaço tem a oferecer:

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. Este lugar físico e digital é designado por vários termos (por exemplo, centro de media, centro de documentação e informação, biblioteca/ centro de recursos, biblioteca/ centro de aprendizagem), mas biblioteca escolar é o termo mais utilizado e aplicado às instalações e funções (IFLA, 2015, p.19).

Compreender a natureza e a função da BE é o passo inicial para a organização e para o sucesso desta biblioteca. Entretanto, para que a BE desempenhe positivamente a sua função social, cultural e educativa, ela precisa ser tratada como um espaço dinâmico na escola, concebido e planejado para atuar em conjunto com a sala de aula no desenvolvimento dos alunos conforme o relato acima nas diretrizes do IFLA (2015).

Como o percurso histórico nos conta até aqui, a biblioteca escolar não nasce ao acaso: esse espaço de aprendizagem foi incluído na estrutura escolar mediante a necessidade de ampliar o acesso ao saber e ao conhecimento produzido pela humanidade, além de oferecer aos alunos um acervo de entretenimento, de sonho e de deleite. Desde o momento em que a atividade da pesquisa foi incluída na sala de aula nas décadas de 1960 e 70 como descrito por Milanesi (1983), a biblioteca passou a ser um espaço frequentado pelos estudantes e, em virtude da distância geográfica das bibliotecas públicas de boa parte das escolas, foi cada vez mais necessário trazer esse espaço para dentro da escola.

Desde a reforma do ensino médio<sup>15</sup> produzida na década de 1970 até os dias atuais, a biblioteca escolar passou a figurar timidamente entre os temas das políticas educacionais. Estados e municípios passaram a considerar a inclusão desse espaço nas estruturas educacionais, inclusive tornando-se construção obrigatória por Lei Federal n.

---

<sup>15</sup> Através da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, foram estabelecidas as diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus, atualmente denominados Ensino Fundamental e Ensino Médio respectivamente.

12.244/10, diversas vezes mencionada neste estudo. Todavia, diante de situações como a da escola *lócus* dessa pesquisa, é preciso compreender as razões de a biblioteca escolar ainda não existir em parte das escolas públicas deste país e, nesta circunstância, saber quais as ações e estratégias estão sendo tomadas para que tais escolas que não possuem ainda esse espaço sejam contempladas com sua aquisição e efetivamente cumpram a lei citada que definiu como prazo para instalação nas escolas o ano de 2020, posteriormente prorrogado para o ano de 2024, conforme apresenta o Projeto de Lei nº 9.484/18.

Seguindo as inquietações supramencionadas, nos lançamos na primeira etapa desta pesquisa: conhecer as estratégias para a organização de uma biblioteca escolar. Como ponto de partida para esta investigação, foram dirigidas algumas indagações à representante da secretaria municipal de educação, professora da rede municipal de Feira de Santana-Bahia, há 29 (vinte e nove) anos e que há 6 (seis) anos atua na função de diretora do departamento de ensino do órgão. A referida professora possui formação na área da Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica e Educação Inclusiva, e gentilmente nos auxiliou participando desta entrevista.

A entrevista foi realizada no dia 31 de julho de 2020 através de vídeo conferência na plataforma digital *Google Meet*. Inicialmente, a entrevistada respondeu algumas perguntas sobre a sua formação e atuação profissional e, na sequência, a descreveu de forma sucinta o panorama das escolas da rede municipal em relação à biblioteca escolar. Segundo a entrevistada, num universo de 206 escolas ligadas à rede municipal, apenas 32 possuíam, na ocasião da pesquisa, biblioteca escolar organizada, ou seja, apenas 15% da rede municipal de Feira de Santana cumpre a lei federal n. 12.244/2010 que previa a integralização em 2020. As demais escolas contam apenas com espaço alternativo para a leitura, criado por professores e gestores, sendo que esses espaços, em algumas unidades, são comuns para todas as salas, enquanto em outras unidades a configuração é de que cada sala possua o seu espaço para a leitura, geralmente nominado como “cantinho da leitura”.

Após as primeiras informações, foram apresentadas algumas questões à entrevistada com objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade da leitura nas escolas do município. Para tanto, foi questionado à entrevistada que, diante do fato de que no município de Feira de Santana-Bahia ainda existirem escolas que não possuem

bibliotecas escolares, qual tem sido a estratégia adotada pelo município para reverter o quadro. Segundo a entrevistada, a partir de 2015 as escolas que estão sendo reformadas ou construídas já são contempladas desde a planta, com um espaço para a biblioteca, e que nas construções mais recentes todas têm:

Todas as que são construídas ou até mesmo reformadas, elas são reformadas pensando em contemplar a biblioteca. Tem aí várias outras para serem reformadas e também já pensando nessa perspectiva de na reforma já contemplar o espaço físico biblioteca pra ver se a gente consegue dar conta de todas as escolas da rede com biblioteca. À medida que vamos reformando ou que vamos construindo, já vamos pensando nesses espaços, pois são espaços obrigatórios constarem na planta, [...] a gente precisa pensar também em contemplar os mobiliários correspondentes, mais ainda o acervo, que deixa a desejar, investindo nisso também, no acervo das escolas para compor a biblioteca [...] (REPRESENTANTE DA SEDUC, 2020).

A informação trazida pela representante da secretaria alude às orientações constantes na Lei 12.244/2010 que impõe a estados e municípios a inclusão de bibliotecas escolares em todas as escolas sob suas tutelas. Vale ressaltar que a lei não orienta apenas a construção do espaço físico, mas faz instruções específicas sobre a organização do espaço determinando, inclusive, a composição do acervo que, segundo o texto da lei, deve conter no mínimo um título por aluno matriculado. É um bom sinal ouvir da entrevistada que o município esteja atento a esses desdobramentos.

Outra questão abordada, e que teve como objetivo juntar os elementos necessários para definir o panorama de leitura nas escolas municipais de Feira de Santana-Bahia, indagava se a secretaria municipal de educação produzia algum tipo de levantamento ou até mesmo um acompanhamento sobre a frequência média de leitura dos alunos matriculados em sua rede. O objetivo era conhecer, a partir desse controle/acompanhamento, quais iniciativas a secretaria estaria implementando para ampliar, melhorar, incentivar e manter as práticas de leitura nas escolas de sua competência. Tal levantamento, inclusive, contribuiria para determinar de que forma a Escola Regina Vital se apresenta para a rede em número e desempenho nesse quesito. Segundo a entrevistada, o mecanismo de acompanhamento não existe, pelo menos não de forma minuciosa: ela nos relatou que a secretaria acompanha de forma geral os programas individuais que acontecem nas escolas e que, na perspectiva de acompanhamento de leitura, só está em vigor o programa denominado de “Correção de

Fluxo” que, em sua própria metodologia, já traz o incentivo à leitura, além de estabelecer a forma de monitoramento. Segundo descrição da entrevistada:

Nas escolas que são contempladas com esse programa a gente tem esses dados, este aí a gente tem o acompanhamento dos livros lidos pelos estudantes desse programa, aí a gente tem um relatório mensal de quantos livros lidos, de quais os livros que eles leram, a gente tem isso aqui, então eu só tenho desse programa específico que dá pra a gente contabilizar por escolas, mas da rede como um todo, como iniciativa da secretaria a gente ainda não tem esses dados. É bom que já nos faz despertar para essas ações. (REPRESENTANTE DA SEDUC, 2020.)

O levantamento quantitativo de dados de leitura nas escolas públicas do município permitiria, dentre outras possibilidades, perceber a correlação entre as práticas de leitura desenvolvidas, as ações administradas para reverter os pontos negativos e o uso dos recursos e espaços para o enfrentamento da realidade. Embora o município ainda não possua um controle mais apurado, conforme palavras da representante da secretaria, a questão serve, no mínimo, como provocação para que a gestão educacional municipal se mobilize em torno do objetivo de promover tal acompanhamento, haja vista que as intervenções com vistas ao desenvolvimento da leitura na rede municipal de educação não se encerram na construção de espaços físicos, eles são apenas um dos passos iniciais para consolidação de uma política sólida de leitura.

A discussão foi um elemento interessante que se apresentou ao longo da entrevista, pois embora algumas questões ainda não fossem atendidas pelo órgão de educação, a pesquisa, através de seus apontamentos, apresentou sinais animadores ao incomodar positivamente a entrevistada para a importância das questões levantadas. A participante relatou que, embora não sendo a realidade do órgão promover tal acompanhamento, o simples fato de debater a questão já contribuía para despertar para esse tipo de ação, o que, segundo a entrevistada, era uma interessante sugestão.

Outro fator interessante da pesquisa qualitativa é que, nos próprios diálogos entre pesquisador e entrevistado, as discussões evoluem e servem inclusive como terreno preparado para as próximas indagações. A questão subsequente apresentada à entrevistada propôs exatamente conhecer os programas de acesso e incentivo à leitura que estão sendo realizados pelo município nas escolas da rede municipal, e serviu para

que a participante apresentasse mais detalhes sobre o programa que já havia mencionado em sua fala anterior. Conforme a entrevistada:

Esse programa que mencionei que é o programa de correção de fluxo, ele tem já na metodologia esse acompanhamento, além de ter os livros, um acervo que é específico pra ser trabalhado no programa, a gente precisa fazer esse acompanhamento, aí sim, ele tem lá na sala, geralmente, um cartazinho, [...] a pró juntamente com os estudantes vão preenchendo esse cartaz e ao final do mês a gente coleta esses dados para ver como é que está a situação de leitura naquela turma [...]. A gente também desenvolve um trabalho que é com as olimpíadas de língua portuguesa e a gente também tem um trabalho bem específico que as formadoras fazem com os professores que é o incentivo para produção dos textos, e já vem com as categorias arrumadinhas, organizadas, dentro dessa perspectiva de formar, de incentivo mesmo, pois não dá pra trabalhar língua portuguesa dissociada da leitura, então elas trabalham dentro dessa perspectiva que ler e escrever é compromisso de todas as áreas, mas não como um programa ou projeto específico (REPRESENTANTE DA SEDUC, 2020).

O Programa de Correção de Fluxo é de iniciativa do Ministério de Educação e Cultura (MEC) em parceria com os Institutos Ayrton Senna, Alfa Beto e com o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (Geempa). O objetivo é fazer os alunos em condição de defasagem escolar avançarem para a série compatível. Segundo informações do portal do próprio MEC, um dos enfoques do programa para alcance desse objetivo é o uso da leitura e o seu desenvolvimento.

Ainda segundo a entrevistada, de forma específica, a Secretaria de Educação Municipal não desenvolve nenhum tipo de trabalho direcionado à leitura ou ao seu fomento, entretanto, através das Atividades Complementares - AC's formativas conduzidas pelos técnicos da Secretaria Municipal da Educação (SEDUC), é incentivado que as escolas, de forma autônoma e individual, promovam ações voltadas para a formação da leitura desde a Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental a fim de que os alunos não cheguem ao sexto ano do ensino fundamental com *déficit* nesse quesito. Para a entrevistada, tal ação é de suma importância, pois ela acredita que não se pode trabalhar o ensino da Língua Portuguesa dissociado da leitura. Ainda sobre essa temática, questionamos se já seria possível identificar os impactos e contribuições de tais programas para o fortalecimento da leitura dos alunos. Conforme resposta da entrevistada:

Nós temos alguns resultados, relatos das próprias escolas de envolvimento, de despertar, do desejo dos estudantes para leitura a partir do trabalho que é feito com os professores. No programa de correção de fluxo, a gente tem relato tanto de estudantes, de famílias, como de gestores da escola, da mudança de comportamento a partir desse envolvimento, quando ele se descobre como leitor a partir dessas leituras, como muda o comportamento, como muda o posicionamento, aí eles falam até o quanto muda a disciplina também, a gente tem alguns relatos com relação a isso, essa mudança de comportamento a partir da leitura (REPRESENTANTE DA SEDUC-Entrevista realizada em 31/07/2020).

Ouvir tal relato atesta o que a nossa expectativa sobre a leitura anseia: o exercício da leitura pode fazer a diferença tanto na aprendizagem como na formação pessoal de cada um ou, porque não, na autotransformação daquele que lê e que, por essa razão, precisa ser pauta e compromisso do poder público e dos profissionais presentes no espaço escolar, pois conforme anunciado nas diretrizes para a biblioteca escolar, na seção sobre as políticas:

A biblioteca escolar deve ser gerida dentro de um quadro político estruturado de forma clara que reconheça a biblioteca como um recurso central para a leitura e a pesquisa de informação. A política da biblioteca escolar deve ser concebida tendo em conta o projeto educativo e as necessidades da escola e deve refletir os seus princípios, missão, metas e objetivos, bem como a realidade da escola (IFLA, 2015, p. 27).

Portanto, mediar, promover a leitura e fomentar o uso da biblioteca precisam ser ações permanentes nas políticas públicas. Com intuito de conhecer qual o lugar que a leitura tem ocupado no arcabouço legal do município, como se dá o processo de formação para que os profissionais atuem nas escolas, além de compreender também como são planejados e construídos os acervos literários utilizados pelas escolas da rede municipal de ensino, partimos para mais um bloco de diálogo com a representante da SEDUC.

Como início para a nova discussão, procuramos saber como o município tem se colocado na promoção de ações formativas para a mediação de leitura com os professores da rede. A entrevistada relatou o trabalho de apoio dos representantes técnicos da SEDUC que têm a responsabilidade de promover tal formação. Esses profissionais são professores da rede que são escolhidos para colaborar na formação dos demais professores. Segundo ela:



[...] do primeiro ao quinto ano isso é base, a leitura ela é basilar, eles trabalham muito com essa formação do leitor, com o incentivo à leitura do professor, da formação do professor, para que ele desenvolva esse trabalho na escola. A base do trabalho deles (representantes técnicos) na formação é essa, as professoras também do sexto ao nono ano, principalmente as professoras de língua portuguesa elas tem, já é o perfil desse profissional, a leitura é base. Nós temos um grupo de estudos que é trabalhado essa questão, esse grupo de estudos é voluntário, não é obrigatório, temos hoje um grupo de trinta professores inscritos que fazem esse trabalho, quem deseja participar, participa, então esse grupo de estudos já é com essa finalidade, de formar esse perfil desse professor leitor [...] (REPRESENTANTE DA SEDUC - Entrevista realizada em 31/07/2020).

Do trabalho formativo surge uma ação interessante desenvolvida pela secretaria, que é o registro dos professores participantes da ação ao fim de cada ano das experiências exitosas. Tais produções serão publicadas no formato de E-book e têm como objetivo não apenas documentar as atividades realizadas pelos participantes, como também incentivar outros a ingressarem no projeto, conforme relatou a entrevistada.

Cabe ressaltar que as práticas educativas devem ser guiadas por um planejamento que leve em consideração não só os resultados que se espera/pretende atingir, como também os caminhos mais eficazes a serem percorridos até esses objetivos. Tardif (2014) esclarece que, ao ensinar, o(a) professor(a) mobiliza diversos saberes que estão subordinados a certas finalidades que façam sentido para aqueles a que tais conhecimentos dizem respeito. Isso significa observar em primeira mão o público que se está atendendo, a fim de organizar os conhecimentos a serem ministrados e as estratégias a serem empregadas.

Pensar cuidadosamente as práticas educativas requer conhecer a quem se pretende educar e quais as suas necessidades educativas e, a partir daí, estabelecer os caminhos para que o público em questão tenha acesso à educação. As políticas públicas voltadas para o acesso e a prática da leitura precisam atender as especificidades de seu público e, para que isso aconteça, condições importantes precisam ser consideradas, tais como garantir a acessibilidade a todos, selecionar e ofertar um acervo adequado aos diversos públicos que compõem o ambiente escolar, definir e implantar ações estratégicas para a mediação e o uso, dentre outras estratégias. Levando em conta tais condições, buscamos conhecer de que maneira o município de Feira de Santana-Bahia

tem se organizado através das políticas públicas para atender às proposições. Para isso, buscamos conhecer quais as estratégias e propostas para a leitura, o livro e a biblioteca estão presentes no Planejamento Educacional do município de Feira de Santana. Segundo a professora/gestora, a secretaria de educação tem promovido, através dos encontros de AC's formativos, o trabalho de formação de professores leitores conforme exposto anteriormente, o que a entrevistada reconhece ainda ser mínimo para o que se poderia alcançar. Entretanto, o debate estabelecido por esta pesquisa tem mais uma vez permitido obter uma visão da necessidade de enfoque nesse tema, haja vista a condição incipiente de tais ações.

Ao ser perguntada sobre as possíveis parcerias que a secretaria municipal de educação poderia adotar para a promoção da leitura nas escolas da rede, a entrevistada reiterou que apenas o que já fora mencionado anteriormente está em curso, a saber, a iniciativa promovida pela parceria com o Instituto Ayrton Senna. Para além disso, a secretaria também conta com iniciativas como o Se Liga<sup>16</sup> e o Acelera<sup>17</sup>, que objetivam desenvolver e fazer os estudantes avançarem nas práticas de leitura e escrita. Sobre a proposta dos programas, o primeiro busca atender aos estudantes que estão em distorção idade/ano e ainda não dominam a leitura ou que não são ainda alfabetizados. Já o segundo atende aos estudantes que estão no processo um pouco mais avançado, que conseguem ler algumas palavras, mas ainda não têm fluência e, para isso, contam com livros e materiais que são específicos para a leitura, segundo nos informa a entrevistada.

É preciso ressaltar a iniciativa positiva da escola *locus* que, para além das ações desenvolvidas por parte da secretaria municipal de educação ou pelo governo federal, tem se mobilizado para promover ações com os profissionais que atuam na escola. A exemplo disso, temos a parceria firmada com o Núcleo de Leitura Multimeios que,

---

<sup>16</sup> O Se Liga surgiu em 2001 em função da necessidade de atender uma grande parcela de alunos com distorção idade-série que cursavam a solução educacional Acelera Brasil, mas não conseguiam acompanhar o programa pois não sabiam ler e escrever. A partir disso, consagrou-se como um programa de alfabetização que leva às escolas uma dinâmica escolar pautada na educação integral do aluno, na qual ele é estimulado não apenas em suas capacidades cognitivas, mas também nas habilidades socioemocionais, como comunicação, colaboração, autoeficácia, autogestão, que contribui para a formação de cidadãos aptos para superar os desafios do século 21. Fonte: <https://institutoayrtonenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

<sup>17</sup> Por meio do apoio às secretarias de educação no campo da gestão e da formação integral de educadores, o Acelera Brasil promove a recuperação da aprendizagem de alunos com distorção idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Ao participarem da proposta, os alunos aprendem o suficiente para saltar até dois anos escolares, ao mesmo tempo em que resgatam sua autoestima e desenvolvem outros aspectos socioemocionais. Fonte: <https://www.institutoayrtonenna.org.br/pt-br/como-atuamos/acelera.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

conforme já mencionado, tem desenvolvido um trabalho de formação de mediadores de leitura na escola, com o objetivo de fortalecer a ação do(a) professor(a) na formação leitora de seus alunos.

No que se refere à infraestrutura das escolas, mais especificamente ao espaço da biblioteca escolar, seu mobiliário e acervo, as questões dirigidas tinham como intuito compreender quais mecanismos são utilizados para a organização e montagem dos acervos das bibliotecas escolares da rede, quais os caminhos para tais aquisições e se de alguma forma os profissionais que atuam nas escolas participavam de forma direta nessa construção.

Sobre a construção do acervo, trataremos as informações obtidas em discussões mais adiante, contrapondo as respostas da representante da secretaria de educação do município com as falas das profissionais que atuam na EMRV. No que diz respeito à infraestrutura, foi questionado à entrevistada de que maneira o município, ao ter ciência da Lei Federal nº.12.244/2010, tem se estruturado para o cumprimento do proposto nessa lei. Mais uma vez, a entrevistada mencionou o fato de que a política educacional adotada pela secretaria tem sido, desde 2013, incluir em suas instalações escolares o espaço da biblioteca escolar, quer seja através de reforma ou da construção de novos prédios escolares. Tal informação, embora se apresente como uma meta a ser concretizada em longo prazo, sinaliza uma compreensão por parte dos gestores públicos da educação da condição indispensável que a biblioteca escolar tem no processo educativo.

Sobre o mobiliário, o município tem se comprometido em adquirir os itens necessários para a montagem dos espaços e, para isso, utiliza os recursos do programa Biblioteca na Escola, que também é utilizado para complementar o acervo das bibliotecas, considerando que os livros enviados pelo governo federal não sejam suficientes para atender as demandas escolares, já que o acervo da biblioteca deve ser dinâmico e, por essa razão, precisa ser atualizado sempre que possível. Battles (2003) destaca que, a cada momento, uma infinidade de informações e conhecimentos é produzida e o seu destino quase que inevitável é as páginas de um livro.

Ainda sobre o cumprimento da referida lei, a representante da secretaria destaca que o município ainda tem um desafio a enfrentar em relação ao horário de funcionamento da biblioteca escolar, pois conforme relato, não existe no quadro funcional da secretaria municipal de educação a carreira de bibliotecário, e nem todas

as escolas possuem um profissional que possa atuar efetivamente nessa função, o que resulta em bibliotecas que passam parte significativa de seu tempo fechadas e indisponíveis para que alunos e professores tenham livre acesso a elas.

Estudos realizados por Petit (2009), ao dialogar sobre a arte de ler com jovens estudantes argentinos, destaca nessas escutas a importância da presença acolhedora do(a) bibliotecário(a). Os jovens afirmam que: “[...] para encontrar ‘vida nas palavras’, é preciso ‘estar com os livros, sem pudores’ [...]”. Em outro momento, agora em escuta a jovens de bairros marginalizados da França, Petit (2009) ressalta o aspecto da leitura como meio para acessar saberes e conhecimentos. Segundo a autora, as opiniões de moças e rapazes reafirmam a importância que a leitura e as bibliotecas tinham para eles como meio de acesso ao conhecimento.

Reconhecendo o importante papel que o espaço da biblioteca pode exercer na formação leitora dos alunos e confirmando, segundo o mapeamento desta pesquisa, a recorrente ausência do educador bibliotecário no corpo profissional das escolas do município, a entrevistada fez a seguinte consideração:

[...] geralmente nas escolas existe essa lacuna, geralmente não tem esse profissional, às vezes a escola tem o professor que deseja fazer um trabalho com seus alunos no espaço, mas ainda tem aquela questão da chave ainda não estar ali disponível, então tem muita coisa pra ajustar, eu acho que à medida que a própria lei vai provocando então vai se tomando algumas outras atitudes, então ainda acho que é preciso se pensar nesse profissional, e este espaço ficar de fato disponível pra este estudante, pra que não precise ter alguém lá pra poder abrir, é preciso que este espaço fique livre pra que este estudante e o professor eles tenham acesso livremente, ainda acho que tem algumas conquistas a serem feitas que vai se conseguindo aos poucos (REPRESENTANTE DA SEDUC, 2020).

A gestora reconhece que ainda há muito que fazer para criar nas escolas da rede municipal uma cultura leitora que tenha a biblioteca como um dos espaços que podem facilitar não apenas a ambiência para a leitura, mas a integração às demais práticas pedagógicas da escola. Comungando com as experiências apresentadas por Petit (2009), quando afirma que o(a) bibliotecário(a) desempenha bem mais do que o simples papel de abrir e fechar a biblioteca, catalogar e manter o acervo organizado, ou ainda controlar o comportamento dos usuários em seu interior. Tão importante quanto essas ações imprescindíveis do bibliotecário é assumir o papel de “anfitrião”, “guia”, mediador de

práticas de leitura dentro daquele espaço. Sobre esta recepção positiva e acolhedora, Petit (2009) destaca que:

Para meninos e meninas estigmatizados por alguma razão – porque cresceram em uma favela ou porque seus pais imigraram, porque fazem parte de um grupo subjugado – é conhecida a importância dessa hospitalidade, de ser reconhecido em sua singularidade, chamado pelo nome, ouvido. E isso por alguém diferente de seus próximos, que é o mediador de um outro mundo (PETIT, 2009, p.49).

Esse é um desafio que se soma a muitos outros que a escola pública brasileira ainda precisa superar. Reconhecer a importância da leitura no desenvolvimento do indivíduo, e como propõe Petit (2009), “[...] modificar as linhas de nosso destino escolar, profissional e social [...]”. Para que isto aconteça, a biblioteca e o bibliotecário precisam ser vistos não como itens de luxo que apenas abrilhantam o contexto escolar, mas como elementos indispensáveis e essenciais para a formação dos sujeitos leitores.

## 5.2. A LEITURA E A BIBLIOTECA: PRIMEIROS ENCONTROS NA FORMAÇÃO DO(A) LEITOR(A)

O Manifesto para a Biblioteca Escolar organizado pela IFLA e aprovado pela UNESCO em 1999 apresenta a biblioteca escolar como parte integral do processo educativo. Sua razão de existir, ainda conforme o Manifesto/IFLA (1999, [n.p]), está em “[...] apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola [...]”.

Embora o documento descreva as funções e competências da BE, vale lembrar que, para que haja efetividade em tais serviços, os profissionais que atuam na gestão escolar – administrativa e pedagógica –, precisam incentivar, propor, cooperar com o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em sala de aula. O trabalho de formação de leitores precisa ser debatido e incluído no projeto político pedagógico da escola, ou seja, a inclusão da biblioteca escolar no processo educativo escolar precisa ser uma decisão conjunta. De posse dessas orientações, compreendemos ser de grande importância escutar não só as opiniões de parte das professoras que atuam na EMRV como também acolher as falas da gestão e coordenação pedagógicas da unidade escolar a fim de conhecer como tem se desenvolvido dentro do espaço escolar a tríplice parceria entre gestão/coordenação/sala de aula, destacando, a partir das escutas, quais as

concepções sobre a leitura e o uso da biblioteca, as propostas, estratégias e ações desenvolvidas na escola, quer sejam de ordem coletiva, ou através do trabalho individual realizado pelas professoras que, especialmente, figurem no planejamento político pedagógico da escola em questão.

Para iniciar as interpelações, foram ouvidas as experiências pessoais das entrevistadas no que diz respeito à história de leitura ao longo de suas trajetórias, e de que maneira foram se constituindo leitoras ao longo de suas vidas. Buscamos saber como se deram tais experiências: seu(s) livro(s) preferido(s), suas referências e influências que corroboraram para a sua formação leitora. Defende Tardelli (2001) a importância de resgatar tais lembranças na constituição do processo formativo de leitura, portanto, é salutar iniciar a partir das memórias e escutas das colaboradoras. A autora destaca que:

[...] quando se trata de recuperar a história de vida, estamos lidando com um elemento outro que é próprio da narrativa: a sua dimensão formadora. Retornar e narrar o vivido leva a um confronto com a própria experiência, obrigando o narrador a repensá-la. Daí refletir não somente sobre o momento presente, mas sobre um passado que traduzido no agora é capaz de reconstituir a sua formação como leitor da vida e de textos (TARDELLI, 2001, p. 255-256).

Assim, é sobre a dimensão formadora que o primeiro momento da entrevista pretendeu se debruçar. Ainda que compreendamos que o(a) leitor(a) esteja em progressiva formação que se estende ao longo de toda a sua vida, somente podem incutir tal interesse em nossos estudantes aqueles(as) professores(as) que compreendam, através de suas próprias experiências, os efeitos de uma convivência com o livro e com as diversas práticas de leitura. Em concordância com o que expressamos anteriormente, a fala da professora Clarissa reafirma a importância da mediação para a nossa constituição leitora:

[...] Eu fui alfabetizada em uma escola comunitária, mas graças a Deus, a professora era aquela professora que motivava a gente, e a primeira história que eu li foi a história dos Três porquinhos, eu li sozinha, por que tive a motivação da pró, a pró era alfabetizadora, alfabetizadora popular num bairro como a Baraúna, que é uma comunidade carente da cidade, e nessa escolinha eu aprendi a ler e a escrever[...] (CLARISSA, 2020).

A experiência relatada aponta o papel do(a) professor(a) na construção do aluno leitor. O resgate de tal memória sensibiliza tanto o narrador como também o pesquisador que, ao apresentar tal relato cercado de afetividade, destaca a participação do educador na formação do indivíduo que, futuramente, pode vir a ser também um incentivador e influenciador para novos leitores. Sobre esse legado, as entrevistas com Clarissa e Bibiana revelaram uma maravilhosa informação até então desconhecida deste pesquisador.

Durante o relato da diretora sobre suas experiências pessoais com a leitura, passei a ter conhecimento que Clarissa e Bibiana eram tia e sobrinha respectivamente, e que, segundo nos informou Bibiana, Clarissa, na figura de tia, foi uma das principais incentivadoras para que ela, a diretora, se interessasse pela leitura. Tal informação demonstra a potencialidade de professores (as) leitores (as) formarem futuros mediadores de leitura. Ainda durante o processo de rememoração das histórias pessoais de leitura, a diretora destacou o trabalho de outra professora que marcou sua trajetória leitora:

Nessas últimas semanas peguei os gibis da turma da Mônica para reorganizar e comecei a “desembrulhar” algumas memórias de leitura quando iniciei aos 07 anos a realizar leituras fluentes com esse gênero textual. Nas memórias de leitura, recordei os primeiros contatos com o componente curricular de literatura ministrado pela professora Rita Magalhães, que sempre gostava em toda unidade de solicitar a leitura de paradidáticos (BIBIANA, 2020).

A escuta desses depoimentos reitera o importante papel do(a) professor(a) em sala de aula, e destaca a necessidade de que esse(a) profissional desempenhe a tarefa de mediador(a) de leitura, apoiando-se em suas próprias vivências. Para que isto aconteça de forma eficaz, é preciso que o(a) professor(a) esteja em contato com suas memórias de leitura, tão fundamentais em sua formação como leitor e como sujeito. Payer (2003) reitera a necessidade de uma formação leitora a partir dos significados que os indivíduos trazem consigo e que servem para dar sentido à prática da leitura:

A leitura não se realiza assim a partir de um vazio de saberes; a sua base de efetuação é um campo de significação reconhecível, em que o novo texto se introduz para significar. Interessa aqui lembrar também que esses saberes “anteriores”, contudo, nem nascem nem habitam apenas no indivíduo isoladamente, mas remetem também eles, à “*existência de um corpo sócio histórico de traços discursivos que constituem o espaço de memória*”. É a partir de tal espaço discursivo

de regularização dos sentidos, então, que os leitores procedem à leitura (PAYER, 2003, p. 143-144).

A afirmação de Payer (2003) não é incoerente, pois de fato a prática de leitura está, muitas vezes, atrelada a fatores externos determinantes para que ela aconteça e encontre significado. Nessa perspectiva, compreendemos a afirmação de Freire (2011) ao posicionar a leitura do mundo como sendo anterior à leitura da palavra escrita, pois sem a primeira, a segunda não disporia de tantos elementos que fizessem com que seus usuários imaginassem, questionassem e até mesmo repensassem a realidade à sua volta.

O ato de promover a prática da leitura é uma tarefa que precisa ser desenvolvida não apenas pela escola ou pela figura específica do(a) professor(a), mas também deve acontecer dentro do contexto familiar, respaldado pelo exemplo e pela convivência com o escrito e outras práticas de leitura. No entanto, sabemos que as condições socioeconômicas nas quais grande parte da população brasileira está imersa dificultam muitas vezes que tal incentivo tenha início nos lares por motivos diversos. Entretanto, ainda é possível identificar leitores que deram seus primeiros passos na trajetória leitora a partir da influência de algum familiar, como relatam as professoras entrevistadas:

[...] minha mãe não concluiu o ensino fundamental I, [...] foi até a quarta série (quinto ano), do ensino fundamental e assim, não tinha muita leitura, mas incentivava que eu lesse. Quando ia para feira livre, que eu ia com ela, sempre que possível ela comprava uns gibis pra mim, pois eu gostava muito de ler gibis [...] (LUCY, 2020).

Eu tenho uma referência que é uma tia minha, [...] quando criança eu observava muito ela, [...] ela lia bastante, gostava de escrever novelas, ela era muito sonhadora, romântica, ela escrevia novelas e ia guardando muitos textos em caixas e mais caixas, ela era também a pessoa que me ensinava as atividades da escola, então eu fui tomando ela como referência, aquela pessoa que mesmo não tendo o estudo completo, tinha esse interesse de ler e escrever [...] (POLIANA, 2020).

As informações presentes nas narrativas apresentam o interesse dos pais em dar aos filhos, dentro do possível, as oportunidades que em suas histórias pessoais, por algum motivo, lhes foram negadas. Pessoas como a mãe de Lucy ou a tia de Poliana, mesmo com pouca escolaridade, conduziram suas crianças de forma marcante à descoberta do mundo da leitura. Os relatos de Ana Emília e de Conceição, também



destacam a influência familiar para a formação leitora, quando a leitura estava presente em diversas práticas do cotidiano:

Eu comecei na infância com meus pais, eu cresci num lar religioso e sempre tive contato com a leitura da Bíblia e outras publicações, eu lembro que meus pais liam pra mim um livro de capa amarela, que era meu livro de histórias bíblicas que contava de forma bem didática para as crianças algumas histórias da Bíblia, com alguns personagens bíblicos [...] (ANA EMÍLIA, 2020).

[...] minha mãe é muito religiosa e lia passagens bíblicas pra gente [...] meu pai, ele sempre à noite gostava de ler com a gente os próprios livros da escola, os textos que tinham no livro ele sempre chamava a gente pra ler, ele gosta de tocar violão, e aprendeu a fazer repente, e me apresentou essa questão do repente e o cordel também [...] (CONCEIÇÃO, 2020).

Conforme nos apresentam os relatos das professoras, familiares e/ou pessoas próximas às crianças iniciantes na leitura podem contribuir com a formação leitora a partir do momento que envolvam as crianças em práticas de leitura cotidianas. Sobre a influência que a família exerce sobre os pequenos, Petit (2019) destaca que os pais possuem o que ela denomina de “recursos intelectuais” que, segundo a autora, não são habilidades sancionadas por diplomas, mas são essenciais para introduzi-los ao mundo. O relato de Conceição, por exemplo, demonstra com afetividade a influência de seu pai, ao apresentar a ela e a seus irmãos a leitura, a música, o repente e a Literatura de Cordel.

A influência familiar, assim como a influência no espaço escolar, pode viabilizar a descoberta de um mundo de saberes, alegrias, sonhos e fantasias, capazes de formar e transformar o indivíduo e a sua representatividade na sociedade. Rigoletto & Di Giorgi (2009, p. 229) enfatizam a participação da família na mediação da leitura no espaço doméstico: “[...] Neste aspecto, a família tem muito a colaborar porque, convivendo com o leitor, conhece o seu gosto e faz parte da vida dele, por isso pode exercer uma influência positiva no processo de sua formação [...]”.

A leitura não nasce do acaso, ler é uma prática social e, por isso, precisa ser apresentada, mediada. Também não se estabelece em terrenos vazios, se o incentivo não vier do contexto familiar e, como ressaltamos, em muitos lares as condições estruturais nem sempre estão postas, deve ser uma prática com lugar assegurado permanentemente no espaço escolar, presente no planejamento tanto da escola como do(a) professor(a) e

deve, acima de tudo, ser apoiada e amparada com todos os recursos e incentivos possíveis por parte da gestão pública.

A fim de promover o encontro dos estudantes com a leitura, a escola precisa estar preparada para tal aproximação definindo e promovendo ações para garantir o acesso aos meios e espaços de leitura. É fundamental que os diferentes agentes que atuam na escola estejam envolvidos na campanha, procurando conhecer a realidade leitora de seus professores, alunos e comunidade, sobretudo considerando os desafios que uma escola precisa enfrentar na administração de recursos modestos, o que é o contexto da maioria das escolas da rede pública.

Dentre os inúmeros desafios que a escola pública tem a enfrentar no exercício da educação, o fomento à leitura é um deles, haja vista o que temos discutido até aqui em relação à presença de ações direcionadas à prática da leitura e da existência de um espaço preparado para tal exercício, que é a biblioteca escolar, como prevê o texto da Lei 12.244/10. Assim sendo, com o intuito de verificar as contribuições da BE na formação do(a) leitor(a) e a partir daí compreender a importância de incluir tanto através de ações governamentais como através do planejamento pedagógico esse espaço na vida e formação dos(as) estudantes, procuramos ouvir das professoras entrevistadas sobre suas experiências com a biblioteca e como tais experiências contribuíram para a sua formação como leitoras. Sobre os primeiros contatos com a biblioteca escolar assim declara a professora Ana Emília:

Na escola que eu estudava no fundamental II, quando eu era oitava série, lá na escola abriu uma biblioteca, eu fiquei curiosa pra conhecer um pouco mais da biblioteca e acabei entrando sem compromisso. Quando eu vi aquele tanto de livros, eu comecei a me interessar, aí peguei um, aí fiz a carteirinha, quando eu chegava em casa, eu lia o livro inteiro em uma sentada, não tinha muito o que fazer na adolescência, quando chegava o outro dia eu já ia pegar outro e assim foi, comecei a ler bastante através dessa biblioteca da escola [...] (ANA EMÍLIA, 2020).

Hurtado (1981, p. 20), pesquisador e autor colombiano dedicado ao estudo da biblioteca e da leitura, defende que “ [...] nunca é demasiadamente cedo para se iniciar no uso das bibliotecas [...]”. Para o autor, se a convivência com esse espaço de conhecimento for mobilizada e incentivada às crianças desde as primeiras vivências na escola, não apenas alcançaremos bons resultados na formação escolar, como também

potencializaremos a capacidade de acesso às fontes de informação ao longo de suas vidas.

Assim como na experiência narrada por Ana Emília, a BE tem papel significativo na vida e formação do(a) leitor(a) como espaço que exala em sua atmosfera um ar misterioso de saberes a serem explorados. Todavia, as primeiras impressões podem ser decisivas para uma relação mais duradoura dos pequenos visitantes. Sobre esse primeiro contato, Silva (1999) destaca que:

No Brasil, para a maioria das crianças, o primeiro contato com livros acontece na biblioteca escolar. Por isso, é muito importante que esse contato seja marcado positivamente, pois as representações que as pessoas têm da biblioteca estão, em geral, impregnadas pelas suas experiências enquanto usuários (SILVA, 1999, p. 70).

Entretanto, como reforça o próprio Silva (1999), a biblioteca precisa ser inserida não apenas no espaço escolar, mas especialmente na vida dos estudantes. Ainda conforme a defesa do autor, a BE pode ser o primeiro contato de muitas crianças com o livro. Salientamos que tais afirmações mesmo datadas de 1999 ainda são válidas no contexto atual, mesmo considerando que a BE não é mais o único espaço de encontro com o livro, mas defendemos a necessária presença da BE no espaço escolar. Para que isso aconteça é necessário haver incentivo através das ações desenvolvidas pela escola e pelos(as) professores(as) uma vez que, segundo declara Silva (1999), é através do apoio imediato do professor que a biblioteca escolar terá êxito em sua tarefa político-pedagógica. Tal afirmação colabora com a experiência narrada a seguir por Conceição:

[...] minha experiência com a biblioteca aconteceu no segundo ano mais ou menos, a gente teve uma professora de português chamada Maria Luiza, ela era muito dinâmica na sala, ela começou a fazer leitura de revistas, pra incentivar a gente ela começou com revistas, depois ela propôs a leitura de alguns livros e a gente começou a ler esses livros, depois ela propôs algo para que a gente fizesse, dramatizasse, criasse um jornal, criasse algo a partir dessas leituras, aí a gente fez trabalhos belíssimos com esses livros, foi neste momento que a gente foi à biblioteca para ver aqueles livros, nesse momento eu comecei a pegar alguns livros pra levar pra casa, pra ler, eles emprestavam por um determinado período, lia por curiosidade pra saber o que tinha naqueles livros, não tinha ainda aquela consciência leitora, de ler e interpretar os pontos críticos daqueles livros, era uma leitura por curiosidade [...] (CONCEIÇÃO, 2020).

Milanesi (2013) aponta que o trabalho eficaz do(a) educador(a), seja ele(a) professor(a) ou bibliotecário(a) está em criar e atender as demandas para a leitura e para

a frequência à biblioteca. O autor apresenta que a busca do indivíduo pela informação está na necessidade que se tem dela: seja por necessidade ou por curiosidade, os estudantes passarão a desbravar as prateleiras físicas ou virtuais das bibliotecas se houver estímulos para isso. Ao poder público, à escola e aos educadores cabe o papel de criar e mediar os caminhos para que os vínculos entre os estudantes e as bibliotecas sejam estabelecidos, caso contrário será muito difícil que os estudantes descubram ou se interessem pelo que há nos livros como nos narra a professora Conceição.

Todos os relatos apresentados pelas professoras entrevistadas, cada um com sua singularidade, nos reafirmam o papel preponderante que a mediação leitora pode exercer na constituição leitora. Possuir o privilégio de um ambiente familiar favorável à prática da leitura nem sempre é o cenário comum dos alunos que compõem a comunidade da escola pública. Assim, a escola assume cada vez mais a função de garantir o acesso e a aproximação ao mundo letrado.

Após tomarmos conhecimento das primeiras informações que tratam das experiências pessoais das entrevistadas com o livro, a leitura e sobre a influência da biblioteca em suas formações, prosseguimos na busca por conhecer o cenário de leitura da EMRV, qual tem sido a frequência de leitura dos alunos, se a comunidade da qual a escola faz parte desfruta de iniciativas voltadas para as práticas de leitura. Outro aspecto levantado através das falas das entrevistadas diz respeito ao envolvimento da gestão/coordenação na organização das ações de leitura na escola, e quais as iniciativas das docentes para o desenvolvimento da leitura com seus alunos.

Dando continuidade às entrevistas, as primeiras escutas revelaram um modesto cenário de ações voltadas para a leitura na comunidade. Há apenas a menção de uma iniciativa pensada pela base comunitária de policiamento militar localizada no bairro George Américo que propunha abrir, em suas dependências, um espaço para leitura, o que não foi adiante com a saída do oficial comandante da referida base. O projeto não contou com a adesão de seu substituto, conforme o relato que se segue:

A base comunitária ainda não tem essa biblioteca, mas eles estão pensando em dar esse acesso a comunidade através da leitura, eles tinham até vários livros, mas não chegou a realizar o espaço da biblioteca porque o comandante teve que sair e aí ficou outro comandante e acabou não aderindo a iniciativa. Nós temos algumas associações aqui no bairro, mas elas ainda não estão focadas nessa questão da biblioteca, do espaço comunitário para a leitura, a gente tem essa carência mesmo, é carência aqui da comunidade (BIBIANA, 2020).

Clarissa acrescenta que:

[...] é um sonho nosso que nossa escola seja reformada e que nós tenhamos uma biblioteca boa aqui no bairro, pois nós não temos aqui espaços destinados para a leitura [...] (CLARISSA, 2020).

A condição leitora de cada aluno se relaciona com o contexto de leitura no qual eles estão inseridos; por essa razão, é preciso levar em conta os fatores externos, ligados, sobretudo, à família e à comunidade para compreendermos a realidade dos nossos estudantes e, a partir de tais informações, mensurar de que forma a biblioteca poderá fazer a diferença na vida escolar e cultural de cada um deles. Se os alunos em questão pertencem a uma escola localizada na periferia, e se são oriundos de famílias de baixa renda, muitas são as chances de que somente através do acesso mediado pela escola é que tenham um contato substancial com a leitura e o livro. Sobre essa condição, por vezes comum à maioria dos alunos de escola pública, Petit (2009) afirma:

Para a grande maioria dos jovens dos bairros marginalizados, o saber é o que lhes dá apoio em seu percurso escolar e lhes permite constituir um capital cultural graças ao qual terão um pouco mais de oportunidade para conseguir um emprego. E a biblioteca é um lugar onde é possível encontrar documentos e livros de consulta ausentes em suas casas, para que possam preparar uma exposição ou uma monografia (PETIT, 2009, p. 61-62).

Sobre essa realidade, Lucy, ao descrever a relação de seus alunos com a leitura, reitera o papel mediador que a escola exerce entre o mundo da leitura e os alunos que, por condições diversas e adversas, não possuem em outros espaços acesso a esses recursos.

Alguns já têm o hábito da leitura, outros estão aprendendo a importância da leitura, estão percebendo realmente que a leitura pode transformar a vida deles [...] a gente percebe que eles já estão tendo a questão de interagir com você, de ter argumentos, infelizmente é um hábito que poucas crianças têm, pois é um hábito que poderia vir de casa e à escola caberia fomentar mais isso, alguns tem o hábito, mas a grande maioria não, eles estão aprendendo e conhecendo a leitura [...] (LUCY, 2020).

Enfrentar a realidade na qual a escola pública está imersa requer conhecimento sobre tal realidade, mas tão importante quanto conhecer é engajar-se, haja vista que a

consciência da atual situação da escola pública presente nas comunidades periféricas tem se tornado quase um senso comum. O que pode, de fato, alterar tal realidade é o empenho e o envolvimento dos poderes responsáveis e daqueles que estão mais próximos da escola.

A mobilização pode ter início dentro da própria comunidade escolar e, a partir daí, requerer dos entes públicos as medidas de combate e solução para as necessidades presentes na escola. No que diz respeito às necessidades de conhecimento, não apenas dos alunos, mas de toda a comunidade, a biblioteca assume um patamar de importância indispensável por ser, como já apresentamos aqui, espaço que reúne parte significativa do conhecimento humano e que, por isso, precisa ser democratizado para que todos possam usufruir.

Sobre o engajamento, perguntamos às professoras quais as ações destinadas ao fomento à leitura estão sendo executadas na escola e se existem iniciativas por parte de cada uma delas para trabalhar as necessidades específicas de suas turmas. Sobre as ações desenvolvidas de forma geral pela escola, Conceição relatou uma experiência interessante em que o corpo docente se organiza para dramatizar algumas histórias ou poesias, tais como *Borboletas* de Vinicius de Moraes e *Os Saltimbancos* de Bardotti & Bacalov:

Na escola Regina Vital a gente tem vários projetos de leitura, estamos sempre promovendo alguma coisa, temos o projeto Resgatando Valores - todos os dias são dias de leitura, e em alguns momentos os professores apresentam histórias dramatizando para todos os alunos em uma área aberta, além dos livros que eles levam para casa que fazem com que eles voltem com ideias a partir da leitura desses livros, dialogando na sala sobre as ideias que aprenderam nos livros [...] (CONCEIÇÃO, 2020).

Sobre a ação voltada para a dramatização de histórias, a coordenadora pedagógica ainda destacou o entusiasmo dos alunos com as apresentações: [...] a gente faz tipo um teatro, uma apresentação da história, inclusive aluga roupas e tudo para fazer a apresentação, reúne as turmas, isso a gente tem feito e os meninos se divertem muito [...] (CLARISSA, 2020).

O fomento à prática da leitura não é tarefa das mais simples e, por isso, requer o trabalho conjunto entre gestão e equipe pedagógica. A iniciativa relatada aqui merece o destaque tanto pelo fato de despertar nos estudantes o interesse pelas histórias presentes nos livros de forma lúdica e prazerosa, como também pelo envolvimento e apoio que as

professoras recebem da equipe gestora, o que reafirma o comprometimento que deve acometer não apenas ao profissional de sala de aula, mas também gestores, comunidade e o poder público.

No que diz respeito às iniciativas individuais das docentes da EMRV, as ações também se mostram promissoras e mais uma vez expressam que a leitura, por ser uma prática prazerosa, inspira seriedade e empenho dos profissionais que atuam na sala de aula. De posse dos relatos das entrevistadas, destacamos a atividade que Poliana tem desenvolvido com seus alunos:

[...] eu desenvolvo a prática da leitura diária, com as crianças, a gente manda livros para casa e aí a gente pede que eles trouxessem o livro e contassem a história pra gente, teve uma vez que a gente desenvolveu um projeto leitura com a família, eles levavam o livro, liam com a família, e quando voltava davam o resultado [...] (POLIANA, 2020).

Além de conhecer as atividades que fazem parte da proposta pedagógica da EMRV, procuramos compreender também a partir das falas da gestora e da coordenadora pedagógica como tem sido a mobilização para aquisição/construção da biblioteca para a EMRV. As justificativas nas respostas obtidas descrevem a ansiedade das profissionais em relação às oportunidades que um espaço como a biblioteca escolar pode oferecer à comunidade escolar como um todo.

[...] eu cheguei na escola (Regina Vital) em 2013 como coordenadora, e de lá pra cá a gente tem se envolvido muito com essa questão da leitura, a gente vê que é importante pra comunidade, não somente pra o aluno, mas a comunidade em si precisa dessa prática de leitura e precisa ter esse espaço de leitura. Todo questionário que vem de MEC ou da secretaria municipal, nós estamos sempre colocando a questão da leitura e a questão da biblioteca como necessidade, [...] a gente sempre tá pedindo a biblioteca para incentivar o professor a ser leitor [...] (CLARISSA, 2020).

Um aspecto interessante nos chama a atenção na fala de Clarissa: cabe aqui mais uma vez frisar que o apoio familiar que a escola tanto necessita só será possível se ela estiver envolvida e compreender o seu papel em tal processo. É por esta razão que, ao promover ações voltadas para a leitura, a escola pode pensar mais à frente, ao buscar formas de incluir a comunidade nas atividades. Ações como enviar livros para as casas dos alunos para serem lidos em família, como foi relatado por Poliana, são maneiras de envolver a família e a comunidade no que está acontecendo dentro do espaço escolar, o

que ressalta mais uma vez a importância da presença de uma biblioteca como fonte para tais iniciativas.

Um equívoco comum é acreditar que somente ao professor cabe a responsabilidade de mediar o acesso à leitura. Para que esse importante processo formativo aconteça, é fundamental o empenho da gestão pedagógica escolar no instante em que oferece as condições para que o trabalho do(a) professor(a) seja facilitado. Cabe também ao poder público fornecer recursos e incentivos para que tal processo se materialize de forma eficaz. Assim, gestão e coordenação podem se empenhar dentro de suas atribuições para garantir os meios necessários junto ao órgão governamental de educação aquilo que minimamente pode assegurar o direito à leitura.

É papel da administração escolar não só engajar-se na aquisição e manutenção dos recursos necessários para o bom andamento da mediação da leitura como também é fundamental que, paralelamente, ações sejam adotadas para que esses recursos sejam bem utilizados e que cada professor(a) faça uso positivo da biblioteca e de seus elementos. Sobre essa questão, a diretora pedagógica ao falar do seu engajamento afirma:

É importante ter um local com estrutura para proporcionar condições para que cada profissional de educação faça o uso desse espaço e também dos livros, do acervo que lá vai compor. Mas, a gente entende que não adianta ter só o espaço e não dar a devida importância [...] (BIBIANA, 2020).

Toda ação precisa ser precedida por um planejamento, e avançar através da mobilização e do engajamento dos interessados e dos responsáveis diretos e indiretos. Destacamos na fala de Bibiana a necessidade de pensar no espaço da biblioteca como um espaço ativo no qual o ensino da sala de aula se complete e encontre sentido. Dispor de um espaço de saberes como a biblioteca e não o incluir no planejamento pedagógico é limitar o aprendizado encerrando-o em uma única fonte de conhecimento que, como defende Lourenço Filho (1944), o aprendizado só será completo se sala de aula e biblioteca caminharem juntas na formação dos estudantes.

O inconformismo frente aos desafios existentes para a educação precisa resultar em ações planejadas que impliquem o cumprimento das leis. A inclusão da biblioteca no espaço escolar é um desses movimentos que precisam acontecer para que o direito tanto à literatura quanto à educação de qualidade sejam uma realidade também para a escola pública. Sobre as ações necessárias para a consolidação do direito à leitura e à



conquista da biblioteca na EMRV dedicamos a última parte da entrevista. Buscamos compreender como a gestão pedagógica e administrativa da escola, através de suas competências, podem promover o contato permanente com a leitura e a construção de uma prática de leitura para toda a vida.

### 5.3. A CONSTRUÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA ESCOLAR: POR ENTRE DESEJOS E NECESSIDADES

As reflexões que perpassam a discussão sobre a biblioteca de fato são inúmeras, haja vista ser a biblioteca um tema repleto de complexidades. Dentre as inúmeras inquietações que tornam a biblioteca alvo de estudos e pesquisas, está a composição de seu acervo. Muito embora pareça, para alguns, uma questão de menor relevância, haja vista que o espaço ainda é tratado como depósito ou como lugar de descarte para livros didáticos obsoletos, conforme destaca Silva (1999), é de fundamental importância que dediquemos aqui um debate para reafirmar a necessidade de uma escolha planejada ao compor o acervo que a biblioteca escolar deverá dispor para seus usuários, ressaltando a afirmação de Macedo (2005) segundo a qual o acervo deverá atender as necessidades dos estudantes tanto em quantidade como em qualidade. Silva (2009), ao escrever sobre a organização e o funcionamento da biblioteca escolar, destaca que:

O acervo da biblioteca escolar, além de oferecer suporte aos conteúdos discutidos em sala de aula, proporcionará ao aluno encontrar-se com materiais que atendam a sua curiosidade pessoal e com outros que não a atendiam até aquele momento, mas que a partir da consulta à biblioteca, teve sua curiosidade despertada (SILVA, 2009, p.128).

Partindo desse pensamento, Silva (2009) destaca a ideia de que o acervo da biblioteca escolar deve ser organizado em função de seu público, atendendo especificamente as suas necessidades, oferecendo a possibilidade de ampliação dos saberes através dos desejos, da curiosidade, da inquietação e da criatividade. Pautados nessa premissa, discutiremos aqui alguns pontos essenciais para a organização do acervo para a biblioteca escolar. Sobre esse tema em particular, inicialmente apresentaremos a fala da representante da secretaria de educação sobre quais mecanismos e critérios o município, através de sua secretaria de educação, tem adotado para a escolha e composição dos acervos das BE's das escolas da rede, e se os

representantes das escolas, os professores, alunos etc. participam da construção sugerindo e indicando títulos e materiais para esta composição. A entrevistada afirma que esse ainda é um ponto que ainda precisa avançar, considerando que parte significativa das escolas que compõem a rede municipal – 206 ao total na ocasião da entrevista das quais, segundo informação da própria representante, quase 50% (cinquenta por cento) estão localizadas na zona rural.

O processo ainda é tímido e necessita de um maior envolvimento de gestores e conselhos escolares nas decisões pertinentes ao processo de seleção. O que se pode considerar como algo promissor tem sido a inclusão de literaturas que discutem a identidade e o combate ao racismo que estão sendo agregadas gradualmente não apenas na construção dos acervos, mas também estão sendo utilizadas nas atividades e leituras realizadas em sala de aula e em ações promovidas no espaço escolar. Embora, como nos apresentou a representante da secretaria de educação, esse seja um ponto que ainda precisa ser pensado para que estratégias sejam criadas a fim de que as escolas que compõem a rede possam contribuir na seleção.

A EMRV tem desenvolvido algumas estratégias para envolver o corpo docente na construção do seu acervo. Segundo nos relata a professora Ana Emília, a gestão escolar tem envolvido suas professoras nessa ação solicitando, inclusive, doações de títulos para ampliar o acervo existente.

É importante abrir um espaço aqui para destacar que, embora a escola ainda não conte com um espaço físico destinado para a biblioteca escolar, a gestão escolar mantém cuidadosamente um acervo composto de aproximadamente 500 livros, sendo grande parte deles oriundo do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Literário, mas que, para as pretensões da escola, precisa ser ampliado, conforme relata a diretora. Com esse objetivo, a escola tem buscado doações de outros títulos e mobilizado as professoras e a comunidade:

Estamos empenhadas em montar nosso acervo da biblioteca, a gente quer formar ele bem repleto, e estamos buscando parcerias para que isso ocorra, porque a gente sabe que o PNLD Literário, os livros fornecidos por este programa não dão conta, a gente pretende adquirir ainda mais livros através de outras parcerias que nos ajudem a formar essa biblioteca [...] (BIBIANA, 2020).

A colaboração dos professores e da comunidade traz benefícios e pode favorecer os objetivos da escola. Conforme relatou a diretora, mesmo com a existência de

programas e recursos oriundos do poder público, a escola pode usar da sua autonomia para dar saltos ainda mais altos. Envolver de forma planejada a comunidade e professores, estabelecendo parcerias, pode resultar na formação de um acervo mais eficiente, mais variado, atendendo aos interesses e particularidades do público escolar, conforme relata a professora Conceição, ao descrever o papel dos professores na construção do acervo literário da escola:

A gente faz algumas indicações de livros com a preocupação de melhorar esse acervo que a gente já tem na escola, pensando na turma que a gente trabalha, quando há as escolhas a gente participa colocando a realidade da nossa turma na questão, tanto a diretora como a coordenadora tem ouvido as nossas angústias, os nossos questionamentos, que em alguns momentos são os mesmos delas, pois a gente sabe que algumas coisas não dependem só da escola, mas tudo que é possível solucionar a gente tem feito, e a equipe gestora tem nos escutado sim (CONCEIÇÃO, 2020).

Como vimos nos relatos aqui apresentados, a organização do acervo literário precisa estar pautada nas características do público ao qual este acervo irá servir. Macedo (2005) chama a atenção para o fato de que o processo seletivo para aquisição do acervo não deve ocorrer aleatoriamente, mas deve levar em consideração o contexto sociocultural do público a ser atendido.

Para Macedo (2005) é fundamental, no primeiro momento, conhecer a escola e sua comunidade para depois delinear a seleção e aquisição do acervo, portanto, tal processo não pode priorizar apenas números ou montante, mas sim suprir as especificidades, desejos, interesses e necessidades de seus usuários. Mesmo que os mecanismos ainda não consigam dar conta de atender as demandas de cada unidade escolar, critérios gerais não podem ser desconsiderados, como por exemplo, livros que estejam de acordo com a maturidade dos alunos, ou que valorizem as questões culturais e regionais.

Atender tais critérios já seria de grande contribuição para a formação da imaginação, da criticidade e da proficiência dos alunos leitores, auxiliando de forma eficaz o trabalho do(a) professor(a) como mediador(a) e incentivador(a) desta prática que começa na sala de aula, e acreditamos que pode perdurar na vida dos estudantes para além dos muros e vínculos com a escola.

#### 5.4. A LEITURA DENTRO E FORA DA ESCOLA: UMA PRÁTICA QUE NÃO PODE CESSAR

Uma educação comprometida com o ser humano e com a vida, que não despreza as especificidades de cada indivíduo e da comunidade deve ser o objetivo de quem educa. É na crença desta premissa que nos juntamos à luta por uma educação que transcende a mera transmissão e alcance a conscientização e a criticidade. As práticas educativas precisam contribuir e dar significado para a formação dos indivíduos, e para que isso se torne real é preciso oferecer aos estudantes uma educação para além da sala de aula, uma formação que comece na escola, mas que não termine ao fim dela. Na defesa por uma educação que se apropria do uso da leitura como fator essencial para a formação do ser humano, Frantz (2011) expressa que:

[...] acreditamos que uma educação transformadora e humanizante passa necessariamente pela prática da leitura e tem nela seu objetivo maior. Acreditamos ainda que, por sua natureza, é a literatura que tem a mais rica, eficaz e gratificante contribuição a dar na busca desse objetivo. (FRANTZ, 2011, p. 41).

Para que essa ideia não se limite apenas ao território do discurso, é preciso que a escola seja um espaço onde a teoria encontre e direcione a prática, onde as palavras se traduzam em ações promovendo de fato o encontro e o encantamento do aluno, do professor e, por que não, da comunidade com a leitura e com o livro. Dessa forma, procuramos ouvir das entrevistadas a respeito das intervenções que a EMRV tem desenvolvido com o intuito de fazer com que a leitura seja algo presente no contexto escolar.

Para auxiliar nossa compreensão, algumas questões foram lançadas, a saber: Como acontece o contato com a leitura? Quais as ações formativas que visam preparar os professores para desempenhar a mediação da leitura, e como a gestão escolar tem buscado sensibilizar estes profissionais acerca do papel que estes têm a desempenhar no processo formativo dos seus alunos?

A respeito do relacionamento com a leitura e o livro, a diretora destaca o compromisso da escola em fazer com que os alunos participem de um importante evento literário que ocorre anualmente na cidade de Feira de Santana, a Feira do Livro/ Festival Literário e Cultural de Feira de Santana – FLIFS que desde 2008 atua com o

objetivo de democratizar o acesso ao livro, numa ampla e rica diversidade de manifestações literárias e culturais conforme informações do site oficial do evento<sup>18</sup>.

Todos os anos, já que aqui no município só são 40 escolas, eu mesmo me proponho a ficar lá de madrugada pra a gente conseguir inscrever a escola pra ir pra FLIFS, que a gente acredita que seja um evento de grande relevância para os nossos alunos, que não tem essa oportunidade, é oportunizar mesmo o acesso ao ambiente inclusive cultural que muitos deles não têm, não escutam esse repertório tão bom quanto se é visto lá na FLIFS [...] (BIBIANA, 2020).

E sobre a mobilização da escola para este importante evento, a coordenadora pedagógica acrescenta:

A Feira do livro sempre foi uma tradição da rede né? Na Escola Regina Vital sempre buscamos participar, já é uma data que é marcada no nosso calendário. Além do estímulo que eles recebem, das experiências ali de ver um cordelista, por exemplo, este evento mobiliza também o professor, o professor volta mais motivado. Uma excursão dessas, pra um espaço de cultura e literatura, é uma riqueza muito grande (CLARISSA, 2020).

Promover o encontro com a leitura para a comunidade estudantil não precisa ser uma atividade que se restrinja apenas ao espaço escolar: deve ocorrer nele em todos os momentos, e não deve e nem precisa se encerrar naquele lugar. Levar o aluno aos espaços culturais e artísticos tais como museus, centros de cultura, bibliotecas e feiras literárias traduz-se em oportunizar ao aluno o contato com um bem que é produto da humanidade, mas que, por vezes, é restrito às camadas sociais mais abastadas. A participação em eventos literários possibilita aos seus visitantes um contato transformador com a leitura, com o livro, com a arte, com a literatura etc. Sobre essa capacidade transformadora que os bens culturais têm a proporcionar, Frantz (2011) destaca o potencial da literatura como recurso para a emancipação de quem a ela tem acesso:

Vista assim, a literatura torna-se uma experiência significativa e gratificante para o seu leitor, pois auxilia na ordenação de seu mundo e na busca de respostas para suas infinitas interrogações a respeito de si mesmo, do outro e da realidade que o cerca (FRANTZ, 2011, p. 46).

---

<sup>18</sup> Cf.: <http://www.flifsoficial.uefs.br/>.

Outra intervenção significativa que a escola poderá considerar no planejamento do projeto de leitura diz respeito à formação de mediadores de leitura pois, conforme já debatemos, a figura do adulto como referência e incentivador da leitura é fundamental para a construção do aluno/sujeito leitor. Sobre esse importante passo, a gestora escolar afirma:

A escola está fazendo algumas ações intencionais, acho que tudo pode ter uma intenção, primeiro a gente tem que formar o diretor leitor, coordenador leitor, professor leitor, nesse conjunto de equipe leitora, inclusive os funcionários, a gente fez no dia do amigo, ano passado, um Amigo Livro, por que um Amigo Livro? Porque a gente percebeu que nem todo mundo tinha compromisso, esse amor, essa questão de entender a importância da leitura, então, se a gente vai falar de leitura, de uma meta de leitura, de uma frequência de leitura, como é que a gente vai falar sobre IDEB, como é que a gente vai falar sobre os indicadores internos da escola, sobre diagnóstico de leitura, se a gente também não mensurar a gente? Se a gente não se melhorar enquanto profissional? (BIBIANA, 2020).

Em concordância com essa questão, a coordenadora pedagógica ressalta que sem a participação efetiva do(a) professor(a), as ações de formação de alunos leitores seria algo ineficaz. Ela também destaca em sua resposta as contribuições do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Leitura Multimeios da UEFS oferecido às educadoras da EMRV.

Não é fácil para nós que estamos na coordenação e gestão de uma escola desenvolver um trabalho que chegue ao aluno porque o professor precisa ser envolvido, e às vezes o professor não tá preparado pra aquilo ali e você não pode forçar a barra. A gente sabe que a leitura é fundamental, essa leitura literária, esse curso que nós estamos fazendo, essa formação<sup>19</sup>, está sendo excelente porque está mexendo com os valores delas, eu não sei se você já percebeu? Muitas estão sendo mobilizadas pra leitura, então, isso é importantíssimo [...] (CLARISSA, 2020).

Sem perder de vista o papel que a escola tem a desempenhar na formação do aluno/sujeito leitor, torna-se fundamental a formação continuada e a autoformação dos profissionais que atuam no cenário escolar. Dessa forma, escutamos também as professoras participantes da pesquisa sobre esse processo de se formarem mediadoras de leitura, considerando suas impressões sobre o que mudou e acrescentou no seu trabalho

---

<sup>19</sup> Curso de Extensão sobre Formação de Mediadores de Leitura oferecido pelo Núcleo de Leitura Multimeios da UEFS. Os encontros acontecem quinzenalmente. A oferta do curso foi iniciada em 2019 e, durante a pandemia, os encontros aconteceram pela plataforma digital.

em sala de aula. Como justificativa para a participação nas ações formativas, a professora Lucy destaca que: “[...] cada dia mais a gente precisa se preparar mais, se qualificar mais, cada dia que passa, a demanda dos alunos cresce mais ainda, as dificuldades aparecem e a gente tem que estar preparado pra isso [...]”. (LUCY, 2020). Sobre o trabalho de formação de mediadores de leitura, a entrevistada acrescenta que:

Na verdade, eu participo da formação de mediadores de leitura desde 2019, foi quando começou lá na escola, sempre gostei muito [...] meu foco principal é saber como a criança aprende, por que através daí eu posso estar realizando intervenções mais específicas para ajudá-las [...] (LUCY, 2020).

Dentro do mesmo processo formativo, forma-se para si mesmo e forma-se também para contribuir com o crescimento de outros. A essência da aprendizagem do docente tem essa possibilidade multifacetada e, quando bem dirigida e bem aproveitada, ganha tanto o professor (a) como o (a) aluno (a). Sobre esse acréscimo pessoal a professora Poliana faz o seguinte relato:

Este trabalho de formação de mediadores tem me incentivado mais para a leitura, em casa eu pego os livros e dou uma lida, até de madrugada, quando eu vou colocar a bebê para dormir leio um pouco, antes de dormir também, sempre que eu tenho um tempo eu leio, motivada por este trabalho formativo eu estou me despertando agora, me formando, estou pequenininha ainda, mas estou me entusiasmando a partir desta formação [...] (POLIANA, 2020).

Como foi dito nos relatos até aqui, a motivação é parte fundamental do processo educativo; especialmente na prática da leitura esse incentivo deve sempre acontecer para que tal prática perdure. Todavia, para que o exercício da leitura, tanto da parte de professores como de alunos seja solidificado, faz-se necessário existir um suporte e um planejamento que oriente e apoie tais atividades. Esse planejamento precisa, inclusive, ter o cuidado de não suprimir o prazer que a leitura pode e deve oferecer aos seus praticantes. Para que isto aconteça, a escola precisa discutir e estabelecer as condições para o desenvolvimento das práticas de leitura desde a sua proposta pedagógica, considerando, inclusive, a Biblioteca Escolar como espaço de aprendizagem extensivo da sala de aula, e as ações voltadas para a leitura como parte permanente do trabalho docente desenvolvido dentro e fora da sala de aula, priorizando, sobretudo, as características e potencial do seu público alvo em questão, o aluno. Ao destacar a

necessidade da organização de um plano de leitura, Santos & Souza (2009) ressaltam que:

Cada escola deverá desenvolver seu próprio programa de literatura de acordo com a história de vida e as habilidades das crianças que atende. Os professores e os bibliotecários devem conhecer tanto suas crianças, quanto o potencial do material disponível, além de compreender a estrutura da literatura; a partir daí eles estarão aptos a fazer a correspondência correta entre criança e livro (SANTOS & SOUZA, 2009, p. 98-99).

Pensando no planejamento e inclusão da biblioteca na prática pedagógica escolar, perguntamos às entrevistadas de que maneira a escola incluiria esse espaço no planejamento pedagógico escolar, e de que forma essa inclusão poderia contribuir no trabalho do(a) professor(a). Como resposta para a questão, a coordenadora pedagógica diz:

Um dos AC's que nós realizamos no início do ano, nós conversamos muito sobre isso, essa questão de um momento dentro da rotina da sala de aula. Uma das professoras (que já não faz mais parte do quadro, pois saiu para ser diretora de uma escola) propôs que durante a semana, deveríamos ter pelo menos dois dias só pra trabalhar essa questão de leitura com esses meninos, deixar esses meninos ler a vontade, fazer a roda de leitura, fazer atividades voltadas para a leitura, infelizmente, em função da carga horária da escola, dos trabalhos, a gente não tem como incluir dois dias, a gente tem pelo menos um dia que tem que ser voltado pra essa leitura literária é essa a preocupação, mas isso a gente tem que deixar escrito no nosso Projeto Político Pedagógico, e na proposta curricular, temos algo escrito, mas está muito tímido, é preciso que fique claro porque são documentos que vão ficar arquivados e vão ser lidos por quem chegar [...] (CLARISSA, 2020).

De acordo com o que foi exposto pela coordenadora pedagógica, podemos ressaltar também a importância do planejamento pedagógico para a prática da leitura e do uso da biblioteca escolar sejam documentados, e que tal documentação sirva não apenas como marco norteador, mas que expresse aos profissionais que forem adentrando a instituição a filosofia e a proposta pedagógica/metodológica da instituição, destacando o papel e valor da leitura e da biblioteca para a comunidade escolar em questão. Sobre esse papel de destaque que a biblioteca e a leitura devem ter para a comunidade escolar, a diretora traz uma importante contribuição para a discussão:



A gente acredita que todos os espaços da escola são importantes, que são espaços de aprendizado, com esse foco na leitura, a gente acredita que os professores vão ter esse olhar atento, pois não adianta só a gestão incentivar, o professor tem que ter também esse olhar e valorizar a biblioteca, pensar no uso coletivo do espaço, a gente entende a importância da biblioteca para a sociedade, para os alunos, mas além de tudo isso, é preciso esclarecer que é um espaço cultural, social, que os alunos não têm em suas casas esse acesso, não é? [...] onde senão na escola eles vão ter essa oportunidade? (BIBIANA,2020)

Oportunidade ou oportunidades é o que se espera que a Educação e a Leitura possibilitem aos que adentram ao sistema escolar. As escutas registradas aqui reafirmam o que expressam os escritos e reforçam a importância de que todos os envolvidos no processo educativo: gestores públicos, gestores escolares, professores e comunidade busquem juntos e, se necessário for, construam os caminhos e as estratégias para que a biblioteca escolar, enquanto espaço de educação e formação, tenha êxito em sua missão e funções. Portanto, pensar e implantar uma proposta pedagógica que valorize a leitura como lazer, como instrução, como formação e informação é abrir caminhos para as inúmeras possibilidades que o contato com a leitura pode oferecer.

O domínio e a prática do conhecimento são heranças culturais da humanidade que precisam ser passadas às futuras gerações: a transmissão dessa herança pode acontecer no contexto familiar, na convivência entre pais e filhas (os), tias e sobrinhas etc., conforme os relatos apresentados aqui nos revelaram. O saber e o conhecimento, assim como a educação, são para algumas famílias o bem mais precioso que estes têm a oferecer aos seus filhos.

Os depoimentos das participantes desta pesquisa nos apresentam o papel que as famílias podem exercer na construção do sujeito e na formação desse sujeito enquanto leitor. Tal influência pode ser fator determinante na relação que o indivíduo venha a desenvolver com a escola, com a leitura e com a biblioteca, essa última, conforme apresentamos até aqui, reúne em suas prateleiras um tesouro de saberes, conhecimentos e sentidos, o tesouro herança da humanidade.

Para que a apropriação das riquezas intelectuais e culturais seja realidade para todos os indivíduos, a biblioteca precisa ser o espaço onde o encontro entre o aluno e o livro aconteça: um encontro orquestrado pelo(a) professor(a), organizado pela escola, estruturado pelo poder público e incentivado pela família. Para que este encontro seja bem-sucedido e produza os resultados necessários na formação e na vida dos alunos, são

necessárias políticas que fomentem e viabilizem o acesso de estudantes e professores a essas riquezas, investimentos na formação do professor são tão essenciais quanto os investimentos em acervos qualificados. Ações e estratégias para o aproveitamento da BE na sala de aula e na formação dos indivíduos precisam ser incluídas no fazer diário da educação no contexto escolar.

O engajamento da comunidade escolar em consonância com a gestão pública se traduz na afirmação e garantia dos direitos à cidadania, a uma educação de qualidade que inclua a todos, ao direito de saber, de conhecer, de dar significado ao mundo, o direito essencial à leitura. Como nos afirma Amorim (2017, p. 20) “ [...] o domínio sobre a palavra escrita é, sim, uma porta de entrada para um mundo de direitos [...] ”. Direitos de viver e de pensar, de tomar decisões e de sonhar, direito de estar em contato e de participar do que a humanidade tem construído e produzido ao longo de sua existência.

Como dito por Pennac (1993), a leitura é um ato de *partilhamento*, e tal ato está entre as atribuições do(a) professor(a), pois no ato de educar ou de formar cidadãos está a necessidade de partilhar experiências e conhecimentos. Como visto até aqui, tanto nos registros dos autores e pensadores sobre o ato de ler e de mediar a leitura, como nos depoimentos apresentados aqui pelas colaboradoras desta pesquisa, para que a prática da leitura não cesse ou não seja extinta o professor e a biblioteca podem encontrar juntos os caminhos para que seus alunos descubram e usufruam dos saberes que o livro e a leitura tem a oferecer. Para tanto, a biblioteca precisa figurar nas escolas, nos lares, nas vidas, etc. Esse espaço precisa ser contemplado através das políticas de implantação e fomento, das ações institucionais escolares e do fazer cotidiano do(a) professor(a) enquanto profissional e ser humano, pois ela, a biblioteca, é o produto da ação humana que reúne a intelectualidade humana e portanto é tesouro e herança para todas as gerações. Sua existência, funcionamento e aproveitamento devem ser garantidos a todos, para que todos façam jus a este direito que se junta e corrobora com o direito a uma educação de qualidade.

## 6. O QUE NOS CONTA A JORNADA... POSSÍVEIS (IN)CONCLUSÕES

A biblioteca escolar, antes mesmo de nascer entre paredes e prateleiras, nasce do desejo de conhecer, do desejo de ler, do desejo de educar-se e de educar o outro. Os estudos sobre a biblioteca e o seu nascimento nos permitem conhecer mais do que as práticas de leitura que acontecem nos espaços escolares na atualidade. A presente pesquisa sobre as contribuições e possibilidades através da existência de uma biblioteca no espaço escolar revela a contínua relação que a biblioteca, o livro e a leitura têm estabelecido com a humanidade ao longo dos tempos, uma relação que se apoia na necessidade que o ser humano possui em guardar o conhecimento adquirido e deixá-lo acessível para que as próximas gerações continuem o processo de desenvolvimento da humanidade.

A imersão na pesquisa sobre a biblioteca conduz-nos a um passeio pela história: história desse espaço de aprendizagem que em certas ocasiões se entrecruza com a história da própria humanidade. No contexto da educação, a trajetória do estudante pode também ser marcada pelas intervenções e contribuições que a biblioteca tem a oferecer. Assim, as ações educativas no espaço escolar podem refletir significativamente na formação educacional do indivíduo e, por essa razão, a formação do aluno enquanto leitor e usuário assíduo da biblioteca pode também ser um acontecimento promovido intencionalmente no contexto escolar.

Pesquisar e escrever sobre a biblioteca escolar e sobre as práticas de leitura possibilita ao pesquisador conhecer um pouco mais sobre a história da leitura, sobre como a humanidade tem valorizado os saberes e conhecimentos por ela produzidos ao longo dos tempos, e sobre a relação que a escola, o professor, o aluno, enfim, toda a comunidade escolar pode desenvolver com o livro, a leitura e a biblioteca, e como essa relação pode contribuir com o desenvolvimento da aprendizagem, da compreensão da realidade e da formação crítica do sujeito.

Olhar para trás, para onde tudo começou, nos permite ter a noção de como o mergulho nesta pesquisa fez e faz a diferença nas concepções e entendimento deste pesquisador. Quando iniciei esta caminhada, tinha como inquietação principal saber como se dá a formação do professor mediador de leitura e como isso acontece, quais os fatores sociais, culturais e educacionais são necessários para que o professor assuma o compromisso de ser ele na sala de aula um mediador de leitura. Para minha grata

surpresa, tal inquietação me levou a pesquisar não apenas isso; os caminhos desta pesquisa foram revelando ao longo da caminhada de que maneira esta formação pode estar atrelada à presença de um espaço de leitura tal qual é a biblioteca escolar, qual a influência e participação deste espaço na formação do aluno e do professor enquanto sujeitos leitores. Nesse contexto, a escola *lócus* surge como um elemento peculiar, pois como seria possível descrever a importância da biblioteca escolar na formação dos estudantes enquanto leitores em uma escola que não possuísse esse espaço em suas dependências? A princípio, isso parecia impraticável ou até mesmo contraditório, todavia, os relatos das colaboradoras desta pesquisa reforçaram a contribuição marcante desse espaço ao descreverem suas próprias experiências com a biblioteca ao longo de suas formações. Suas narrativas apontam para esse espaço como sendo imprescindível para a sua condição de leitoras, aliado à influência de familiares e professores.

Foi com o objetivo de investigar as contribuições que a biblioteca tem a oferecer na formação dos indivíduos enquanto estudantes e leitores que o diálogo entre as proposições dos escritos teóricos e a realidade descrita pelas participantes da pesquisa se estabeleceu, objetivando primeiramente reiterar o lugar da biblioteca no processo educacional e em seguida defender, munido por tais compreensões, esse espaço como um direito que já se faz presente em lei, a exemplo da Lei Federal no.12.244/10 e, mais do que isso, espaço onde ocorra o exercício do direito à leitura, do direito ao acesso aos bens culturais e intelectuais produzidos pela humanidade ao longo dos tempos que, segundo Baratin & Jacob (2000), é uma herança que é preciso apoderar-se.

Mais do que uma simples descrição dos fatores necessários para a instalação de uma biblioteca no espaço escolar, a ideia principal presente neste texto propõe analisar os ingredientes que compõem esse processo. Desde as ideias que iniciaram tal movimento, as motivações que mobilizaram os envolvidos na construção desse espaço, quais os objetivos pretendidos com a inclusão da biblioteca na rotina da escola, dos professores e dos alunos, e o que se pretende com a aquisição desse espaço.

Conforme já relatei anteriormente, foi através da fala de uma das participantes desta pesquisa que me senti inquietado em atender ao chamado de pesquisar sobre a implantação de uma biblioteca escolar. Assim como Seixas (2011) descreve a leitura como a “exposição a um vírus”, que depois de acontecido não se tem mais como fugir dele, ou ficar “curado”, a inquietação daquela participante me contagiou e me conduziu a este estudo. Aquela aspiração tornou-se minha aspiração e me fez buscar as respostas

sobre como a prática educativa daquela escola seria transformada com a inclusão de uma biblioteca em suas dependências. Para isso, a imersão nos escritos teóricos foi de fundamental importância, pois nos auxiliaram na compreensão e reflexão sobre os dados que foram produzidos ao longo da pesquisa. Demo (1995, p. 124) afirmou que “[...] um dado não fala por si, mas pela boca de uma teoria [...]”. Ou seja, a teoria auxilia a compreensão da prática e possibilita a esta se repensar se aprimorar, e em alguns momentos, até mesmo, se refazer.

Escrever sobre a biblioteca escolar e sobre os preparativos para a sua implantação em um espaço escolar me possibilitou, através das leituras do arcabouço teórico sobre o tema e das escutas das participantes da pesquisa, fortalecer a convicção de que a biblioteca tem um importante papel na formação do sujeito não apenas na sua trajetória escolar, como também enquanto leitor. A biblioteca, a leitura e o livro ultrapassam sem sombra de dúvidas a função de educar e marcam os indivíduos que se tornam usuários destes objetos também através das funções culturais e sociais que eles podem exercer.

A biblioteca enquanto guardiã de conhecimento e saber oferece a possibilidade de pesquisa tanto dos saberes consolidados, quanto de novos saberes. Oferece também possibilidades de transformação de si mesmo, dos saberes adquiridos e por consequência da realidade em que os usuários estão inseridos. Oferece ainda a oportunidade do deleite ao permitir ao leitor sonhar e até mesmo visitar, através dos escritos, lugares fictícios e reais por vezes inacessíveis fisicamente aos seus leitores. Entretanto, para que tais possibilidades se concretizem para os usuários da biblioteca, é fundamental a existência de três fatores importantes: a efetiva implantação de políticas públicas para acesso ao livro e biblioteca, seja ela pública, escolar, comunitária ou em qualquer outro formato; a inclusão da biblioteca no planejamento pedagógico escolar, não apenas como suporte ou apoio à sala de aula, mas como parte integrante do processo de ensino e o incentivo e promoção de formação continuada para o professor enquanto mediador das práticas de leitura e do acesso à biblioteca.

Sobre cada um dos aspectos supramencionados, a pesquisa apontou que desde meados dos anos 1990 a UNESCO, em parceria com a IFLA, já vem produzindo orientações que encorajam as autoridades nacionais e locais a dar apoio e a comprometerem-se com o desenvolvimento das bibliotecas públicas e escolares, pois tais instituições acreditam que o desenvolvimento da democracia depende tanto de uma

educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação, dos quais a biblioteca é guardiã.

Como visto, os órgãos internacionais e a legislação federal compreendem como parte necessária da formação do indivíduo o acesso aos bens culturais e intelectuais, e que tal apropriação lhes permita exercer sua condição de cidadania, desempenhando um papel ativo na sociedade da qual faz parte. Todavia, pelo menos em nível nacional, ainda trilhamos os passos iniciais rumo a essa pretendida apropriação da herança cultural, haja vista ainda existir um número expressivo de escolas que não possuem biblioteca escolar, o que conseqüentemente restringe o contato de seus alunos com o livro e com os saberes presentes na biblioteca, fontes essenciais de acesso ao conhecimento e informação produzidos pela humanidade.

Mesmo com a existência de leis e orientações que estabeleçam o espaço da biblioteca como prioridade e obrigação legal no ambiente escolar tal qual previsto na Lei Federal 12.244/10, ainda convivemos com a realidade de escolas que não contam com esse espaço de conhecimento. Vale destacar que, em sua promulgação, a lei supramencionada estabelecia que o prazo final para que suas orientações fossem atendidas culminaria em 2020, entretanto, em virtude da impossibilidade de que tais metas fossem atendidas no prazo estabelecido, o Projeto de Lei nº 9.484/18 alterou a referida lei ampliando o prazo de 2020 para o ano de 2024. Tal mudança na proposta da Lei Federal se ancorou nos dados oficiais que expõem a condição de ausência de bibliotecas em parte das escolas públicas como uma realidade. No tocante ao município de Feira de Santana-Bahia, os números revelados pela representante da secretaria de educação apontam que no universo de 206 escolas da rede municipal de educação, apenas 32 contam com biblioteca organizada ou com espaço similar, dado alarmante se considerarmos a condição de Feira de Santana como sendo o segundo município em tamanho e importância no estado da Bahia.

O segundo fato que destacamos como crucial para a efetiva contribuição da biblioteca para a formação do indivíduo diz respeito à sua inclusão no planejamento pedagógico da escola. A biblioteca, como defendem autores como Petit (2010), Milanesi (2003), Souza (2009) e Silva (1999), entre tantos outros, são mais do que coleções de livros: esse espaço deve ser criado com o objetivo de apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola conforme descrito no manifesto para a biblioteca escolar produzido pela IFLA no ano

de 1999. Sua definição como parte integrante do processo educativo torna oficial a leitura como elemento essencial do currículo escolar que precisa ser incluído na prática do professor promovendo a aproximação entre o docente e o acervo, entre a sala de aula e a biblioteca. Todavia, tal inclusão só será efetiva se a formação e incentivo ao professor enquanto leitor for uma iniciativa pensada e desenvolvida no contexto escolar.

Retomando o que discutimos neste estudo, a formação do professor leitor é um processo em constante movimento e perdura ao longo de sua trajetória. Tal processo deve envolver o poder público através de políticas públicas, a gestão escolar através de iniciativas e ações institucionais e a busca e interesse do próprio docente. Conforme discutimos em nossos estudos, o professor que lê atrai mais facilmente o aluno ao universo da leitura e ao espaço da biblioteca.

Outro ponto de destaque desenvolvido nesta pesquisa diz respeito à análise das práticas de leitura através de suas funções educativas, culturais e sociais. Vimos que a escola desenvolve um papel na formação de cada indivíduo ao lhe oferecer os recursos necessários para a construção do pensamento crítico, nas tomadas de decisões, na reflexão e intervenção sobre o lugar em que vive e as relações que se estabelecem: para que isto aconteça, a escola precisa fornecer as condições básicas para que a aprendizagem não se restrinja a uma formação técnica voltada exclusivamente para o acesso ao mercado de trabalho. É através do exercício da leitura que o indivíduo desenvolve não apenas a capacidade de pensar criticamente, como também melhora a sua capacidade de argumentar, de falar e de se expressar, requisitos que são fundamentais nas relações sociais, culturais e políticas que os cidadãos vão construindo ao longo de sua existência.

A escola tem, portanto, o papel fundamental de apresentar a leitura aos seus alunos e tal papel não pode ser confundido com a função da escola de apenas ensinar a leitura que, conforme discutimos aqui, são ações distintas e com propósitos também distintos. Trata-se de promover o letramento literário, de oferecer aos alunos os meios, os recursos, as possibilidades de conhecer, de manusear, de debater e de refletir sobre as informações presentes nos textos, nos livros, nas mídias, enfim, nos diversos aparatos que o aluno pode ter à mão e que estejam presentes e disponíveis no universo escolar. Para o aluno que dispõe desse espaço, que tem a biblioteca e os seus recursos à disposição, os ganhos são imensuráveis. Os números apresentados pelo estudo *Retratos da Leitura em Bibliotecas Escolares* produzido pelo Instituto Pró-Livro em parceria

com outros órgãos especializados na área no ano de 2019 dão conta de que a presença da biblioteca escolar e a sua utilização efetiva nas escolas apresentaram resultados significativos nos indicadores de aprendizagem, tais como IDEB e SAEB.

Segundo a pesquisa, 4 dos 7 indicadores estão fortemente associados ao bom desempenho em português, a saber: o funcionamento da biblioteca, a atuação do responsável pela biblioteca, a atuação do professor e os recursos eletrônicos. Ainda segundo os números da pesquisa, entre as 500 escolas dos 17 estados que participaram da pesquisa, a diferença do resultado em português é de 5 pontos na escala SAEB<sup>20</sup> entre a escola com maior e a de pior desempenho, resultado que está relacionado com o uso eficiente da biblioteca escolar. As escolas, portanto, que valorizam e investem em elementos como um bom espaço físico destinado à biblioteca, a presença de um responsável qualificado que cuide da biblioteca e participe de atividades pedagógicas, a presença de um professor que se envolva em atividades de pesquisa e leitura e incentive os alunos a frequentarem a biblioteca e que invistam em um acervo qualificado e façam uso dos recursos eletrônicos disponíveis apresentam como resultados um aumento significativo no desempenho e no aprendizado dos alunos.

Diante do exposto, compreendemos o papel que a biblioteca, assim como a leitura, exerce na vida de seus usuários. Na biblioteca está contido o saber que orienta e que faz a diferença para os inúmeros William Kamkwamba<sup>21</sup> espalhados pelo mundo, que podem encontrar nas páginas dos livros respostas para os problemas do cotidiano, sonhar e transformar os sonhos em realidade, em esperança. Entretanto, isso só será realidade se a biblioteca e a leitura forem tratadas como parte do processo educativo. Se a visão sobre a biblioteca ainda for a de um lugar dedicado apenas para recreação, ou o que é pior, como lugar de castigo ou como um depósito da escola, continuará sendo um lugar esquecido que pouco importará se funciona ou não.

Conforme discutimos neste estudo, a função educativa da biblioteca está atrelada à concepção e domínio que o(a) professor(a) tem desse espaço: a inclusão da biblioteca

---

<sup>20</sup> A escala de proficiência SAEB pode ser visualizada como uma régua construída com base nos parâmetros estabelecidos para os itens aplicados nas edições do teste. Em cada ciclo da avaliação, o conjunto de itens aplicados nos testes de desempenho é posicionado na escala de proficiência a partir dos parâmetros calculados com base na TRI. Após a aplicação do teste, a descrição dos itens da escala oferece uma explicação probabilística sobre as habilidades demonstradas em cada intervalo da escala. Fonte: [www.portal.inep.gov.br](http://www.portal.inep.gov.br). Acesso em 20 jun. 2020.

<sup>21</sup> Personagem real retratado na obra *O Menino que descobriu o Vento* de Bryan Meal & William Kamkwamba que constrói um moinho de vento a partir das informações obtidas em um livro da biblioteca da escola.



no programa educacional dependerá da relação que o(a) professor(a) tem com seus recursos, com a prática de leitura, e de como tal relação vem sendo construída ao longo da sua vida e da sua própria formação enquanto leitor(a). Os diversos relatos obtidos através das entrevistas com as colaborados da pesquisa atestam a premissa de que, para que o(a) professor(a) desenvolva com seus alunos as práticas de leitura, as suas próprias experiências são decisivas para tal influência, sua paixão pela leitura despertará em seus alunos o fascínio pelo livro e pela prática de ler.

A função educacional da biblioteca está em ampliar as discussões e o entendimento do que é apresentado em sala de aula: assim como o professor, a biblioteca é um instrumento do conhecimento e de geração de novos saberes. Se bem utilizada, poderá ser lugar para motivar a criatividade, a inovação, a experimentação e a descoberta. A biblioteca dentro do processo de aprendizagem atua como espaço de ampliação do saber que coopera com o professor, com a sala de aula, com o desenvolvimento do aluno.

A biblioteca também assume a função de transmissora de cultura, afinal, a própria prática da leitura apresenta-se como uma prática cultural: ler pode ser uma ação aprendida e apreendida. Os relatos das participantes da pesquisa justificam tal concepção. A formação leitora do indivíduo é marcada por influências que ocorrem dentro e fora do espaço escolar, e inúmeras são as experiências de leitores que foram ou que são inspirados pela prática leitora e pelas indicações de leituras de professores, de bibliotecários, de colegas, entre outros. A função cultural da biblioteca está em possibilitar a seus frequentadores o acesso à poesia, ao conto e às crônicas, às obras clássicas ou pouco conhecidas, ao acervo da produção intelectual que encanta e inspiram novos escritos, novas criações.

A biblioteca exerce também uma função social, pois promove através de seus leitores e de suas leituras mudanças e posicionamentos em relação aos problemas e questões da humanidade. A leitura, quando bem orientada, selecionada, produz criticidade, reflexão, emancipação: provoca o olhar sobre o contexto e sobre a realidade. A leitura pode humanizar, pode promover a inclusão. As discussões presentes neste estudo apresentam o livro como o registro dos saberes produzidos pela humanidade, portanto, a leitura é a forma de ter e dar acesso a estes saberes.

A função social da biblioteca é levar a todos os cantos, a todas as comunidades, a todos os indivíduos a parte da herança intelectual da humanidade que lhes é devida. O

direito à leitura, o direito ao conhecimento, é parte essencial do direito a educação que todos devem usufruir, educação de qualidade como tem sido defendida por muitos. Por essa razão, a biblioteca precisa figurar também na luta pela qualidade da educação e do ensino, uma luta pelo direito de ler, de conhecer, de pensar, de saborear escritos inesquecíveis, enriquecedores.

Diante do exposto até aqui, é preciso destacar algumas reflexões sobre os caminhos percorridos e sobre os achados desta pesquisa. Inicialmente, as ideias que motivaram o engajamento nesta pesquisa visavam compreender como o município de Feira de Santana – Bahia se mobilizava para o atendimento da Lei Federal que regulamenta a biblioteca escolar e seus procedimentos, a lei 12.244/2010 que, por diversas vezes, foi mencionada e discutida aqui. A intenção inicial era observar se as escolas da rede municipal de educação e seus membros já desfrutavam de bibliotecas ativas que participassem do processo educativo.

Os objetivos desta pesquisa foram se tornando mais específicos a partir do momento em que passei a conhecer a Escola Municipal Regina Vital que, na ocasião, ainda não possuía uma biblioteca em suas dependências, mas que independente dessa condição, dedicava um interesse especial para a leitura e a sua inclusão nas ações pedagógicas no espaço escolar, o que constituiu uma grata surpresa para este pesquisador ao observar um grupo de profissionais tão envolvidas com as práticas de leitura e convictas do papel educador que a leitura e o livro podem desempenhar. Tal envolvimento com as práticas de leitura era tamanho que servia como motivação e impulsionava as profissionais ao engajamento para a aquisição de uma biblioteca para a referida escola. Foi a partir dessa observação que se tornou possível compreender que, para que a biblioteca escolar pudesse nascer na escola, era preciso o envolvimento de gestores públicos, da gestão escolar e dos professores daquela instituição. Tal envolvimento era evidenciado através dos relatos obtidos nas entrevistas que descreviam as iniciativas da gestora e da coordenadora escolar em buscar da secretaria municipal de educação os meios necessários para a construção de uma biblioteca naquele espaço.

A pesquisa na Escola Municipal Regina Vital evidenciou a compreensão que as profissionais da instituição têm sobre o papel educador que a leitura tem a exercer. A mobilização em prol do acesso e uso do livro e da leitura é percebida no interesse da escola em participar de eventos literários como a Festival Literário e Cultural de Feira

de Santana – FLIFS e nas diversas programações desenvolvidas pela escola de forma coletiva ou pelo trabalho individual das professoras para que os alunos tivessem contato com obras literárias, e na dedicação nas atividades do trabalho de formação de mediadores de leitura promovido pelo Núcleo de Leitura Multimeios.

O contato com a escola possibilitou a compreensão que para a biblioteca escolar atuar desde o seu surgimento na formação do estudante, é preciso que a sua missão e os seus objetivos sejam compreendidos pelos responsáveis envolvidos na educação. A biblioteca atuará de forma eficiente no contexto escolar que compreender que a leitura não se resume somente a uma prática para o entretenimento ou como parte do processo de ensino de normas e técnicas gramaticais. Sendo a biblioteca parte integral do processo educativo, ela irá trabalhar em conjunto com a comunidade escolar com o intuito de alcançar os objetivos da escola, a saber, a formação de cidadãos.

Este estudo reafirma o lugar da biblioteca como lugar de aprendizagem, lugar que auxilia o professor e o trabalho feito em sala de aula, lugar de pensamento crítico e de emancipação dos indivíduos: lugar essencial para a formação de leitores plenos e cômicos da sua própria identidade, do reconhecimento de si, da sua cultura, do seu lugar na sociedade e da força que tem a partir do momento em que se apropriam do conhecimento e do saber, a partir do momento em que o ambiente da biblioteca passa a ser frequentado, explorado, incluído na prática do professor e os saberes que lá se encontram passam a ser acessados, refletidos e debatidos pelos educandos.

Felizmente, esta pesquisa não se encerra com estes achados: pelo contrário, ela deixa portas abertas para outras caminhadas, para a descoberta de outros saberes. Pensar a biblioteca como o lugar que promove o desenvolvimento dos indivíduos nos inquieta também a conhecer as condições para que esses indivíduos desenvolvam tais aprendizagens. Quais seriam as condições sociais para que tais aprendizagens ocorressem? Esta é uma entre tantas questões a serem discutidas, pois como percebemos através desta pesquisa, inúmeros fatores influenciam o processo de aprendizagem de cada um, e as relações sociais figuram entre esses determinantes para a aprendizagem.

Creio que compreender mais sobre os elementos sociológicos em que a aquisição da leitura é tecida pode contribuir para o olhar para a biblioteca como lugar de relações entre o mundo e o livro, entre o livro e o leitor e entre o leitor e o mundo. Como as histórias desses personagens se cruzam e se juntam no processo de formação do sujeito leitor, do sujeito crítico, do sujeito político que pensa, reflete e atua em sua

realidade e na sociedade em que vive. Por ora, destaco essa como sendo uma inquietação a seguir, uma motivação a continuar pesquisando e conhecendo mais sobre os caminhos para a biblioteca, os caminhos da leitura e de leitores que pensam através dos textos e das prateleiras da biblioteca. Destaco também, entre os inúmeros achados desta pesquisa, a própria escola *lócus* da investigação, a Escola Municipal Regina Vital e o seu grupo de profissionais que em vários momentos nos encantaram com a sua paixão e dedicação não apenas pelo exercício da profissão docente, mas também, pela devoção e dedicação à leitura, à apropriação de novos saberes, de novos títulos, do querer ser, a cada dia, professoras que assumam o papel de multiplicadoras da leitura, do gosto pelo livro e pelo hábito de ler: dedicação que despertou o interesse para que a escola possuísse o seu próprio espaço de leitura, a sua própria biblioteca escolar.

A pesquisa não se encerra nestes registros, é possível pensar também em contribuições para além destes escritos: são contribuições que auxiliem não apenas futuros trabalhos, mas que também ofereçam tanto à escola pesquisada como às demais escolas vinculadas à rede pública de educação a compreensão dos caminhos que a escola e os demais agentes responsáveis pela educação possam seguir, a fim de oferecer aos membros da comunidade escolar o acesso à leitura através de ações planejadas que coloquem a biblioteca como espaço fundamental e indissociável na formação de leitores.

Concluo, portanto, estes escritos, porém a pesquisa sobre a biblioteca e a sua atuação no processo educativo não se encerra: o processo formativo de novos leitores ainda tem uma longa estrada a percorrer, e tenho a esperança de que estes escritos possam contagiar outros tantos a pensar a biblioteca como lugar de aprendizagem para que mais e mais pessoas conheçam e desfrutem do prazer da leitura e do prazer do conhecimento que os livros têm a oferecer. Paraphrasing Seixas (2011), mesmo quando são difíceis, os livros sempre nos ensinam coisas e são, a seu modo, inesquecíveis!

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK Nelson. **Cultura Letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil - ALB, 2005.

ABREU, Márcia. **Cultura letrada**: Literatura e Leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Pesquisa Escolar. In: \_\_\_\_\_. CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 25-28.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALCÂNTARA, Arminda Aurélio Rodrigues. **Biblioteca escolar**: um espaço de aprendizagem. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, CAEd. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 178. 2013.

AMORIM, Galeno. **Histórias de gente que lê**. Ribeirão Preto: Observatório, 2017.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.20, n.40, p.95-103, julho/dezembro, 2013.

ARENA, Dagoberto Buim. Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009. p. 157-186.

BAHIA. **Decreto nº 19.528, de 16 de março de 2020**. Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o trabalho remoto, na forma que indica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19528-de-16-de-marco-de-2020>. Acesso em 20 set 2020.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O Poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas**: De Alexandria às Bibliotecas Virtuais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 12.244/10 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm). Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em:

[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286). Acesso em 28 set. 2020.

BRASIL. **PL n. 9484/18**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716&fbclid=IwAR3zXzgoH8yvSlgwNLLvqR7KYRaXIEnaNmsFSPDBqFwIY9qXgDCqc8m\\_c](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716&fbclid=IwAR3zXzgoH8yvSlgwNLLvqR7KYRaXIEnaNmsFSPDBqFwIY9qXgDCqc8m_c). Acesso em: Acesso em 28 mai. 2020.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-Apresentação> Acesso em 23 mar. 2020.

BRESSON, François. A leitura e suas dificuldades. In.: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 25-34.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura e formação na educação escolar. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009. p. 187-203.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARMO, Edileide da Silva Reis do. **Herdando uma biblioteca: uma investigação sobre espaços de leitura em uma escola da rede pública estadual**. Dissertação de mestrado. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. 2013.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, política e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, v.11, n.31, p.07-18, jan./abril., 2006.

CHARTIER, Roger. **Autoria e História Cultural da Ciência**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

COLOMER, Tereza. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global Editora, 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da Pesquisa, diante dos ferrolhos. In: \_\_\_\_\_.  
**Caminhos investigativos: Novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 1996. p. 105-131.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para novos pesquisadores. In: \_\_\_\_\_.  
**Caminhos investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2002. p. 119-142.

CUNHA, Maria Isabel da. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e Pesquisa**, São Leopoldo, v. 39, p. 606-626, 2013.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DESLANDES, Suelly Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza.  
**Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FAILLA, Zoara (org). **Retratos da Leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FEIRA DE SANTANA. Decreto nº 11.484 de 13 de março de 2020. Decreta situação de Emergência Pública no Município de Feira de Santana, bem como estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial Município Feira de Santana**: Feira de Santana, BA, ano VI, n. 1243 extra, p. 1-4, 13 mar. 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Decreto nº 11.490, de 16 de março de 2020**. Dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Feira de Santana. **Diário Oficial**



**Município Feira de Santana:** Feira de Santana, BA, ano VI, n. 1246 extra, p. 1-3, 16 mar. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Educação (SME). **Plano Municipal de Educação.** Lei 3.651/16. Feira de Santana, 2016. Disponível em: [http://www.feiradesantana.ba.gov.br/seduc/arq/Plano\\_educa.pdf](http://www.feiradesantana.ba.gov.br/seduc/arq/Plano_educa.pdf). Acesso em 20 ago. 2019.

FERREIRA, Eliane Aparecida Galvão Ribeiro. A leitura dialógica como elemento de articulação no interior de uma biblioteca vivida. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas:** o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009. p. 69-96.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: \_\_\_\_\_. **Repensar a política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 289-347.

FRANTZ, Maria Helena Zancan. **A literatura nas séries iniciais.** Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso:** Princípios e Práticas. Petrópolis: Vozes, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GREGÓRIO FILHO, Francisco. **Práticas leitoras (de cor... coração):** algumas vivências de um contador de histórias. In: \_\_\_\_\_. **Pensar a Leitura: Complexidade.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002. p. 136-151.

HURTADO, Julialba M. **La biblioteca y la promoción de la lectura:** centro regional para el fomento del libro em amperica latina y el caribe. Bogotá, CO: ICC, 1981.

IFLA - INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares. Tradução Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. IFLA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas.** Tradução Neusa Dias Macedo. São Paulo: IFLA, 1994.

\_\_\_\_\_. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar.** Tradução Neusa Dias Macedo. São Paulo: IFLA, 1999.

KLEIMAN, Angela. **Leitura: ensino e pesquisa.** Campinas: Pontes, 1996.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

LEAHY, Cyana. **A leitura e o leitor digital: lendo na biblioteca da escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LIMA, Maria Cecília Rizzi. **Da biblioteca escolar à sala de leitura nas escolas estaduais de Ensino Fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

LIMA, Rita de Cassia Brêda Mascarenhas. **Bibliotecas Escolares: Realidades, práticas e desafios para formar leitores.** Tese (doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MACEDO, Neusa Dias de. (Org.) **Biblioteca Escolar Brasileira em Debate: da memória profissional a um fórum virtual.** São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2005.

MARIA, Luzia de. **O clube do Livro: ser leitor: que diferença faz?** São Paulo: Global Editora, 2016.

MAROTO, Lúcia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARTUCCI, Elizabeth Márcia. Fórum de debates sobre a biblioteca escolar brasileira, com base no Manifesto Unesco/Ifla. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual.** São Paulo: SENAC, 2005. p. 183-187.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar.** Centros de Cultura e Bibliotecas Públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca centro de cultura.** Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** 3º edição. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

MINDLIN, José. **No mundo dos livros.** Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2009.

MORAES, Ana Alcídia de A. Histórias de leitura em narrativas de professoras: uma alternativa de formação. In: \_\_\_\_\_. **Entre leitores: Alunos, Professores.** Campinas: Arte Escrita, 2001. p. 165-245.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial.** Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2006.

NÓVOA, Antonio (Org.). **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, Antonio; FINGER, Matthias (org.). **O Método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFRN, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Editora Pontes, 2003.

PAIVA, Aparecida. A trama do acervo: a literatura nas bibliotecas escolares pela via do Programa Nacional Biblioteca da Escola. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. p. 137-155.

PAYER, Maria Onice. Memória de leitura e meio rural. In: \_\_\_\_\_. **A Leitura e os Leitores**. Campinas, SP: Editora Pontes, 2003. p. 139-153.

PENNAC, Daniel. **Como um Romance**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1993.

PEREIRA, Elaine Passos. **Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: um estudo da aplicação do PNBE em uma biblioteca escolar do município de Niterói**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2017.

PETIT, Michèle. **A arte de ler**. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo: Experiências de transmissão cultural nos dias de hoje**. São Paulo: Editora 34, 2019.

PRADO, Heloísa de Almeida. **Organize sua biblioteca**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1974.

RAMOS, Flávia Brocchetto. O leitor como produtor de sentido nas aulas de literatura: reflexões sobre o processo de mediação. In: \_\_\_\_\_. **Leitura literária: a mediação escolar**. Belo horizonte, MG: Faculdade de Letras da UFMG, 2004. p. 107-114.

RIGOLETO, Ana Paula Cardoso; DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. p. 219-233.

ROUXEL, Annie. Aspectos metodológicos do ensino da literatura. In: \_\_\_\_\_. **Leitura de literatura na escola**. São Paulo, SP: Parábola, 2013. p. 17-33.

SÁ, René Freitas de. **Biblioteca Escolar: espaço de aprendizagem e contribuição para a formação do leitor**. Monografia - Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

SANCHES NETO, Miguel. Desordenar uma Biblioteca: comércio & indústria da leitura na escola. **Revista Leitura: teoria e prática**. Campinas: ALB/Porto Alegre: Mercado Aberto, v.14, n. 26, p. 30-34, dez. 1995.

SANTOS, Caroline Cassiana Silva dos; SOUZA, Renata Junqueira. Programas de leitura na biblioteca escolar: a literatura a serviço da formação de leitores. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009. p. 97-114.

SEIXAS, Heloisa. **O Prazer de Ler**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Casa da Palavra, 2011,

SILVA, Lilian Lopes Martin da. Et al. **Entre Leitores: Alunos, Professores**. Campinas, SP: Editora Komedi: Arte Escrita, 2001.

SILVA, Lilian Lopes Martin da. et al. Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009. p. 49-68.

SILVA, Maria Cabral da. A leitura literária como experiência. In: \_\_\_\_\_. **Leitura de Literatura na Escola**. São Paulo, SP: Parábola, 2013. p. 51-66.

SILVA, Rovilson José da. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009. p. 115-135.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **O bibliotecário escolar visto como educador**. Miséria da Biblioteca Escolar. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1999.

SOARES, Francisco Sérgio Mota [*et al.*]. **A biblioteca pública da Bahia: dois séculos de história**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CORTI, Ana Paula; MENDONÇA, Márcia. **Letramentos no ensino médio**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2012.

SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.) **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009.

TARDELLI, Gláucia Maria Piato. História de leitura de professores: as diferentes maneiras de ler. In: \_\_\_\_\_. **Entre Leitores: Alunos, Professores**. Campinas, SP: Editora Komedi: Arte Escrita, 2001. p. 247-265.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999.

VIANA, LÍlian. **Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades**. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Artes. Programa de Ciências da Informação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Trad. Daniel Bueno; Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

YUNES, Eliana. (Org.) **Pensar a leitura: Complexidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p.178.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **Roteiro de entrevista/questionário da pesquisa: Biblioteca e Leitura na Escola: Caminhos Trilhados para Implantação de uma Biblioteca na Escola Municipal Regina Vital em Feira de Santana - Bahia, junto à Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana-BA.**

Entrevistado (a):

Cargo/função:

Tempo de atuação no cargo:

Tempo de atuação da Rede:

#### **Contextualizando a rede:**

Número total de escolas:

Quantas escolas na rede municipal possuem bibliotecas escolares:

#### **Bloco 01 – Conhecendo a realidade da leitura nas escolas da rede municipal de Feira de Santana- Ba.**

1. Na rede municipal de FSA há bibliotecários assumindo as bibliotecas escolares? Caso não, quem assume a biblioteca? Há por parte da secretaria alguma formação para estes profissionais?
2. No município de FSA, ainda há escolas que não possuem bibliotecas escolares? Qual tem sido a estratégia adotada pelo município para reverter este quadro?
3. Existe, por parte da secretaria, algum levantamento e ou acompanhamento sobre a frequência média de leitura dos alunos da rede pública municipal de ensino?
4. Quais programas de acesso e incentivo à leitura estão sendo realizados pelo município nas escolas da rede municipal de ensino atualmente? Já se pode identificar os impactos e contribuições de tais programas para o fortalecimento da leitura dos alunos?



5. Existe algum programa de incentivo à leitura implementado/planejado pela rede ou cada escola desenvolve individualmente?

**Bloco 02 – Ações formativas para a mediação e promoção da leitura nas escolas da rede municipal de Feira de Santana- Ba.**

6. Como o município tem se colocado na promoção de ações formativas para a mediação de leitura com o quadro de professores da rede?
  - 5.1 Existe algum projeto de Formação de Leitores implementado/planejado pela rede?

**Bloco 03 – Ações e políticas para a leitura, o livro e a biblioteca na rede municipal de educação de Feira de Santana- Ba.**

7. Quais são as estratégias e propostas para a leitura, o livro e a biblioteca presentes no Planejamento Educacional do município de Feira de Santana?
8. Como o município tem executado as orientações do PME no que tange à leitura, o livro e a biblioteca? Existem parcerias com outras secretarias ou convênios para tal realização?
9. Sabendo que a lei federal 12.244/2010 orienta estados e municípios a investir na organização e no fomento da biblioteca escolar, como o município tem se estruturado para o cumprimento da referida lei?
10. Quais critérios o município tem utilizado para a organização e montagem dos acervos utilizados na rede municipal de ensino? Existem mecanismos de consulta a diretores, coordenadores e professores?  
Como se dá o processo de aquisição e reposição dos acervos?

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIREÇÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

### **Questões norteadoras para a produção dos dados da pesquisa junto à direção e coordenação pedagógicas da Escola Municipal Regina Vital em Feira de Santana-BA.**

#### **Bloco 01 – Experiências pessoais com a leitura, o livro e a biblioteca.**

1. Em primeiro lugar gostaria de ouvir suas experiências pessoais com a leitura ao longo da tua trajetória. De que forma você descobriu a leitura e como se relaciona com ela. Como eram suas vivências com a literatura na escola, faculdade e nos espaços diversos (casa etc.).
2. Existe(m) pessoas que você apontaria como a(s) referência(s) que te motivou para a leitura? Descreva um pouco desta influência.
3. Você poderia descrever um livro entre os teus preferidos? O que o tornou tão especial?
4. Fale um pouco das suas experiências com as bibliotecas (pública, escolar, particular, digital etc.), e qual o papel que esta tem para a tua formação como leitora.

#### **Bloco 02 – Conhecendo as inquietações sobre leitura na prática pedagógica da escola Regina Vital.**

5. Existem projetos de apoio à leitura fora dos muros da escola? Projetos e ações desenvolvidas nos bairros que a escola atende e faz parte que sejam para tornar o livro e a leitura acessíveis a comunidade?
6. Na escola Regina Vital, quais as ações que promovem o encontro dos alunos com os livros e demais práticas culturais de leitura? (Tem biblioteca escolar? Tem sala de leitura? Cantinho de leitura?...
7. Existe um levantamento que aponte a frequência média de leitura dos alunos da escola Regina Vital? Como tem sido feito este acompanhamento?
8. O que justificaria o seu engajamento na luta pela aquisição de um espaço para a biblioteca na escola Regina Vital?

**Bloco 03 – Ações adotadas com vistas a fomentar a leitura a promoção do livro e de formação para a mediação da leitura na escola Regina Vital.**

9. Como tem sido a participação da escola Regina Vital nos eventos voltados para a leitura a exemplo da Feira Literária e Cultural de Feira de Santana – FLIFS entre outras, e quais impactos a participação nestes eventos têm sido percebidos nos estudantes e professores da escola?
10. De que maneira o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola Regina Vital propõe o desenvolvimento e as práticas de leitura no espaço escolar e/ou fora dele?
11. De que maneira a gestão escolar pode se envolver no processo de seleção e construção do acervo da biblioteca escolar?
12. Reconhecendo o importante papel que o docente tem a desempenhar na formação do estudante, de que forma a gestão escolar tem sensibilizado o corpo docente no desenvolvimento desta função dentro e fora da sala de aula?
13. Quais os investimentos possíveis seriam promovidos pela gestão da escola para o preparo de quem atuaria nesta função? Na escola há bibliotecário? Quem hoje assume o papel de cuidado e empréstimo do acervo da escola?)
14. De que maneira a biblioteca escolar contribuiria para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula e de que forma a gestão escolar incluiria este espaço no planejamento pedagógico da escola?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE.

**Questões norteadoras para a produção dos dados da pesquisa junto ao corpo docente da Escola Municipal Regina Vital em Feira de Santana-BA.**

Entrevistado (a):

Série/turma em que atua:

Vínculo contratual:

Tempo de atuação na escola:

Tempo de atuação na Rede:

**Bloco 01 – Experiências pessoais com a leitura, o livro e a biblioteca.**

1. Em primeiro lugar gostaria de ouvir suas experiências pessoais com a leitura ao longo da tua trajetória. De que forma você descobriu a leitura e como se relaciona com ela. Como eram suas vivências com a literatura na escola, faculdade e nos espaços diversos (casa etc.).
2. Existe(m) pessoas que você apontaria como a(s) referência(s) que te motivou para a leitura? Descreva um pouco desta influência.
3. Você poderia descrever um livro entre os teus preferidos? O que o tornou tão especial?
4. Fale um pouco das suas experiências com as bibliotecas (pública, escolar, particular, digital etc.), e qual o papel que esta tem para a tua formação como leitora.

**Bloco 02 – Conhecendo as inquietações sobre leitura na prática pedagógica da escola Regina Vital.**

5. Como está a relação dos seus alunos com a leitura? São simpáticos às leituras feitas em sala de aula e aos livros indicados por você?
6. Existem necessidades que você identifica no que diz respeito a leitura e a sua prática no espaço escolar ou mesmo fora dele?

7. De que maneira a biblioteca escolar pode contribuir em sua prática pedagógica de sala de aula?

**Bloco 03 – Ações adotadas com vistas a fomentar a leitura a promoção do livro e de formação para a mediação da leitura na escola Regina Vital.**

8. Como tem sido a sua participação nos eventos voltados para a leitura a exemplo da Feira Literária e Cultural de Feira de Santana – FLIFS entre outras, e quais impactos a participação nestes eventos têm sido percebidos na sua formação como pessoa e como profissional?
9. Você considera que o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola Regina Vital contemple as práticas de leitura no espaço escolar e/ou fora dele?
10. Existem projetos, programas ou ações direcionadas à leitura e uso de livros implantados pela escola? Como você avalia seus resultados?
11. Existem ações direcionadas à leitura e uso de livros de sua iniciativa promovidas em sala de aula ou até mesmo na escola? Como você avalia os resultados?
12. A respeito da sua própria formação leitora, quais são os investimentos realizados? De que forma estão contribuindo para a sua prática docente?
13. Você tem participado da construção do acervo literário utilizado pela escola? De que maneira tem sido esta contribuição?